

# Diário do Legislativo de 19/10/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

1.1 - 81ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATAS

## ATA

ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 14/10/2004

Presidência dos Deputados Rêmoló Aloise e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.906 e 1.907/2004 - Requerimentos nºs 3.338 a 3.340/2004 - Comunicações: Comunicações da Comissão Especial da Silvicultura e das Comissões de Assuntos Municipais, de Turismo e de Saúde - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 83/2004 - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do Deputado Rogério Correia - Encerramento - Ordem do Dia.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - George Hilton - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental.

Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROJETO DE LEI Nº 1.906/2004

Declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais da Comunidade da Boa Vista dos Campos, com sede no Município de Campos Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais da Comunidade da Boa Vista dos Campos, com sede no Município de Campos Gerais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de 2004.

Dilzon Melo

Justificação: A Associação de Produtores Rurais da Comunidade da Boa Vista dos Campos é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos. Tem por finalidade estatutária estabelecer diretrizes e ações que fundamentarão a formulação de um programa de desenvolvimento agropecuário na comunidade rural e setores vizinhos, bem como apoiar o desenvolvimento da área social no setor rural; congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio-econômicas da Associação; reunir recursos disponíveis, materiais humanos e assistenciais, por meio da união de esforços; trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pelo melhoramento do nível de vida e do bem-estar de sua área de atuação; prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas da educação e saúde; servir de ligação entre o povo da comunidade e os órgãos e autoridades municipais, estaduais e federais; reivindicar, perante as entidades públicas municipais, estaduais e federais, melhorias e recursos de qualquer espécie para a comunidade e setores vizinhos; proteger a saúde da família, da gestante, da criança, do idoso, das pessoas portadoras de deficiência física ou mental; combater a fome e a pobreza; integrar seus participantes no mercado de trabalho; divulgar e incentivar o esporte e o lazer; trabalhar para a proteção do meio ambiente e lutar pela melhoria e interesses da comunidade e regiões vizinhas.

A Associação de Produtores Rurais da Comunidade da Boa Vista dos Campos não fará distinção alguma quanto a raça, cor, condições sociais, credo, política ou religião. A entidade funciona regularmente e tem uma diretoria composta por pessoas idôneas e que não recebem nenhuma remuneração pelo exercício de seus respectivos cargos. Reconhecer a instituição como de utilidade pública estadual irá proporcionar condições para a dinamização de suas atividades e concretização de todos os seus objetivos. Em razão do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.907/2004

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores das Comunidades de São Joaquim da Bocaina, Biboca, Barreiro e Adjacências - AMSBBA -, com sede no Município de Antônio Dias.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores das Comunidades de São Joaquim da Bocaina, Biboca, Barreiro e Adjacências - AMSBBA -, com sede no Município de Antônio Dias.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de outubro de 2004.

Mauri Torres

Justificação: A Associação de Moradores das Comunidades de São Joaquim da Bocaina, Biboca, Barreiro e Adjacências - AMSBBA - é entidade civil sem fins lucrativos, de caráter beneficente, cultural e assistencial. Visa promover obras sociais, buscando a melhoria da educação e das condições de higiene e de lazer da comunidade. Ampara as crianças, adolescentes e idosos, além de promover a coleta e distribuição de alimentos, roupas, mobiliários, remédios e próteses em benefício de famílias carentes ou internos em creches, asilos, cadeias e similares. Promove, também, cursos de capacitação profissional, encaminhamento a emprego e integração no mercado de trabalho, atuando, ainda, na proteção e conservação do meio ambiente, executando a coleta seletiva de resíduos urbanos e desenvolvendo programas de educação ambiental. Atua ainda no combate ao analfabetismo e na promoção da assistência social, além de manter programa cultural. Com duração indeterminada e com sede no Município de Antônio Dias, a entidade encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, é inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, e sua administração é composta por pessoas de idoneidade moral e ilibada conduta social que não recebem remuneração pela sua atuação. Suas rendas e recursos são integralmente aplicados na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos institucionais. Por isso, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 3.338/2004, do Deputado Domingos Sávio, solicitando seja formulado apelo ao Superintendente da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, com vistas à possibilidade de se instalar uma agência dessa instituição no Município de Três Marias.

Nº 3.339/2004, da Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da República com vistas a vetar o Projeto de Lei nº 4.295/2001, por ser atentatório ao direito do consumidor.

Nº 3.340/2004, da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, com vistas à instalação de uma empresa de carrocerias no entorno da Iveco, montadora de veículos do Grupo Fiat, em Sete Lagoas.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão Especial da Silvicultura e das Comissões de Assuntos Municipais, de Turismo e de Saúde.

#### Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para homenagear o Rotary Club de Juiz de Fora - Distrito Industrial.

(- A ata deste evento foi publicada na edição anterior.)

#### Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 83/2004, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera o § 1º do art. 36 da Constituição do Estado. Pelo BPSP: efetivos - Deputados Sidinho do Ferrotaco e Ermano Batista; suplentes - Deputados Arlen Santiago e Fábio Avelar; pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputado Chico Simões; suplente - Deputado Biel Rocha; pelo PFL: efetivo - Deputado Gustavo Valadares; suplente - Deputado Paulo Cesar; pelo PP: efetivo - Deputado Gil Pereira; suplente - Deputado Paulo Piau. Designo. Às Comissões.

#### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.338/2004, da Comissão de Administração Pública, 3.339/2004, da Comissão de Defesa do Consumidor, e 3.340/2004, da Comissão de Turismo. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Assuntos Municipais - aprovação, na 17ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 3.197/2004, do Deputado George Hilton, 3.226 e 3.227/2004, do Deputado Antônio Andrade, 3.242 a 3.245/2004, do Deputado Arlen Santiago, 3.261/2004, do Deputado Jayro Lessa, 3.274/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.275/2004, dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Alberto Pinto Coelho, 3.280/2004, da Comissão de Participação Popular, e 3.286 a 3.288/2004, do Deputado Antônio Andrade; de Saúde - aprovação, na 16ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Projeto de Lei nº 1.714/2004, do Deputado Adalclever Lopes, e dos Requerimentos nºs 3.270 e 3.300/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.302/2004, do Deputado Doutor Viana; e de Turismo -

aprovação, na 19ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 3.228/2004, do Deputado Doutor Ronaldo, 3.268/2004, do Deputado André Quintão, 3.269/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.285/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; e pela Comissão Especial da Silvicultura - informando o final dos seus trabalhos (Ciente. Publique-se.) e encaminhando o seguinte relatório final:

Relatório Final da Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Estudar e Propor Políticas Públicas para o Setor Florestal, com Foco Principal nas Florestas Plantadas, e Ações de Incentivo à Produção de Madeira - Comissão Especial da Silvicultura

## I - Introdução

### 1 - Constituição e objetivos

A Frente Parlamentar de Silvicultura, liderada pelo Deputado Paulo Piau, atendendo a solicitação da Associação Mineira de Silvicultura, apresentou, no dia 11/12/2003, um requerimento solicitando a constituição de uma comissão especial para, no prazo de 60 dias, estudar e propor políticas públicas para o setor florestal, com foco principal nas florestas plantadas e ações de incentivo à produção de madeira. O requerimento foi subscrito por 30 parlamentares, que apoiaram e reconheceram a importância do momento atual para o setor de base florestal em Minas Gerais.

A Comissão Especial da Silvicultura foi instalada no dia 17/6/2004, com a seguinte composição:

membros efetivos: - Paulo Piau - PP; - Leonardo Quintão - PMDB; - Célio Moreira - PL; - Doutor Viana - PFL; - Padre João - PT; membros suplentes: - Domingos Sávio - PSDB; - Doutor Ronaldo - PDT; - Gil Pereira - PP; - Laudelino Augusto - PT; - Paulo Cesar - PFL.

Na primeira reunião foram eleitos o Presidente, Deputado Paulo Piau, e o Vice-Presidente, Deputado Leonardo Quintão. Empossado, o Presidente designou o Deputado Célio Moreira como relator.

O parlamento mineiro vem se mobilizando em torno das questões da produção de madeira no Estado, sua importância, modelo e aspectos socioambientais, o que é comprovado pela criação da Frente Parlamentar em outubro de 2003, pelo recente fórum técnico sobre o eucalipto promovido pela Casa nos dias 24 e 25/5/2004 e, por fim, pela instalação desta Comissão Especial. O anúncio de um "apagão florestal" vem sendo feito sistematicamente por representantes do setor, ou seja, prevê-se que por volta de 2007 a escassez de madeira plantada poderá limitar a produção. Esse é um problema real. A dinâmica de reposição dos estoques de floresta plantada vem se mostrando insuficiente para atender à demanda nos últimos anos. A pressão de consumo é um fator de degradação das reservas de floresta nativa do Estado, que, por sua vez provoca a perda de divisas e o desequilíbrio econômico. Os plantios florestais em quantidade adequada ao consumo, ao contrário, são um fator de geração de renda e empregos, uma proteção à biodiversidade e uma garantia de longo prazo para a sustentabilidade do desenvolvimento mineiro.

Por último, cumpre ressaltar que os textos deste documento-síntese foram elaborados com base nas notas taquigráficas das reuniões, sem revisão dos debatedores. Não houve a preocupação de identificar autores de falas específicas ou mesmo de reproduzir integral e fielmente trechos de declarações.

### 2 - Antecedentes

O setor de base florestal representa, com base no ano de 2002, 7% do PIB mineiro e está muito distante do seu potencial. Responde por cerca de 580 mil empregos e, além de contribuir anualmente com R\$387.000.000,00 para a receita estadual, agrega R\$3.800.000.000,00 em exportações. Segmenta-se em três grandes áreas de produção: siderurgia a carvão vegetal, celulose e papel e sólidos e painéis.

A Comissão, após um primeiro momento em que ouviu e debateu os números globais, o ambiente macroeconômico e o nível tecnológico da silvicultura, dedicou-se a uma série de audiências setoriais, dando voz e acolhida às realidades e às demandas de cada segmento.

Concluiu suas atividades de estudo com audiências em que se discutiram as políticas públicas e os arcabouços institucional e legal que ordenam a produção e a transformação da madeira no Estado. As visitas técnicas, que cobriram quatro regiões do Estado e os três grandes segmentos de produção, deram aos membros da Comissão a oportunidade de avaliar as conquistas e os problemas do setor.

Apesar de estigmatizada pela sociedade como atividade degradadora do meio ambiente e anti-social, a silvicultura desenvolveu-se de forma surpreendente em Minas Gerais. As universidades, apoiadas pela iniciativa privada, e as áreas de pesquisa das próprias empresas colocaram o Estado na liderança tecnológica do Brasil e, em vários aspectos, do mundo. Esse aporte tecnológico, que quintuplicou a produtividade dos primeiros povoados, aliado às áreas hoje ocupadas pelas empresas do setor, equivalentes a 2% do território mineiro, são suficientes para o pleno suprimento da demanda atual de madeira; é necessário, porém, a inclusão de toda essa área no ciclo de produção.

No decorrer de seus trabalhos, a Comissão colheu informações essenciais para que se compreendam a importância dos setores de base florestal para a economia de Minas e as dificuldades existentes pela falta de uma política voltada para o seu desenvolvimento. Entre estas informações, estão o tamanho e a dinâmica de cada segmento ou setor de base florestal.

A siderurgia a carvão vegetal, desde que efetivamente baseada no consumo de florestas plantadas e conduzidas tecnicamente, demonstrou ser alternativa ambientalmente saudável. Comparações apresentadas com a siderurgia a coque de carvão mineral deixaram claras as vantagens socioambientais da opção pelo recurso renovável. Certamente, a questão do suprimento de carvão vegetal a partir de fontes seguras e legais é o maior problema atual do setor siderúrgico, do qual depende toda a produção industrial. O carvão vegetal é necessário para a produção de ferro-gusa e de ferros-ligas, por exemplo, que são a base da indústria do aço e da fundição. Apenas com o ferro-gusa, o setor faturou US\$760.000.000,00 em 2003, 50% disso com exportações; é responsável pela geração de 15 mil empregos diretos e 50 mil indiretos e contribuiu com cerca de R\$460.000.000,00 em impostos federais e estaduais.

No setor de celulose, Minas só conta com uma unidade de produção, a CENIBRA, no vale do rio Doce, o que não significa pouca coisa. O Brasil ocupa a 10ª posição no "ranking" das transações internacionais de celulose e a CENIBRA responde por 2% desse total, com uma produção anual de 900.000t. Gera 8.500 empregos diretos e cerca de 28.500 indiretos. O Brasil, em especial Minas Gerais, é altamente competitivo na produção de celulose, em virtude das condições de clima e de solo. A produtividade florestal das nossas áreas chega a ser 8 a 10 vezes superior à dos tradicionais líderes mundiais de produção florestal. O consumo de papel e papelão é um indicador de desenvolvimento, e o mercado tem ótimas perspectivas de expansão, o que significa uma grande oportunidade para as economias mineira e brasileira. Outras grandes empresas de celulose atuam no Estado, mas apenas na produção de madeira.

Quanto ao papel, Minas conta 19 fábricas que atuam fortemente na reciclagem, que chega a quase 15% de todo o papel reciclado no Brasil. Em 2001, segundo o INDI, foi gerado um faturamento de cerca de R\$450.000.000,00 por essas 19 empresas. Entre estas, quatro produzem papel sanitário, toalhas de papel e papel higiênico, uma delas responsável por 6% da produção nacional de papel higiênico, e as outras 15 produzem papéis variados, sobretudo os papelões ondulados utilizados para embalagem.

Os sólidos e painéis de madeira envolvem também a movelaria e as madeiras tratadas para uso da agricultura, construção civil, estradas de ferro, entre outras aplicações.

O setor moveleiro foi destacado pelo Governo do Estado como um projeto estruturante por causa de sua ambiência em todas as regiões de Minas. A movelaria, hoje, tem alta dependência da floresta plantada, tanto pela escassez de madeiras nobres nativas, quanto pela intensa utilização de chapas e painéis de madeira. Móveis maciços também utilizam, predominantemente, pinus ou eucalipto. A movelaria mineira contribui com 2% a 3% das exportações brasileiras, que crescem a taxa superior a 20% ao ano e tem projeção de faturamento do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, para 2005, de US\$2.400.000.000,00. Minas precisa ocupar seu lugar, pois possui a maior área com florestas plantadas do País.

O Estado abriga apenas uma fábrica de painéis de madeira, a Satipel, no Triângulo. Sua capacidade de produção é de 550.000 m<sup>3</sup>/ano e gera cerca de 2.500 empregos diretos e indiretos. Tem previsão de ampliação de suas instalações industriais para a produção de painéis MDF (Medium Density Fiber), produto de maior valor agregado; mas Minas tem perdido outros investimentos desse porte em virtude de condições fiscais pouco competitivas aqui existentes.

Nos sólidos, Minas se destaca pela produção de madeira imunizada, que tem na agropecuária seu principal cliente, 50% das vendas, seguida pelo setor elétrico (postes), pela produção de embalagens industriais e pela construção civil. São 54 empresas no Brasil, 14 em Minas Gerais. O mercado é firme e está em expansão; porém a quase totalidade das empresas depende de fornecimento externo de madeira. O desenvolvimento de um mercado livre de madeira plantada é fundamental para a sustentabilidade desses setores.

Pelo exposto ao longo das audiências, todos os segmentos de base florestal indicaram o excesso de regulamentação e a falta de financiamento como principais entraves. Quanto à regulamentação, os 20 anos de incentivo fiscal ao reflorestamento, a partir de 1966, deixaram um legado de acirrado controle e fiscalização sobre a silvicultura. Justificava-se pela necessidade de preservar os recursos públicos investidos; essa razão, porém, deixou de existir, e hoje os investimentos na formação de maciços são, em grande parte, realizados com capital próprio das empresas consumidoras. Tal fato não justifica o tratamento desigual em rigidez e encargos aplicado à silvicultura, quando comparado ao dispensado a outras atividades agrícolas. Isolado o problema de produção ilegal de carvão vegetal a partir de florestas nativas, os setores que utilizam madeira "in natura" merecem tratamento diferenciado.

O fomento florestal ao produtor rural, que já está sendo praticado por todos os segmentos e por um programa estadual, traz uma solução promissora. Esse sistema inclui o produtor rural na produção de madeira plantada, estimula o uso de áreas marginais e o manejo de uso múltiplo da madeira. É gerador e distribuidor de renda no campo e configura uma grande oportunidade de criação de um mercado livre de madeira plantada.

Urge que se trate a floresta plantada como atividade de produção, sem que se descuide da proteção ao meio ambiente e da justiça social.

### 3 - Desenvolvimento dos trabalhos

Os trabalhos da Comissão Especial foram desenvolvidos a partir de reuniões ordinárias e extraordinárias, visitas técnicas e audiências públicas.

Com o objetivo de agilizar os trabalhos e, ao mesmo tempo, garantir boa representatividade dos setores sociais envolvidos com a silvicultura, diversas entidades, públicas e privadas, foram convidadas em caráter permanente.

Entidades convidadas à participação permanente: Associação Mineira de Silvicultura - AMS -; Empresa Mineira de Assistência Técnica e extensão Rural -EMATER -; Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG -; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG -, por meio do Conselho de Empresários para o Meio Ambiente - CEMA -; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -; Instituto Estadual de Florestas - IEF -; Ministério Público Estadual - MP-CAOMA -; Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais - SMEF.

Após a aprovação do cronograma de atividades, outros convidados, específicos para cada reunião, foram incluídos.

| Entidades convidadas para reuniões específicas:                          |         |
|--|---------|
| Entidade   | Sigla   |
| Aracruz Celulose S.A.  | Aracruz |
| Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas               | ABRAF   |
| Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico | ABRAFE  |
| Associação das Siderúrgicas para   | ASIFLOR |

|  |           |
|--|-----------|
| Fomento Florestal  |           |
| Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais                                     | BDMG      |
| Banco do Brasil  | BB        |
| Biocarbo Ltda  | Biocarbo  |
| CAF Santa Bárbara  | CAF       |
| Calsete Siderurgia Ltda  | CALSETE   |
| Celulose Nipo-Brasileira S.A.  | CENIBRA   |
| Centro Brasileiro para Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável | CBCN      |
| Cia. Suzano Bahia Sul de Papel e Celulose S.A.                               | Suzano    |
| Comissão Pastoral da Terra   | CPT       |
| Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio                                  | CBCC      |
| CMM Agro Florestal   | CMM       |
| Federação Estadual da Agricultura de Minas Gerais                            | FAEMG     |
| Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura                          | FETAEMG   |
| Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais                      | INDI      |
| International Paper do Brasil Ltda   | IP        |
| Plantar Siderurgia   | Plantar   |
| Preservar Madeira Reflorestada Ltda  | Preservar |

|  |           |
|--|-----------|
|  |           |
| Press Comunicação  | Press     |
|  |           |
| Rede Nacional de Biomassa para Energia   | RENABIO   |
|  |           |
| RT Reserva Técnica Ltda  | RT        |
|  |           |
| Satipel Minas Industrial   | SATIPEL   |
|  |           |
| Secretaria de Estado da Fazenda  | SEFAZ     |
|  |           |
| Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico  | SEDE      |
|  |           |
| Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável                        | SEMAD     |
|  |           |
| Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais                                  | SINDIFER  |
|  |           |
| Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, e Papelão no Estado de Minas Gerais           | SINPAPEL  |
|  |           |
| Sindicato das Indústrias do Mobiliário e de Artefatos de Madeira no Estado de Minas Gerais | SINDIMOV  |
|  |           |
| Sindicato da Indústria da Fundição no Estado de Minas Gerais                               | SIFUMG    |
|  |           |
| Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá                               | INTERSIND |
|  |           |
| Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos   | SMEA      |
|  |           |
| Centro Universitário do Leste de Minas Gerais  | UNILESTE  |
|  |           |

|  |         |
|--|---------|
| Universidade Federal de Viçosa - Depto de Engenharia Florestal | UFV-DEF |
| V&M Florestal  | V&M     |

Reuniões da Comissão

Foram realizadas as seguintes reuniões:

- 19/5/2004 - 1ª Reunião Especial

Objetivo específico: eleger o Presidente e o Vice-Presidente, designar o relator e programar os trabalhos da Comissão.

- 20/5/2004 - 1ª Reunião Extraordinária

Objetivo específico: aprovação da programação dos trabalhos da Comissão.

- 27/5/2004 - 1ª Reunião Ordinária - Panorama geral

Objetivos específicos: traçar um panorama geral do setor de base florestal mineiro, em contraposição ao cenário mundial, explorando as perspectivas de expansão e inovação das atividades econômicas do Estado.

Entidades representadas: Ufv-DEF, UFMG-ICB, AMS, IEF-SEMAD, CPT, SMEF.

- 3/6/2004 - 2ª Reunião Ordinária - Silvicultura

Objetivos específicos: discutir o desenvolvimento e investigar o estado da arte da silvicultura no Brasil e em Minas Gerais, considerando as diversas etapas de produção e subtemas relacionados.

Entidades representadas: Aracruz Unidade Guaíba, CAF Santa Bárbara, Plantar, CBCN, RENABIO, CMM Agro Florestal, AMS, IEF, MP-CAOMA, UFMG-ICB, SMEF.

- 8/6/2004 - 2ª Reunião Extraordinária - Siderurgia a Carvão Vegetal e Energia

Objetivos específicos: debater a siderurgia a carvão vegetal e energia, explorando a utilização do produto florestal, em especial a floresta plantada, para fins energéticos, além do uso geral da madeira como energético para outros setores.

Entidades representadas: INDI, BDMG, Banco do Brasil, SINDIFER, ABRAFE, Sindicato de Fundação no Estado de Minas Gerais, BIOCARBO, V&M Florestal, AMS, IEF.

- 17/6/2004 - 3ª Reunião Ordinária - Sólidos e Painéis

Objetivos específicos: debater o tema Sólidos e Painéis, dando conhecimento das diversas iniciativas de utilização de produtos sólidos e produção de painéis no Estado, e discutir políticas públicas para essas iniciativas.

Entidades representadas: SEFAZ, FETAEMG, INDI, Banco do Brasil, BDMG, SINDIMOV, Preservar, IEF, MP-CAOMA, UFMG-ICB, SMEF, EMATER.

- 24/6/2004 - 4ª Reunião Ordinária - Celulose e Papel

Objetivos específicos: abordar o tema Celulose e Papel, para conhecer o desenvolvimento do setor de celulose e papel, com foco nas empresas que produzem matéria-prima florestal no Estado, ressaltando os projetos de expansão de plantas industriais localizadas em Minas Gerais, os planos de aquisição de áreas e concentração fundiária para a produção florestal, os projetos de fomento florestal e integração de produtores rurais para fornecimento de matéria-prima para indústrias instaladas em outros Estados.

Entidades representadas: CENIBRA, UNILESTE, IP, SINPAPEL, Suzano, ARACRUZ, AMS, EMATER, IEF, INDI, MP-CAOMA, IEF, SMEF, SMEA.

- 29/6/2004 - 3ª Reunião Extraordinária - Legislação e Regulamentação

Objetivos específicos: discutir a legislação e o grau de regulamentação incidente sobre as atividades silviculturais, identificando entraves burocráticos e legais que prejudiquem ou inibam a expansão do setor de base florestal.

Entidades representadas: CALSETE, IEF, RT, UFMG/CNPq, SINDIFER, AMS, MP-CAOMA, FAEMG, IEF, EMATER, UFMG-ICB, PLANTAR, SMEF.

- 30/6/2004 - 4ª Reunião Extraordinária - Políticas Setoriais

Objetivos específicos: debater o modelo de produção silvicultural necessário e desejado para o atendimento à atual demanda do setor de base florestal em Minas Gerais, considerando, ainda, o potencial de expansão da economia florestal do Estado.

Entidades representadas: SEDE, ASIFLOR, CBCC, Press Comunicação, V&M Florestal, INTERSIND, SATIPEL, ABRAF, AMS, MP-CAOMA, EMATER,



SMEF, PLANTAR, SINDIFER.

- 3/8/2004 - 5ª Reunião Extraordinária

Objetivo específico: aprovar requerimentos para a realização de audiências públicas em Belo Oriente e Uberaba, durante, respectivamente, as visitas técnicas aprovadas para cada uma dessas localidades.

Visitas Técnicas

As visitas técnicas foram programadas para que a Comissão Especial tivesse a oportunidade de manter contato com a realidade dos diversos segmentos de base florestal, conhecendo não apenas a faceta da produção da madeira plantada, mas também sua utilização e sua transformação até o produto final da cadeia de produção.

- 6/8/2004 - Visita técnica à Companhia Mineira de Metais - CMM Agro Florestal

Local: Vazante - Região Noroeste - MG

Objetivo: conhecer o sistema agrossilvipastoril desenvolvido pela empresa, conhecer o manejo de floresta plantada para uso múltiplo da madeira. A visita foi acompanhada por representantes da AMS e da EMATER.

- 13/8/2004 - Visita técnica e audiência pública - CENIBRA

Local: Belo Oriente - Vale do Rio Doce - MG

Objetivo: conhecer as instalações e o processo de produção de celulose, o processo de implantação e manejo florestal, o programa de fomento florestal da empresa e o sistema de gestão ambiental.

Durante a visita foi realizada pausa numa propriedade rural com plantios florestais fomentados pela empresa, onde teve lugar uma audiência pública. Foram reunidos cerca de 30 produtores rurais, empregados da CENIBRA e lideranças municipais locais. Acompanharam a audiência representantes da AMS, EMATER e IEF.

- 17/8/2004 - Visita técnica ao centro de pesquisa CAPEF da V&M Florestal em Paraopeba, ao viveiro da Plantar Florestal em Curvelo e a áreas impactadas pela cultura do eucalipto, segundo representantes do Movimento Deserto Verde, em Felixlândia.

Locais: Paraopeba, Curvelo e Felixlândia - Região central - MG

Objetivos: conhecer as instalações de pesquisa e desenvolvimento da V&M Florestal, as instalações do viveiro e a tecnologia de produção de mudas clonais da Plantar, visitar e ouvir as demandas dos moradores vizinhos de um povoamento de eucalipto, que reclamam da redução das águas de córregos e nascentes e do rebaixamento do nível de água de suas cisternas após o plantio. A visita foi acompanhada por técnicos da Plantar, da V&M Florestal, por representantes da AMS, do Movimento Deserto Verde e da Universidade Federal de Viçosa.

- 20/8/2004 - Visita técnica ao Mobilifício Zago, à Sauder do Brasil e à SATIPEL Minas Industrial e audiência pública no "campus" da UNIUBES.

Local: Uberaba - Triângulo Mineiro - MG

Objetivos: conhecer instalações e nível tecnológico de empresas do pólo moveleiro do Triângulo Mineiro e as instalações da fábrica de painéis de aglomerados de madeira da SATIPEL.

A audiência pública realizada no "campus" da UNIUBES, universidade que entre outras linhas de pesquisa desenvolve tecnologia aplicada ao setor de base florestal, reuniu representantes da SATIPEL, Sauder, UNIUBES e IEF, além de um público diverso, em sua maioria relacionado à atividade de movelaria. O tema principal foi a consolidação e o desenvolvimento do pólo moveleiro do Triângulo Mineiro.

8ª Mostra de Produtos de Plantações Florestais

Atividade desenvolvida em parceria e com o patrocínio da Associação Mineira da Silvicultura (AMS), no período de 23 a 27 de agosto, das 8 às 18 horas, na Galeria de Arte da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Objetivo: divulgar os produtos feitos com eucalipto, seu plantio e cultivo.

Estandes com exibição sobre as cadeias produtivas que utilizam madeira plantada foram a principal atração da exposição. Essas cadeias foram divididas em três segmentos principais: os de celulose e papel; o de siderurgia a carvão vegetal; e os de painéis de madeira e movelaria. Além disso, a exposição contou com uma mostra viva de controle biológico de pragas, com uma maquete de fazenda florestal e com outros produtos não madeiráveis como o mel e cosméticos de eucalipto.

II - O setor de base florestal e suas cadeias produtivas

1 - Panorama geral

O texto a seguir foi extraído das exposições e debates ocorridos na reunião do dia 27/5/2004. Os expositores foram o Professor José de Castro, da Universidade Federal de Viçosa - UFV -, e o engenheiro florestal José Batuira de Assis, da Associação Mineira de Silvicultura - AMS.

Hoje, no mundo, são 3,9 bilhões de hectares de florestas, dos quais 50% localizam-se na Europa e na América do Sul. No Brasil encontram-se 61% (550.000.000ha) do total de florestas tropicais do mundo. Além da floresta tropical, no Brasil ocorrem outros biomas de destacada importância, como a Caatinga, o Cerrado e a Mata Atlântica. Ressalte-se que a Floresta Amazônica constitui o maior bioma, com 330 milhões de hectares.

| Bioma              | Área (ha)   |
|--------------------|-------------|
| Floresta Amazônica | 330 milhões |
| Caatinga           | 90 milhões  |
| Cerrados           | 180 milhões |
| Mata Atlântica     | 1,5 milhão  |

Apesar de atualmente serem produzidos 3.300.000.000m<sup>3</sup> de madeira, em todo o mundo existe um grande déficit de madeira. Alguns concorrentes dessa nobre matéria-prima, como o plástico, o ferro, o alumínio, o vidro e outros, vêm sendo cada vez mais utilizados. No Brasil, são sérias as restrições a essa utilização, tanto do ponto de vista estratégico, quanto do ambiental. Assim, a produção florestal está muito aquém do potencial: o Brasil é o 4º produtor mundial de produtos florestais, perdendo apenas para os Estados Unidos, a China e a Índia, mas não exporta tanto quanto poderia - o País ocupa o 14º lugar no "ranking" mundial. A produção florestal brasileira detém 2,1% do comércio mundial.

#### Produção Florestal- Referências

- Produção mundial – 3.300.000.000 m<sup>3</sup>/ano
- 53% - energia
- 47% - transformação industrial
- 60% - processamento mecânico
- 27% - celulose e papel
- 13% - painéis reconstituídos
- Brasil – 4º produtor mundial de produtos florestais (EUA, China, Índia e Brasil)
- 14º lugar nas exportações e 2,1% no comércio mundial
- Mundo – US\$300.000.000.000,00/ano
- EUA – US\$200.000.000.000,00/ano (metade PIB Brasil)
- Brasil – US\$27.800.000.000,00/ano (4,5% PIB brasileiro)
- Finlândia – 60% do PIB
- Suécia – 30% do PIB

No que se refere ao comércio de produtos florestais, no Brasil esses respondem por US\$ 27.800.000.000,00 na balança de pagamentos, 4,5% do PIB nacional. Parece uma porcentagem considerável. No entanto, a Finlândia e a Suécia, países menores territorialmente em relação ao Brasil e de condições ambientais limitadas, têm porcentagens mais expressivas de PIB baseado em produtos florestais, 60% e 30%, respectivamente.

Eis alguns dados sobre a industrialização de produtos florestais no Brasil: a produção de celulose e papel atinge a cifra de US\$7.500.000.000,00; móveis de madeira, US\$7.300.000.000,00; siderurgia e carvão vegetal, US\$4.200.000.000,00; madeira sólida, US\$4.000.000.000,00. Há ainda outros produtos. No total, os produtos florestais brasileiros chegam a render cerca de US\$27.000.000.000,00.

As exportações brasileiras de produtos florestais atingem o valor de US\$4.500.000.000,00, e os impostos, de US\$4.600.000.000,00. O setor gera, aproximadamente, 2 milhões de empregos diretos, porém, se considerada toda a cadeia produtiva, esse número sobe para 7 milhões.

A área de florestas nativas é de 530.000.000ha, incluindo os biomas mencionados, enquanto a área de florestas plantadas é de 4.100.000ha. Atualmente o plantio anual

no Brasil gira em torno de 200.000ha a 250.000ha.

Nas tabelas a seguir, há uma relação dos principais gêneros cultivados no mundo e da situação florestal dos principais países produtores de madeira em 2000.

| Gênero    | Área plantada no mundo (ha) |
|-----------|-----------------------------|
| Pinus     | 37,4 milhões                |
| Eucalipto | 17,9 milhões                |
| Hevea     | 9,9 milhões                 |
| Acacia    | 6,3 milhões                 |
| Teca      | 5,7 milhões                 |

Fonte: José de Castro - UFV

Percebe-se uma tendência mundial de aumento da produção do carvão. Segundo os dados de 1990, 1995 e 2000 (vide gráficos a seguir), houve também um aumento da produção de celulose e de papel. Observa-se ainda que, cada vez mais, as madeiras nobres estão sendo substituídas no mercado por novos produtos como o compensado, o OSB, o MDF e outros painéis à base de reconstituição de madeira.

O Canadá é o líder mundial de exportação de produtos florestais. Os Estados Unidos são os maiores consumidores de produtos florestais. Apesar de seu grande potencial, o Brasil exporta pouco. Em contrapartida, também importa pouco.

| País | Área (em 1000 hectares) |
|------|-------------------------|
|------|-------------------------|

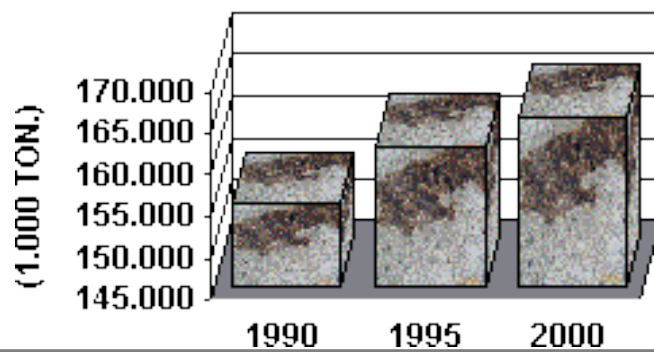
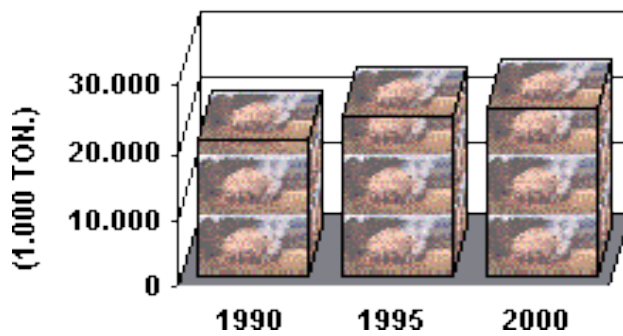
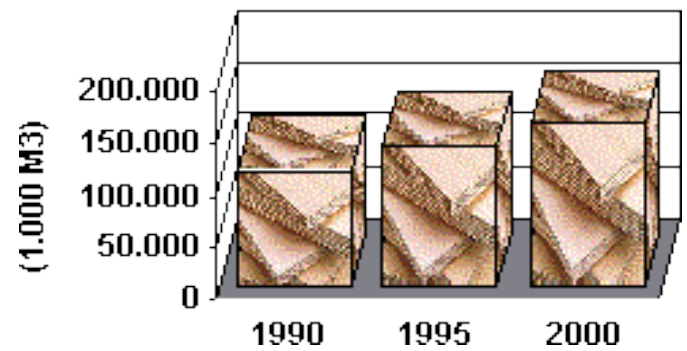
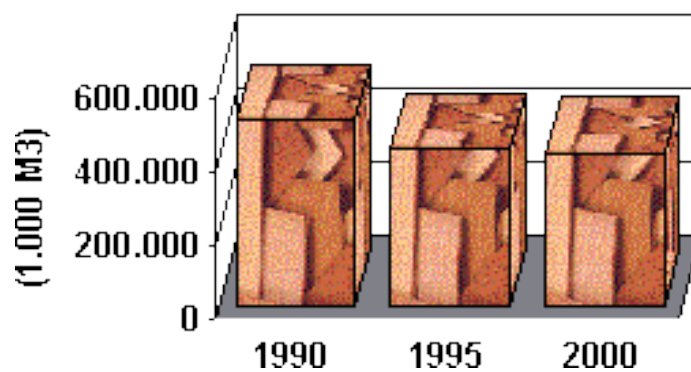
|               | Total     | Florestas | % de área    | Florestas | Florestas | % Florestas                      | % Florestas                 |
|---------------|-----------|-----------|--------------|-----------|-----------|----------------------------------|-----------------------------|
|               |           |           | de florestas | Naturais  | plantadas | plantadas<br>X área de florestas | plantadas<br>X área do país |
| China         | 932.743   | 163.480   | 17,50%       | 118.397   | 45.083    | 27,60%                           | 4,83%                       |
| Índia         | 297.319   | 64.113    | 21,60%       | 31.535    | 32.578    | 50,80%                           | 10,96%                      |
| Rússia        | 1.688.851 | 851.392   | 50,40%       | 834.052   | 17.340    | 2,00%                            | 1,03%                       |
| EUA           | 915.895   | 225.933   | 24,70%       | 209.695   | 16.238    | 7,20%                            | 1,77%                       |
| Finlândia     | 30.459    | 21.935    | 72,00%       | 18.842    | 3.093     | 14,10%                           | 10,15%                      |
| Canadá        | 922.097   | 244.571   | 26,50%       | 238.059   | 6.511     | 2,70%                            | 0,71%                       |
| Chile         | 74.881    | 15.536    | 20,70%       | 13.519    | 2.017     | 13,00%                           | 2,69%                       |
| Japão         | 37.652    | 24.081    | 64,00%       | 13.399    | 10.682    | 44,40%                           | 28,37%                      |
| Brasil        | 845.651   | 543.905   | 64,30%       | 538.923   | 4.982     | 0,90%                            | 0,59%                       |
| Nova Zelândia | 26.799    | 7.946     | 29,70%       | 6.404     | 1.542     | 19,40%                           | 5,75%                       |
| Outros        | 7.291.553 | 1.706.563 | 23,40%       | 1.659.543 | 47.019    | 2,80%                            | 0,64%                       |

Fonte: José de Castro - UFV

| Situação florestal nos continentes em 2000 (1000 ha) |           |           |             |           |           |             |             |
|--|-----------|-----------|-------------|-----------|-----------|-------------|-------------|
| Continente   | Área      |           |             |           |           |             |             |
|  | Total     | Floresta  | % de área   | Florestas | Florestas | % plantadas | % plantadas |
|  |           |           | de floresta | naturais  | plantadas | X naturais  | X total     |
| África   | 2.978.394 | 649.866   | 21,8%       | 641.830   | 8.036     | 1,2%        | 0,27%       |
| Ásia   | 3.084.746 | 547.793   | 17,8%       | 431.947   | 115.846   | 21,2%       | 3,76%       |
| América Central e Norte                              | 2.136.966 | 549.304   | 25,7%       | 531.771   | 17.533    | 3,2%        | 0,82%       |
| Europa   | 2.259.957 | 1.039.251 | 46,0%       | 1.007.236 | 32.015    | 3,1%        | 1,42%       |
| América do Sul                                       | 1.754.741 | 885.618   | 50,5%       | 875.163   | 10.455    | 1,2%        | 0,60%       |
| Oceania  | 849.096   | 197.623   | 23,3%       | 194.422   | 3.201     | 1,6%        | 0,38%       |
| Total  | 13.063.90 | 3.869.45  | 29,6%       | 3.682.36  | 187.086   | 4,8%        | 1,43%       |

**CELULOSE**

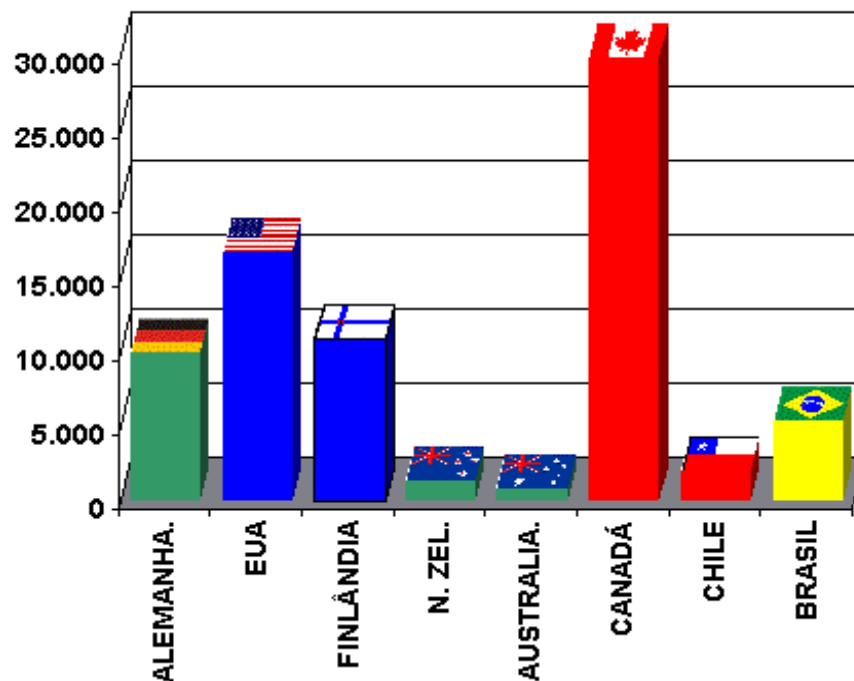
Fonte: José de Castro - UFV

**CARVÃO****PAINÉIS DE MADEIRA****MADEIRA SERRADA**

A tendência mundial é consumir madeira reflorestada, principalmente o pinus e o eucalipto. Do total do consumo de madeira industrial em toras, as quantidades de madeira serrada, carvão vegetal e celulose se destacam.

Se considerada a quantidade de área florestal nativa em relação às áreas plantadas, o Brasil está em uma posição bastante privilegiada: possui cerca de 5.000.000ha de área florestal, com 2.500.000ha de área plantada com eucalipto. Mas a quantidade de área reflorestada do Brasil é ainda pequena em relação a seu potencial. Para se ter uma idéia, essa área é a mesma da Finlândia, que fica debaixo da neve oito ou nove meses por ano e é aproximadamente do mesmo tamanho que Minas Gerais.

### EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS FLORESTAIS (US\$ MILHÕES)



O Brasil possui quantidades consideráveis de áreas de conservação e de produção, com estoques de matas nativas e reflorestadas. Há aqui 48,5% de florestas, 34% de conversão e 17,5% de outros usos. O maior percentual é de florestas nativas, que hoje estão sendo transformadas em reservas extrativistas, áreas de conservação. O acesso aos produtos oriundos da exploração dessas florestas nativas está cada vez mais difícil para o público consumidor.

O mercado florestal mundial movimentava US\$300.000.000.000,00 por ano. A título de referência, o mercado de café movimentava US\$20.000.000.000,00. Esses fatos mostram que é possível fortalecer a economia nacional exportando produtos florestais para o mercado mundial.

No Brasil, 90% da produção de madeira nativa são retirados da Amazônia, sendo 86,6% consumidos no País - somente o Estado de São Paulo consome 20%. Dessa extração, 96% é de caráter predatório e apenas 4% de manejo bom. Não há manejo ideal. Atualmente, as plantações respondem por 60% da utilização industrial da madeira. Para abastecer suas próprias necessidades, o Brasil planta, 250.000ha de madeira, mas consome 400.000ha por ano, ou seja, 300.000.000m<sup>3</sup>. Como consequência, há um déficit, do qual Minas Gerais também está se tornando vítima.

Em 1966, foi criado o Programa de Incentivos Fiscais para o reflorestamento. Desde a sua criação até 1985, esses incentivos possibilitaram a formação de um patrimônio florestal considerável. O Brasil passou de 440.000ha para quase 6.000.000ha de florestas. Com esses incentivos,

que somaram cerca de US\$6.000.000.000,00, foi criada uma base florestal, principalmente para a siderurgia a carvão vegetal e celulose. Se se considerar que esse patrimônio ainda está sendo utilizado, a quantidade de impostos gerados nesses 20 anos atinge cerca de US\$25.000.000.000,00.

Em 1960, surgiu em Viçosa a primeira escola de engenharia florestal do Brasil. A primeira turma de engenheiros florestais formou-se em 1964. Não existia material genético, sementes, tecnologia, nada. Hoje, no Brasil, há 24 escolas de engenharia florestal, criadas pela demanda desse patrimônio florestal. Para atender essa demanda, formaram-se latifúndios e muitos erros foram cometidos. Grandes áreas com vocação agrícola foram utilizadas, áreas sensíveis do ponto de vista ambiental foram ocupadas e ocorreram migrações populacionais indesejáveis. Em consequência desses equívocos advindos da falta de conhecimento e de políticas inadequadas, vários estigmas perseguem ainda hoje a monocultura de eucalipto. Vale citar alguns:

- nada mais cresce onde ele é plantado;
- criaram-se desertos verdes;
- com o plantio, a chuva diminui e a fertilidade dos solos se reduz;
- com o plantio, rios, lagoas e nascentes secam;
- cidades e regiões empobrecem.

Os técnicos se viram diante de um impasse: seriam utilizadas as matas nativas ou outra espécie para o abastecimento dos parques industriais? Para resolvê-lo, desde 1986 foi sendo desenvolvida tecnologia que fortalecia as variáveis ambientais. Hoje, somente em Viçosa existem 264 teses de mestrado e doutorado que abordam a temática do eucalipto, visando a dar suporte às novas demandas. Houve ainda a valorização de profissões relacionadas com a produção florestal. Ademais, ocorreu a consolidação dos empreendimentos integrados e a proteção das reservas nativas. Atualmente, existem mais de 2.000.000ha preservados para cerca de 150 empresas. Formou-se uma silvicultura com base sustentável.

A silvicultura sustentável gera riquezas, renda, impostos, divisas e empregos. Além disso, contribui para a preservação e a proteção dos valores ambientais, como solo, água e biodiversidade e possibilita a recuperação ambiental.

Área cultivada com os principais produtos no Brasil - 2002

| Produtos Agrícolas          | Área (1.000ha) |
|-----------------------------|----------------|
| Milho                       | 12.096         |
| Soja                        | 22.326         |
| Cana-de-açúcar              | 5.034          |
| Floresta plantada           | 4.200          |
| Feijão                      | 4.154          |
| Arroz                       | 3.186          |
| Café                        | 2.362          |
| Pastagens                   | 177.500        |
| Fonte: José de Castro - UFV |                |

A área ocupada por florestas plantadas corresponde a 4.200.000ha, dos quais o eucalipto ocupa 2.400.000. Essa extensão equivale a menos de 0,5% do território nacional e é menor que a área queimada, no ano passado, na região amazônica.

Quanto às divisas, trata-se de um dado curioso comparar os valores de exportação dos principais produtos brasileiros para situar a importância dos produtos florestais: a soja é responsável por US\$7.400.000.000,00; os veículos e autopeças, por US\$6.600.000.000,00; a siderurgia, por US\$3.500.000.000,00. Os produtos florestais, por sua vez, são responsáveis por US\$5.400.000.000,00. Vale ressaltar que são ocupados 22.300.000,00 com a soja e 4.200.000,00 com florestas plantadas. Os produtos florestais exportados são de valor agregado. O Brasil não exporta matéria-prima florestal.

A área efetivamente ocupada com florestas plantadas está muito aquém de sua importância econômica, insignificante em relação às destinadas a outras atividades. Não se está colocando em dúvida a necessidade de produzir grãos ou carne, mas apontando a insuficiência de madeira para produzir papel, cama, cadeira, lápis e uma série de outros utensílios.

Área plantada com espécies florestais no Brasil:

| Estado | Eucalipto | % | Pinus | Total |
|--------|-----------|---|-------|-------|
|--------|-----------|---|-------|-------|

|                   | (ha)             |              | (ha)             | (ha)             |
|-------------------|------------------|--------------|------------------|------------------|
| Minas Gerais      | 1.080.000        | 51,6         | 120.757          | 1.200.757        |
| São Paulo         | 574.029          | 19,4         | 202.363          | 776.392          |
| Paraná            | 67.038           | 2,3          | 605.683          | 672.721          |
| Santa Catarina    | 42.291           | 1,4          | 350.823          | 393.114          |
| Bahia             | 213.000          | 7,2          | 38.854           | 251.854          |
| Rio Grande do Sul | 116.025          | 3,9          | 137.945          | 253.970          |
| Outros Estados    | 407.015          | 14,2         | 168.600          | 575.615          |
| <b>TOTAL</b>      | <b>2.499.398</b> | <b>100,0</b> | <b>1.625.025</b> | <b>4.124.423</b> |

Fonte: AMS

Áreas de plantios florestais em alguns Estados brasileiros (mil ha):

| Estados | Eucalipto | Pinus | Totais | %da área total do Estado |
|---------|-----------|-------|--------|--------------------------|
| MG      | 1.080     | 120   | 1.200  | 2,16                     |
| SP      | 574       | 202   | 776    | 2,72                     |
| BA      | 213       | 238   | 451    | 0,80                     |
| ES      | 152       | -     | 152    | 3,29                     |
| RS      | 116       | 137   | 253    | 0,90                     |
| PR      | 67        | 605   | 672    | 3,36                     |

Fonte: AMS

| Áreas de plantios florestais em Minas Gerais (ha) |                  |
|---|------------------|
| Discriminação                                     | Área (ha)        |
| Eucalipto p/ energia                              | 950.000          |
| Eucalipto p/ celulose                             | 130.000          |
| <b>Subtotal eucalipto</b>                         | <b>1.080.000</b> |

|            |           |
|------------|-----------|
| Pinus spp  | 120.000   |
| Área total | 1.200.000 |

Fonte: Abracave

| Indicadores econômicos do setor florestal em Minas Gerais |                    |
|---|--------------------|
| Discriminação   | Referência         |
| Participação no PIB                                       | 7%                 |
| Empregos Gerados  | 731 mil            |
| ICMS total  | R\$357.716 milhões |
| Taxa Florestal  | R\$17.020 milhões  |
| Fonte: Abracave   |                    |

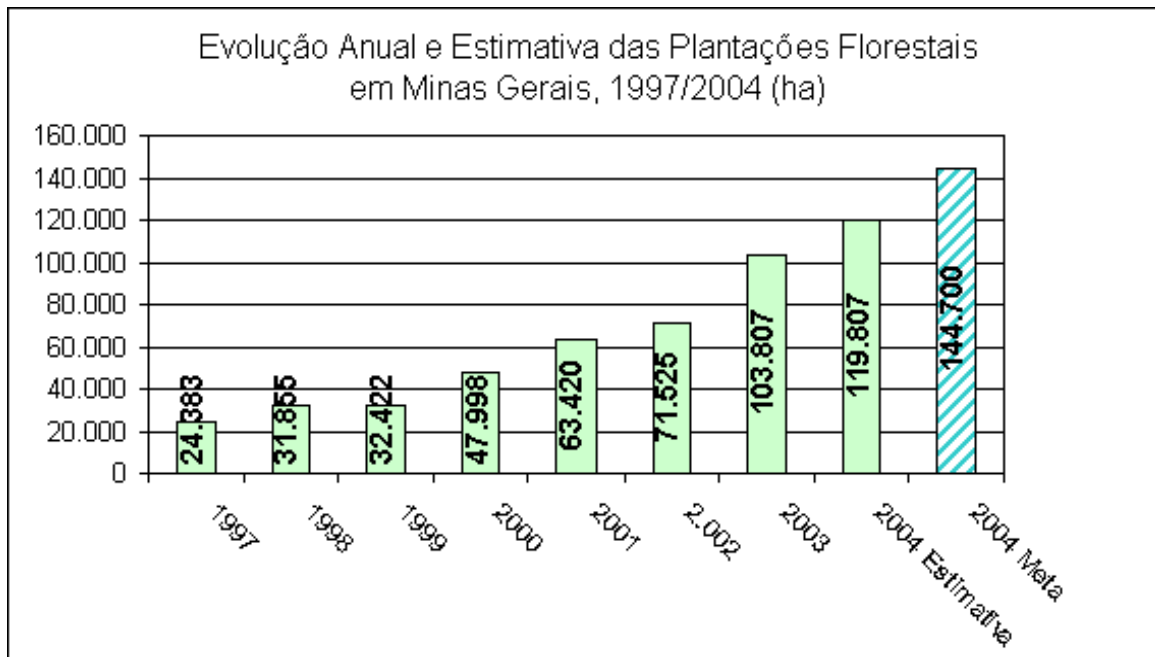
Hoje, no Brasil, há:

- 12 mil serrarias;
- 14.500.000 fábricas de móveis (empresas formais);
- 300 empresas de compensado;
- 30 indústrias de papel e de celulose;
- 8 empresas de aglomerado;
- 4 empresas de MDF;
- 1 empresa de OSB; e
- 51 empresas de preservação de madeira.

Se as pequenas marcenarias forem incluídas na lista, o número de empresas de móveis sobe para mais de 70 mil.

Há ainda 180 altos-fornos a carvão vegetal. Ao somar tudo isso, constata-se um consumo de aproximadamente 350.000.000m<sup>3</sup> de madeira por ano.





Pela evolução da produção de mudas no Estado, a estimativa é de 128.000ha de plantio este ano, realizado por pequenos e médios produtores. O IEF contribuirá com 20.000ha, em um convênio com a Associação das Siderúrgicas para Fomento Florestal - ASIFLOR.

Algumas vantagens do Brasil para investimentos florestais: solo e clima favoráveis, área florestal bastante extensa, material genético da melhor qualidade, potencialidade de crescimento, resposta econômica e ambiental, disponibilidade de mão-de-obra, capacidade tecnológica e capacidade organizacional da iniciativa.

A seguir, dados comparativos entre as capacidades produtivas de alguns países:

| Capacidade produtiva das principais espécies/gêneros |                    |                                      |             |
|--|--------------------|--------------------------------------|-------------|
| País   | Espécie            | Produtividade m <sup>3</sup> /ha/ano | Rotação/ano |
| Brasil   | Pinus taeda        | 25                                   | 20          |
| Brasil   | Pinus caribea      | 30                                   | 20          |
| Brasil   | Eucalipto          | 30                                   | 7/14/21     |
| Brasil   | Eucalipto (clones) | 60                                   | 7/14/21     |
| Chile  | Pinus radiata      | 25                                   | 20          |
| EUA  | Pinus taeda        | 12                                   | 30          |
| África do Sul  | Pinus patula       | 15                                   | 30          |
| Escandinávia   | Picea abies        | 5                                    | 60          |
| Suécia   | Coníferas          | 3                                    | 60          |

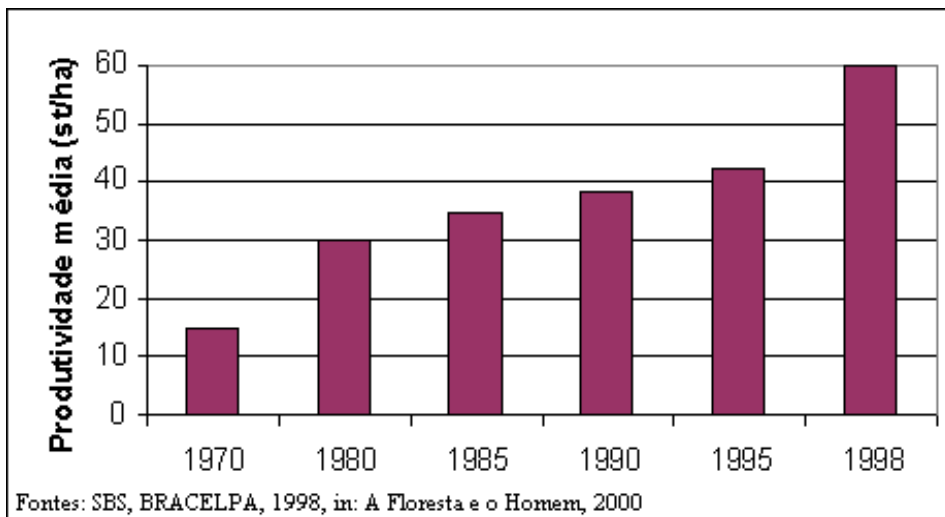
Fonte: José de Castro - UFV

Na Finlândia, corta-se madeira com 60 anos, e a produtividade é de 3m<sup>3</sup>/ha/ano. Hoje são mais de 1 milhão de hectares de florestas plantadas com material clonal. Se adotados os plantios clonais, serão alcançados até 80 esteres por hectare/ano. Nenhum país do mundo consegue produtividade como o Brasil.

#### Evolução da produtividade

Antes da instituição dos incentivos fiscais em 1966, todas as florestas em Minas Gerais produziam até 20m<sup>3</sup> por hectare/ano. Hoje, no Jequitinhonha, apesar das limitações de solo e de déficit hídrico, a produção chega a 40m<sup>3</sup> por hectare/ano. E, é claro, os custos diminuíram.

#### Evolução da produtividade do eucalipto no Brasil



#### Geração de empregos

Segundo dado publicado pela revista "Veja" e pelo STCP, do Paraná, a cada US\$1.000.000,00 investidos torna-se possível a geração de 85 empregos no setor automotivo, 111 na construção civil, 149 no comércio, 160 no setor florestal. De fato, trata-se de atividade geradora de emprego, impostos e divisas.

A comparação entre os custos de produção de uma tonelada de celulose branqueada em diversos países pode nos trazer muitos dados importantes sobre a situação econômica do Brasil. Conforme os dados no quadro a seguir, no item "madeira", o Brasil tem tecnologia, solo, clima e vocação florestal. O menor custo da madeira é o do Brasil, assim como o da mão-de-obra. Em compensação, o País tem o maior custo de transporte. Além disso, o custo/Brasil é o maior. Pelo exposto, pode-se dizer que o Brasil é um país de vocação florestal.

#### Comparação de custos de produção de celulose branqueada (em US\$)

| Custos de produção | Brasil | USA | Canadá | Finlândia | Suécia | Portugal | Chile |
|--------------------|--------|-----|--------|-----------|--------|----------|-------|
| Madeira            |        | 108 | 136    | 230       | 225    | 185      | 136   |
| Energia            | 10     | 18  | 24     | 4         | 11     | 16       | 9     |
| Químicos           | 34     | 53  | 42     | 39        | 39     | 40       | 51    |
| M.D.O.             | 18     | 36  | 53     | 37        | 37     | 39       | 23    |
| Transporte         | 72     | 67  | 59     | 40        | 35     | 40       | 60    |
| Outros             | 41     | 49  | 43     | 21        | 37     | 58       | 29    |
| Custo Variável     | 268    | 331 | 358    | 371       | 384    | 378      | 308   |
| Administração      | 33     | 38  | 45     | 38        | 40     | 57       | 34    |
| Depreciação        | 85     | 67  | 48     | 57        | 42     | 60       | 87    |

|             |     |     |     |     |     |     |     |
|-------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Juros       | 67  | 44  | 48  | 60  | 44  | 55  | 50  |
| Custo total | 453 | 480 | 499 | 526 | 510 | 550 | 439 |

Fonte: José de Castro - UFV

Infelizmente, apesar de sua vocação florestal, o Brasil está mergulhando em uma situação perigosa. São Bento do Sul, o maior pólo de exportação de móveis do Brasil, está importando 50.000m<sup>3</sup> de madeira serrada, por ano, do Uruguai e da Argentina. São importados também outros produtos devido à falta de madeira. Entre 2006 e 2007 a situação será extremamente difícil, já apelidada de "apagão florestal", e vem sendo anunciada há 10 anos. Na década de 90, não se plantou quase nada. Hoje se plantam cerca de 103.000ha em Minas Gerais. Há quatro anos plantavam-se até 40.000ha.

A Universidade Federal de Viçosa - UFV - está dentro da área de influência do pólo moveleiro de Ubá, que engloba oito municípios, e participou de um estudo, cujos resultados foram publicados, sobre a situação econômica da região, onde há 421 empresas de móveis. Só em Ubá, a indústria de móveis representa 50% do PIB; no Município de Rodeiro, 80% do PIB depende dessa indústria. Nos próximos anos, a oferta de empregos e a quantidade de divisas e recursos locais e regionais estará profundamente ameaçada, caso não se incremente a produção de madeira.

Na verdade, este é um problema nacional e não apenas regional. O Programa Nacional de Florestas - PNF - precisa a cada ano plantar de 450.000ha a 600.000ha e está plantando apenas 250.000ha.

A China é o país que mais refloresta, possuindo atualmente cerca de 45.000.000ha. O Brasil está longe disso. É difícil imaginar, mas o nosso País possui área reflorestada menor que a do Japão, da Índia ou da Indonésia, apesar de toda a sua extensão territorial e das condições favoráveis.

| Plantios para carvão vegetal |           | Consumo por Estado: |      |
|------------------------------|-----------|---------------------|------|
| Ano                          | Área (ha) | Estado              | %    |
| 1990                         | 125.000   | Minas Gerais        | 62,5 |
| 1991                         | 51.305    | São Paulo           | 3,2  |
| 1992                         | 80.067    | Bahia               | 2,6  |
| 1995                         | 30.351    | Rio de Janeiro      | 2,1  |
| 1996                         | 32.752    | Espírito Santo      | 4,5  |
| 1997                         | 30.756    | Mato Grosso do Sul  | 1,7  |
| 1998                         | 30.000    | Pará                | 15,7 |
| 1999                         | 29.280    | Outros              | 7,7  |
| 2000                         | 30.000    |                     |      |
| 2001                         | 30.000    |                     |      |
| 2002                         | 40.000    |                     |      |
| 2003                         | 83.000    |                     |      |

Fonte: José de Castro - UFV

O maior exportador de móveis é a China. Isso se deve à base florestal que o País está criando, pois, para crescer, é preciso ter matéria-prima. A China está crescendo até 10% ao ano e tem, hoje, reserva cambiais de US\$400.000.000.000,00, ao passo que o Brasil tem apenas US\$22.000.000.000,00.

|   |
|---|
| Maiores exportadores de móveis (em dólares) |
|---|

| País      | 1994         |            | 2001         |            | Variação em % |
|-----------|--------------|------------|--------------|------------|---------------|
|           | US\$ bilhões | % do total | US\$ bilhões | % do total |               |
| China     | 2,3          | 7,1        | 10,1         | 16,2       | +335          |
| Itália    | 6,5          | 17,1       | 8,2          | 13,2       | +26           |
| EUA       | 2,6          | 7,8        | 5,2          | 8,4        | +102          |
| Alemanha  | 3,1          | 9,6        | 4,8          | 7,6        | +51           |
| Canadá    | 1,8          | 5,65       | 4,8          | 7,3        | +148          |
| México    | 1,2          | 3,8        | 3,6          | 5,8        | +191          |
| Polônia   | 0,8          | 2,5        | 2,5          | 4,0        | +203          |
| França    | 1,6          | 4,2        | 2,1          | 3,3        | +27           |
| Taiwan    | 2,2          | 6,7        | 1,8          | 2,9        | -16           |
| Indonésia | 0,9          | 2,6        | 1,8          | 2,8        | -108          |

Fonte: José de Castro - UFV

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

Crescimento do IDHM de acordo com as atividades

|              | IDHM 1991 | IDHM 2000 | Crescimento % |
|--------------|-----------|-----------|---------------|
| Minas Gerais | 0,697     | 0,733     | 10,90         |

| Município   | IDHM 1991 | IDHM 2000 | Crescimento % |
|---|-----------|-----------|---------------|
| Municípios com pouca ou nenhuma atividade florestal |           |           |               |

Turismo \_\_\_\_\_

|                      |              |              |              |
|----------------------|--------------|--------------|--------------|
| Ouro Preto           | 0,708        | 0,787        | 11,10        |
| São Lourenço         | 0,743        | 0,839        | 12,90        |
| Congonhas            | <u>0,709</u> | <u>0,788</u> | <u>11,10</u> |
| Outras atividades    |              |              |              |
| Araguari             | 0,754        | 0,815        | 8,10         |
| Caratinga            | 0,659        | 0,754        | 14,40        |
| Cataguases           | 0,728        | 0,794        | 9,10         |
| Governador Valadares | 0,717        | 0,772        | 7,70         |
| Ituiutaba            | 0,747        | 0,818        | 9,50         |
| Juiz de Fora         | 0,769        | 0,828        | 7,70         |
| Muriaé               | 0,707        | 0,773        | 9,30         |
| Pouso Alegre         | 0,764        | 0,826        | 8,10         |
| Uberlândia           | 0,778        | 0,830        | 6,70         |
| Varginha             | <u>0,772</u> | <u>0,824</u> | <u>6,70</u>  |
| Média                | <u>0,735</u> | <u>0,804</u> | <u>9,40</u>  |

| Município                          | IDHM 1991 | IDHM 2000 | Crescimento % |
|------------------------------------|-----------|-----------|---------------|
| Municípios com atividade florestal |           |           |               |

|Madeira para celulose \_\_\_\_\_

|              |       |       |       |
|--------------|-------|-------|-------|
| Belo Oriente | 0,604 | 0,697 | 15,40 |
| Guanhães     | 0,620 | 0,719 | 15,97 |
| Peçanha      | 0,548 | 0,635 | 15,88 |

Madeira para siderurgia

|               |       |       |       |
|---------------|-------|-------|-------|
| Bocaiúva      | 0,651 | 0,736 | 13,06 |
| João Pinheiro | 0,659 | 0,748 | 13,51 |

|                          |       |       |       |
|--------------------------|-------|-------|-------|
| Carandaí                 | 0,676 | 0,760 | 12,43 |
| Nova Era                 | 0,694 | 0,792 | 14,12 |
| Bom Despacho             | 0,721 | 0,799 | 10,82 |
| Capelinha                | 0,564 | 0,673 | 19,33 |
| Carbonita                | 0,593 | 0,679 | 14,50 |
| Itamarandiba             | 0,563 | 0,663 | 17,76 |
| <hr/>                    |       |       |       |
| Madeira para outros usos |       |       |       |
| Ipatinga                 | 0,735 | 0,806 | 9,66  |
| Turmalina                | 0,599 | 0,705 | 17,70 |
| Média                    | 0,633 | 0,724 | 14,62 |

#### O eucalipto

O eucalipto é nativo da Austrália. Há 702 espécies conhecidas, e a adaptação no Brasil foi muito boa, chegando a ter melhor desenvolvimento até que no país de origem.

A produção de madeira para móveis é uma tendência. Para isso seriam necessários uso e manejo diferenciados das florestas, que deveriam ter idade superior a 15 anos. É claro que, ao utilizar-se a madeira para a serraria, não se estará abrindo mão da madeira destinada à produção de carvão e de celulose.

Das mais de 700 espécies de eucaliptos, 30 são plantadas comercialmente. Há eucaliptos de jardim, que não crescem mais de 30cm, e o "Eucaliptus regnans", que atinge mais de 100m. Doze espécies são as mais plantadas no Brasil, sendo 70% da plantação de eucaliptos constituída por "Eucaliptus grandis", "Eucaliptus saligna", "Eucaliptus urophylla" e "Eucaliptus citriodora".

Embora haja aqueles que são contra a plantação do eucalipto, se fosse abolida essa madeira, se instalaria o caos. Não há outra espécie que proporcione a mesma qualidade tecnológica e o mesmo desenvolvimento para suprir certas necessidades de produção. No Brasil, 7.800.000t de celulose, ou seja, 70% da produção, vêm do eucalipto, assim como 45% de toda a lenha consumida, 70% de todo o carvão vegetal, 100% de chapa de fibra dura, como o eucatex, além de 30% dos painéis de aglomerado e MDF e 30% de madeira serrada.

De acordo com a posição da Universidade Federal de Viçosa, o eucalipto tem de ser entendido como uma cultura agrícola e florestal. A cultura da laranja, ou seja, de cítricos, do Estado de São Paulo e de algumas regiões de Minas Gerais, é tão ou mais danosa do que a do eucalipto. Na cultura do algodão há uma quantidade enorme de revolvimento do solo e o uso de herbicidas, de fungicidas e de inceticidas, que é muito mais danoso ao solo do que qualquer manejo florestal. Há florestas produtivas circundadas por florestas nativas. É necessário que sejam utilizadas espécies certas e o manejo certo, para que o meio ambiente seja respeitado, mantendo-se a produtividade.

| Usos             | Espécies                                   |
|------------------|--|
| Papel e celulose | "E. grandis", "E. saligna", "E. urophylla" |
| Mobiliário       | "E. grandis", "E. saligna", "E. globulus"  |

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Postes, dormentes, moirões    | “E. citriodora”, “E. cloeziana”, “E. paniculata”  |
| Energia                       | “E. grandis”, “E. citriodora”, “E. camaldulensis” |
| Estruturas e construção civil | “E. citriodora”, “E. globulus”, “E. robusta”      |

Fonte: José de Castro - UFV

Respeitando-se as regras mínimas de convivência com a natureza, as florestas artificiais de eucalipto de alta produtividade garantem lucros e sobrevivência. O eucalipto não pode, indiscriminadamente, ser considerado o vilão da natureza. O empresário florestal deve ter discernimento e bom senso na escolha correta das espécies e na adoção de técnicas adequadas para a plantação, para o manejo e para a exploração.

Trechos relevantes das falas de alguns convidados

“Buscamos no Executivo apoio à produção florestal, porque ela cessou totalmente em 1986, com o fim dos incentivos fiscais. Criou-se grande estigma, quando se retirou do Orçamento Geral da União qualquer rubrica para a atividade florestal. Virou pecado se dedicar a essa atividade. Nenhum Banco ou agência governamental financiavam o setor, que foi colocado sob a gerência do Sistema Nacional do Meio Ambiente, porque entenderam que só causava problemas. Lamentavelmente, essa visão ainda persiste. Há alguns segmentos da sociedade que o entendem dessa forma. Precisamos de políticas que incluam pequenos e médios agricultores, que foram alijados por questões legais equivocadas do passado e por modelos que levaram à formação de grandes propriedades”. (José Batuíra de Assis - AMS)

“Mas é necessário, para que o IEF adquira postura de gestor da política florestal, que seja um órgão de apoio à produção industrial, de base florestal, e não apenas um órgão de controle, com atuação na área de pequenos proprietários rurais de plantio florestal.” (José Batuíra de Assis - AMS)

“Em termos de política pública, pedimos que haja a concentração dos impostos, taxas e emolumentos em um único instrumento. Falando em nome das empresas e pelos produtores profissionais, a principal taxa seria o licenciamento ambiental, até porque tem uma interface com a certificação florestal, um ato voluntário”. (José Batuíra de Assis - AMS)

“O uso do meio ambiente para fins industriais é chamado agronegócio, sendo mais viável, lucrativo e rentável. Para quem o agronegócio é útil? Qual modelo respeita isso? O agronegócio é um modelo imposto pelos países ricos do Ocidente, que pretendem impor a mentalidade de que tudo deve ser explorado visando a maiores lucros, independentemente dos rastros deixados”. (Luciano Di Santi - CPT)

“Há também uma necessidade de aumentar a oferta do produto florestal. A sua demanda é maior a cada dia. Não encontrando no mercado essa disponibilidade, a sociedade forçosamente buscará esse produto nas áreas naturais. Esta Casa sabe que isso dificulta o processo de condução da política de preservação dos nossos recursos”. (José Medina - IEF)

“Em nível mundial, hoje há uma grande evolução na proposta de desenvolverem-se sistemas agroflorestais e diversificados, que podem incluir o eucalipto como uma das espécies florestais com potencial”. (Rodrigo da Mata Machado Pinto - UFMG)

“Devemos ter cuidado quando usamos o termo sustentabilidade do ponto de vista mais amplo para não pesar o tripé social, econômico e ambiental. Às vezes pesamos muito o lado da sustentabilidade econômica e nos esquecemos do restante, deixando a cadeira cair”. (Rodrigo da Mata Machado Pinto - UFMG)

“Estamos num mundo globalizado e não podemos continuar com a discussão ingênua, simplória, até bucólica (...), e ficar pensando nesses problemas tipicamente paroquiais. Não podemos pensar que a floresta de eucaliptos, assim como a cultura de laranja ou de soja, terá a mesma sustentabilidade de uma floresta com biodiversidade. Se implantarmos uma floresta de pau-brasil, de jacarandá, de ipê-amarelo, de eucaliptos, teremos os mesmos problemas, o que está provado cientificamente. É a questão da monocultura. (...). A discussão não deve ser sobre o eucalipto, mas sobre o modelo”. (José de Castro - UFV)

## 2 - Silvicultura - o estado da arte

A silvicultura moderna no Brasil foi desenvolvida, assim como a agricultura, com base em conhecimentos externos, a partir de 1960, quando foi instalado o primeiro curso de Engenharia Florestal do País. Os primeiros engenheiros florestais, lado a lado com agrônomos, técnicos e práticos, deram suporte à pesada demanda criada nessa mesma década pelos incentivos fiscais ao florestamento e reflorestamento instituídos pelo Governo federal e direcionados a consumidores de matéria-prima florestal e a grandes empreendedores que viram nessa política boa oportunidade de negócio.

Os esforços de desenvolvimento tecnológico da silvicultura centraram-se em espécies de rápido crescimento, em destaque as dos gêneros "Eucaliptus" e "Pinus". Deram-se principalmente dentro das universidades públicas e nas próprias empresas florestais constituídas.

A ciência florestal cresceu junto com a consciência ecológica da sociedade. Hoje, 40 anos após o marco inicial, a silvicultura atingiu invejável nível de conhecimento sobre seu objeto de estudo e Minas Gerais se destaca pela excelência alcançada. A Comissão recebeu diversas contribuições sobre o estado da arte da silvicultura e, apesar de não ter sido possível explorar todas as facetas do tema, traz para este relatório as intervenções que considera mais importantes.

## 2.1 - Programas de melhoramento de eucalipto no Brasil

Texto baseado na explanação feita pelo Sr. Teotônio Francisco de Assis, engenheiro florestal da Aracruz Florestal.

Há vários fatores que interferem na produtividade florestal: genética, nutrientes, água, solo, tráfego de culturas, espaçamento, radiação solar, quantidade de CO<sub>2</sub>, temperatura e precipitação. Além desses, outros fatores bióticos, como pragas e doenças, e fatores abióticos, como incêndios, geadas, ventos e granizos também podem interferir. Na medida em que esses fatores são controlados e aproveitados da melhor forma, a produtividade se aproxima o máximo do seu potencial.

Os programas que visam melhorar as condições genéticas florestais seguem etapas bem definidas: em primeiro lugar, introduz-se o material genético em determinada região. A partir daí, realizam-se ciclos de seleção, recombinação e avaliação do material introduzido. No final de cada ciclo, os materiais genéticos são melhorados por meio da produção de sementes ou por meio de outras técnicas, como a clonagem, por exemplo.

O que se buscava inicialmente com as melhorias genéticas era aumentar a quantidade de madeira produzida. Hoje, além disso, busca-se aprimorar a qualidade do produto e o rendimento da madeira no processo industrial. O objetivo é o aumento da produtividade, e não mais simplesmente o do volume de madeira produzida.

Na produção de celulose, a matéria-prima florestal corresponde a 30% do custo de produção. No caso da siderurgia a carvão vegetal, o carvão representa de 50% a 55% do custo do ferro-gusa. Já na madeira processada, madeira para serraria, as toras representam 60% dos custos de produção de tábuas. Portanto, o aumento da produtividade de madeira provocará a redução no custo de produção de celulose, ferro-gusa, móveis, etc.

O grande desafio no melhoramento genético é combinar o potencial de crescimento de certas espécies com a qualidade de suas madeiras. Hoje, no Brasil, a produção de híbridos e interespecíficos, ou seja, o cruzamento entre duas espécies diferentes, e o uso da clonagem em escala comercial para o plantio florestal são a base de todos os programas de melhoramento genético.

Foram desenvolvidas no País técnicas de polinização controlada em que o cruzamento é feito em apenas um dia, o que tornou a produção de híbridos mais fácil e mais rápida. Busca-se produzir o pomar dentro de casa, ou seja, as plantas são colocadas em vasos e isoladas por telas dentro de casas. Ao evitar a entrada de insetos nessas casas, evita-se a polinização indesejável.

O uso de clones resistentes à seca também tem permitido o avanço do plantio em regiões com baixa produtividade ou que não têm condições de produzir variedade de culturas. A clonagem é, portanto, o método ideal para a utilização do potencial genético.

Quando começou a clonagem, no final da década de 1970, buscava-se a brotação no campo. Na década de 80, surgiu o conceito de jardim clonal de campo. O Brasil desenvolveu a tecnologia dos minijardins clonais, que são sistemas hidropônicos muito eficientes, pois produzem materiais com alta predisposição de enraizamento.

Hoje, utilizamos um sistema superintensivo. No futuro, há a possibilidade de se produzirem milhares de plantas com técnicas de embriogênese somática em espaços minúsculos, como mililitros de meio de cultura. Além disso, já se trabalha na área da genômica no melhoramento de eucaliptos, o que possibilitará novos ganhos com mais rapidez.

O Brasil, em 2003, ultrapassou a marca histórica de mais de 1.000.000ha de florestas clonais. Em 2004, contará com mais 238.000ha de novas florestas de qualidade.

## 2.2 - Manejo florestal

Texto baseado na explanação feita pelo Sr. Augusto Valência, engenheiro florestal da CAF Santa Bárbara.

Todo manejo florestal tem como objetivo um produto final. Para isso, é necessário um programa de melhoramento genético e técnicas de plantio adequadas. Ao longo do ciclo, o povoamento sofre uma série de intervenções ou manutenções visando à melhoria das espécies.

As empresas têm de se certificar e dar à sociedade o entendimento de que estão fazendo um bom manejo florestal. O tripé economia - sociedade - meio ambiente não é dissociável. Não se pode relegar a um segundo plano o meio ambiente nem o aspecto social, pois são parceiros importantes do aspecto econômico.

Há uma diferenciação de manejo para dois tipos de produtos, o carvão vegetal e os sólidos (madeira serrada e para tratamento). No caso da produção de carvão, são necessários três ciclos contínuos de 6 a 7 anos, ou seja, renova-se a floresta a cada 18 ou 21 anos. Para produtos sólidos, serão necessários ciclos mais longos - de, no mínimo, 15 anos -, além de desramas e desbastes, o que gera custos mais elevados.

Obviamente, a qualidade genética é fundamental para que se chegue ao produto desejado. Por exemplo, quanto ao carvão, são buscadas características tais como a alta densidade, a baixa friabilidade e a grande produtividade florestal em tonelada por hectare. No que diz respeito à madeira serrada, busca-se média densidade, menor tensão de crescimento ou de ruptura. Para a madeira tratada, busca-se de média a alta produtividade, com menor índice de absorção de químicos, mas sem que isso prejudique o tratamento que essa madeira deve receber.

Quando se fala em reforma florestal, em termos de manejo, isso significa a substituição do material genético utilizado e a adequação de espaçamentos para o produto desejado. O manejo envolve ainda um planejamento de longo prazo, em razão dos ciclos florestais, e um de curto prazo, para as operações de preparo profundo do solo, do controle de ervas invasoras, da nutrição vegetal e do direcionamento de práticas para cada tipo de produto.



Tipos de manejo de acordo com o produto:

| Produto         | Espaçamento (m <sup>2</sup> ) | Desramas Altura / meses | Desbastes (anos) | Corte raso (anos) |
|-----------------|-------------------------------|-------------------------|------------------|-------------------|
| Madeira Tratada | 6                             | Não                     | Não              | 7                 |
| Carvão Vegetal  | 7,5                           | Não                     | Não              | 6 - 7             |
| Madeira Serrada | 9                             | 3/12<br>6/24            | 6 a 8            | 15                |

### 2.3 - Sistemas agrossilvipastoris

Texto baseado na explanação feita pelo Sr. Luciano Lage de Magalhães, engenheiro florestal da Companhia Mineira de Metais - CMM.

A atividade de agrossilvicultura é definida como aquela que lida com povoamentos permanentes de aspecto florestal, biodiversificados, manejados pelo homem de forma sustentada e intensiva, para gerar um conjunto de produtos para fins de subsistência ou de comercialização. Os sistemas agrossilvipastoris caracterizam-se pelo uso integrado de áreas rurais com cultivos agrícolas, pastagem e florestas, segundo a sua vocação ambiental.

Um dos maiores projetos de sistemas agroflorestais de que se tem notícia, no Brasil e no mundo, vem sendo desenvolvido no Noroeste de Minas, Município de Vazante, região com grande vocação para a agrossilvicultura. Está consolidado há praticamente 15 anos e é levado a cabo com indiscutível maturidade. Além disso, conta com parcerias de universidades e outros órgãos especializados para realização de trabalhos em melhoramento genético e plantios clonais.

Os solos da região são planos, com boa constituição física, mas quimicamente pobres. Os períodos secos e chuvosos são bem definidos. As secas chegam a durar seis meses no ano.

Nesse projeto, a distância entre as linhas de eucalipto foi ampliada dos tradicionais 3x2m para 10x4m. Isso produz uma população de plantas dez vezes menor que o antigo 4m<sup>2</sup>/planta (3x1m) ou quase 7 vezes menor que o atual 6m<sup>2</sup>/planta (3x2). A população de plantas é de 250 árvores de eucalipto por hectare.

Observou-se que árvores isoladas sofrem menos competição e, portanto, são mais produtivas. A grande distância entre elas, porém, seria um desperdício de área livre, o que levou à inclusão de componente agrícola nessa área. Assim, no ano zero do plantio de eucalipto, é introduzido o cultivo de arroz; e no primeiro ano subsequente à colheita do arroz - próximo a novembro, que é estação chuvosa -, é introduzido o plantio de soja.

A adubação residual oriunda da cultura do arroz e da soja cria condições muito favoráveis para o desenvolvimento do eucalipto. Essas condições, invejáveis também para implantação de pastagem e produção de carne, permitem a instalação do componente pastoril. Num prazo de 22 meses, foram cultivados eucalipto, arroz, soja e braquiária.

Como são produzidas árvores com diâmetro grande, devido ao espaçamento amplo entre elas, o uso da madeira é diversificado: o tronco é utilizado para a serraria, a madeira roliça, para a construção civil entre outras aplicações, e o resíduo da madeira, para a produção de carvão para churrasco.

A desrama é feita anualmente para se obter qualidade na madeira serrada. Aos 9 anos as árvores apresentam 35m<sup>3</sup> de lenha por hectare por ano, com diâmetro médio acima de 30cm. Antes de se adotar esse sistema de produção, a produtividade florestal no Noroeste de Minas era de 18m<sup>3</sup> por hectare por ano.

Nesse espaçamento não há interferência das bordaduras, ou seja, as árvores externas não ficam mais grossas que as do meio, os diâmetros seguem um padrão único. Com 10 anos, elas já ocuparam todo o espaço que lhes foi reservado, apesar da baixa população por hectare.

O arroz e a soja também têm alta produtividade, em torno de 25 sacas ou 1.500kg por hectare por ano. Com a criação de gado, são produzidas oito arrobas e meia de carne por hectare por ano.

No passado, pensava-se que a produtividade era diretamente proporcional ao número de plantas por hectare. É cada vez mais evidente que isso não é verdade.

### 2.4 - Manejo para o uso múltiplo da madeira

Texto baseado na explanação feita pelo Sr. Rodrigo Silva do Vale, engenheiro florestal representante do Centro Brasileiro para Conservação da Natureza - CBCN - e da Sociedade Brasileira de Agrossilvicultura.

Além do eucalipto, os principais gêneros e espécies de rápido crescimento são o "Pinus", a "Tectona", a "Toona ciliata", a "Acácia mangium" e a seringueira.

Os produtos da floresta podem ser classificados como madeireiros e não-madeireiros.

Entre os produtos madeireiros, podem-se citar:

- madeira roliça: postes, moirões de cerca, dormentes para estradas de ferro;
- madeira serrada: construção civil (escoras, vigas, colunas caibros, ripas) e móveis;
- painéis: de madeira sólida (lâminas, compensados, aglomerados, painéis sólidos) e reconstituídos (MDF, chapas de fibra, OSB, HDF, etc.);
- celulose e papel;
- lenha, cavacos de madeira, carvão vegetal para produção de energia.

Os móveis são produtos de destaque por terem alto valor agregado. Os pólos moveleiros do Estado têm utilizado "ecodesign" na sua produção.

São exemplos de produtos não-madeireiros:

- resinas;
- produtos de apicultura;
- sementes (eucalipto, pinheiro-do-paraná, castanha-do-pará, pequi, entre outras);
- taninos e óleos essenciais (Citronelal, Cineol, Eucaliptol).

Existem outros valores agregados ao uso múltiplo da floresta. Entre as vantagens do ponto de vista ambiental, destaca-se a proteção do solo. A Universidade Federal de Viçosa está realizando trabalhos para a proteção de nascentes, visando ao aumento da quantidade de água disponível. Há, ainda, outros serviços prestados pelos plantios florestais: abrigo da fauna, seqüestro de CO<sub>2</sub>, paisagismo, quebra-vento, sombreamento, cerca-viva, turismo e recreação.

Extração de nutrientes por diferentes culturas:

| Cultura     | Produtividade / ha | Extração kg/ha/ano |
|-------------|--------------------|--------------------|
| Eucalipto   | 45 st/ha/ano       | 67,5               |
| Cana        | 85 t               | 301                |
| Citrus      | 5 cx./pé           | 199,4              |
| Cacau       | 1,5 t              | 174,2              |
| Seringueira | 0,6 t              | 8,7                |
| Café        | 2,0 t              | 140,7              |

Fonte: CBCN

Quanto ao seqüestro de carbono, pesquisas comprovam que, para 1,0g de matéria seca produzida, são retirados do ar 1,5g de CO<sub>2</sub> e liberados 1,1g de O<sub>2</sub> na atmosfera.

## 2.5 - Crédito de carbono

Texto baseado na explanação feita pelo Sr. Fábio Nogueira de Avelar Marques, da Plantar Florestal.

A partir da revolução industrial, houve um aquecimento paulatino do planeta, devido às emissões dos gases do efeito estufa. Os principais são o CO<sub>2</sub>, o metano e o óxido nitroso. Em concentração excessiva na atmosfera terrestre, não permitem que a radiação solar refletida pela terra escape. Se não houvesse concentração alguma desses gases, a Terra seria um planeta gelado, mas as atividades antropogênicas e a interferência humana desequilibraram a composição natural da atmosfera. Como essa concentração aumentou, o aquecimento da atmosfera tornou-se um problema mundial, afetando não somente determinados setores econômicos, mas também cada indivíduo, independentemente de sua localização no planeta.

As discussões sobre mudanças climáticas começaram na década de 70 e foram aprofundadas na ECO 92. Foi elaborada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que determinou a necessidade de redução e estabilização dos gases do efeito estufa.

O Protocolo de Kyoto, firmado em 1997, com força de tratado internacional, determinou a necessidade de redução, em relação aos níveis de 1990, de 5% das emissões de efeito estufa pelos países industrializados. Isso deve ocorrer no período compreendido entre 2008 e 2012, denominado primeiro período de comprometimento.

Os 189 países signatários adotaram o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, para facilitar o cumprimento de metas globais. Para os países em desenvolvimento que não têm metas de redução de emissões, foram criados três mecanismos de flexibilização. Um deles é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL -, que permite ao indivíduo ou organização abater suas metas de redução se investir em um projeto que gere desenvolvimento sustentável e redução de emissões em um país em desenvolvimento.

Para que o Protocolo entre em vigor, definitivamente e com força de lei, a soma das emissões dos países signatários deve representar, no mínimo, 55% das emissões dos países industrializados. O Protocolo foi assinado e ratificado por 122 países, o que representa 44% das emissões de gás de efeito estufa dos países industrializados. A Rússia é responsável por 17% das emissões, se ela ratificar o Protocolo, o limite mínimo terá sido atingido. Os Estados Unidos da América - EUA - alegam que não ratificarão o Protocolo, alegando que isso prejudicaria a economia norte-americana. Essa posição também foi adotada pela Austrália. O grande fiel da balança, portanto, é a Rússia.

Há dois tipos de créditos de carbono: permanentes e temporários. Os créditos permanentes são os decorrentes de projetos que, pelo aproveitamento eficiente de energia e melhoria dos processos industriais, reduzem as emissões de usinas. Entre esses projetos estão a troca de combustíveis fósseis por combustíveis renováveis ou a queima de gases em decomposição, que tem sido muito aplicada no setor de aterro sanitário. Uma vez evitada a emissão por meio dessas ações, o benefício é permanente.

Os créditos temporários estão condicionados à existência da floresta nativa ou de plantações de árvores. É o chamado seqüestro ou remoção de CO<sub>2</sub> por meio de reflorestamento ou florestamento, que criam estoque de carbono só enquanto a floresta existir. Esse crédito não pode ter o mesmo "status" de um crédito permanente e só pode ser abatido na proporção de 1% para os países que o utilizarem.

A silvicultura gera biomassa, que é uma fonte de energia renovável para diversos usos. Outra possibilidade para essa atividade é a recuperação de áreas degradadas. Porém, a floresta, por si só, não gera crédito de carbono. Para que isso ocorra, é necessário provar que aquele estoque de carbono só existirá se o projeto for implementado.

Um fato importante é que estão sendo definidas as regras para os projetos florestais de pequena escala. Essas regras não serão tão rígidas, justamente para permitir que os créditos sejam aproveitados em uma escala menor e para estimular a parceria entre diversos empreendimentos, comunidades locais, ONGs, etc.

O projeto da Plantar, concebido em 1998 e aprovado pelo Fundo do Protótipo de Carbono do Banco Mundial, tem como objetivo produzir ferro-gusa com utilização de energia renovável proveniente da biomassa cultivada. O atual cenário, de déficit de plantios e demanda crescente, sugere a substituição progressiva da produção de gusa a carvão mineral pela produção a carvão vegetal, uma tecnologia genuinamente brasileira.

Para que a siderúrgica seja auto-suficiente de forma contínua e sustentável, o projeto prevê o cultivo de florestas próprias da Plantar. Atingida essa meta, será mantida a produção de ferro-gusa a carvão vegetal.

O projeto foi estruturado com quatro componentes. O primeiro é a criação de estoque de CO<sub>2</sub> nos plantios florestais. O segundo é a mitigação de metano na produção de carvão vegetal. O terceiro e principal componente é a produção de ferro-gusa a carvão vegetal. O quarto é a recuperação de uma área de cerrado. Lá, o estoque de carbono estará condicionado às regras de permanência.

Trechos relevantes das falas dos convidados:

“A clonagem é uma cópia fiel do ser original. Sob o ponto de vista genético, ela melhora a composição genética da floresta plantada por permitir que seres mais produtivos e de melhor qualidade sejam multiplicados por clonagem e tragam os benefícios provenientes dela”. (Teotônio Francisco de Assis - Aracruz)

“O salto de produtividade não se concentra nas empresas A, B ou C, mas permeia todas elas, exatamente porque o setor é tecnologicamente bem estruturado com institutos de pesquisa e grupos de trabalhos. Essa vantagem garante a manutenção tecnológica de forma permanente e crescente”. (Augusto Valência - CAF Santa Bárbara)

“Um dos componentes do projeto da Plantar é a recuperação de uma área de cerrado, atualmente composta por pasto, por meio de uma série de medidas. (...) Estamos procurando aperfeiçoar essa experiência. Há uma série de dificuldades técnicas, mas é uma possibilidade a ser explorada pelos setores brasileiros”. (Fábio Avelar - Plantar Florestal)

“Esse programa de consórcio de plantas é extremamente aplicável. É desejo da área social da nossa empresa multiplicá-lo por meio de fomentos florestais e proporcionar oportunidade para os pequenos, médios e grandes produtores”. (Luciano Lage- CMM)

“Se houver tecnologia para que esse produtor possa permanecer em sua propriedade e sobreviver, não ocorrerá esse inchamento nas periferias. O processo da sustentabilidade vem ao encontro desses pontos(...). Outras espécies florestais precisam se colocadas nesse 'ranking' de pesquisa”. (Antônio Bartolomeu do Vale - UFV)

### 3 - Cadeias produtivas de base florestal

#### 3.1 - A siderurgia a carvão vegetal

Os estoques de minérios ricos em ferro e outros metais são riquezas naturais que historicamente movem a economia do Estado. A transformação desses minérios em metais é a função básica da siderurgia e agrega muito valor a eles.

A siderurgia a carvão vegetal surgiu pela falta de reservas de carvão mineral. No passado, a cobertura florestal nativa, abundante em todo o território, forneceu a energia e o redutor, principalmente para o ferro. Os plantios florestais surgiram para dar sustentabilidade a essa atividade, e seu volume é determinado por políticas públicas de incentivo que levam o empresariado a realizá-la.

Segundo o Sr. Luiz Eduardo Furiati Lopes, representante do SINDIFER, a siderurgia a carvão vegetal é um modelo tipicamente mineiro. Essa indústria nasceu, cresceu e desenvolveu-se tecnologicamente em Minas Gerais. O mini alto-forno e o grande alto-forno alimentados a carvão vegetal são típicos do nosso Estado. A siderurgia a carvão vegetal funciona com uma energia renovável, proveniente principalmente dos plantios de eucalipto, base de sua sustentação. Inclui-se aí também o setor de ferros-liga.

O ferro-gusa, produto primário do setor, entra na composição dos tubos de aço que a Mannesmann faz e em 50% do aço inox da ACESITA. Minas não pode prescindir dessa indústria, mas é importante discutir a forma correta de operacionizá-la. O processo siderúrgico, como um todo, causa impacto no meio ambiente, mas o setor vem investindo no controle ambiental, e a indústria de ferro-gusa atual é bastante diferente em relação à de quatro ou cinco anos atrás.

Minas Gerais é responsável por 60% da produção nacional de ferro-gusa. Hoje são 52 indústrias com a capacidade de 6.500.000 toneladas. Elas produziram, no ano passado, 5.200.000 toneladas. Normalmente, 50% da produção são exportados. Do que fica, cerca de 700 ou 800 mil toneladas vão para a indústria de fundição e para a de produção de autopeças, máquinas e equipamentos agrícolas, instaladas no Brasil, principalmente na região de São Paulo. São vendidas 2 milhões de toneladas para as indústrias de aço.

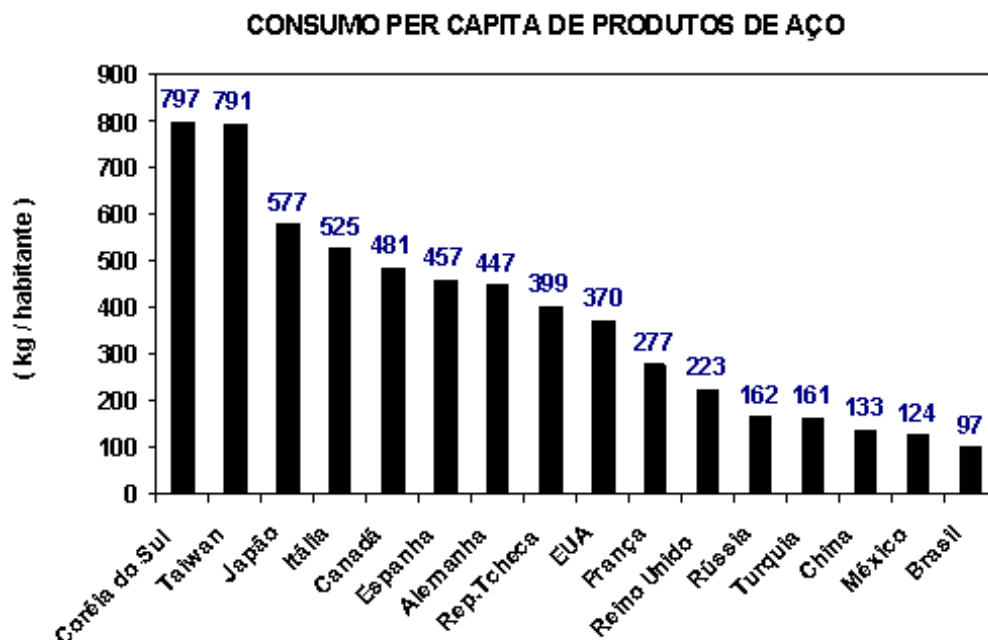
Nos últimos dois anos, as indústrias mineiras investiram R\$130.000.000,00 na implantação de novos padrões de controle ambiental. É necessário definir claramente uma política de plantio para garantir a auto-sustentabilidade, pois, apenas para o setor de ferro-gusa, devem-se plantar 75 mil hectares por ano. Essa meta não está sendo cumprida.

O setor faturou US\$76.000.000,00 em 2003, US\$360.000.000,00 apenas com exportações; é responsável pela geração de 15 mil empregos diretos e 50 mil indiretos; recolheu cerca de R\$460.000.000,00 em impostos federais e estaduais, dos quais R\$180.000.000,00 de ICMS e R\$235.000.000,00 de contribuições sociais.

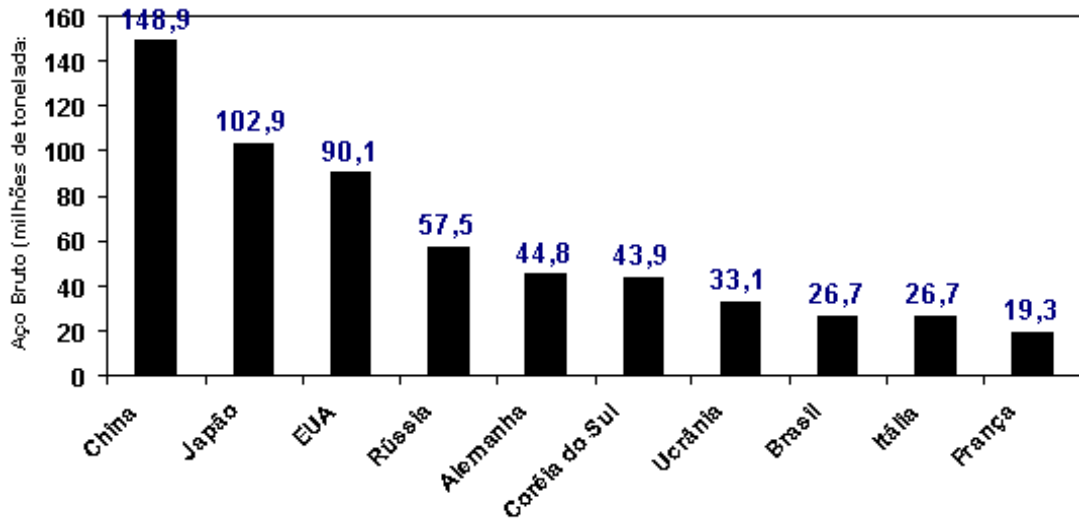
Segundo o Sr. Adelmo J. Melgaço, da Associação Brasileira dos Produtores de Ferro-Ligas e de Silício Metálico - ABRAFE -, não se faz aço sem esses dois produtos. O ferro-liga dá as características ao aço. O Brasil é hoje o 8º produtor mundial do ferro-liga, e a metade da produção brasileira ocorre em Minas Gerais. A produção é calcada, sem exceção, em carvão vegetal como redutor, não como energético.

Minas Gerais produziu, no ano passado, 525 mil toneladas e exportou US\$400.000.000,00. Todo o mercado nacional foi abastecido por um grupo de dez empresas mineiras localizadas principalmente em áreas da SUDENE. O setor é auto-suficiente na produção de carvão.

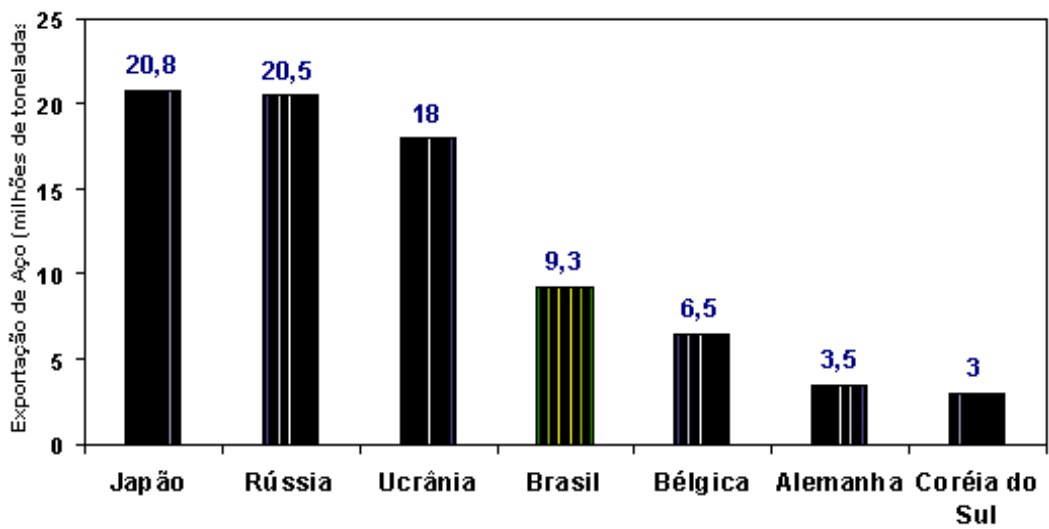
Segundo o Sr. Guilherme Dias de Freitas, da V&M Florestal, o Brasil tem uma posição de destaque no mundo, pois é hoje o 8º produtor de aço. "É uma posição bem relevante: 50% da América Latina e 3% do mundial" (Túlio Raad - V&M Florestal). Em 2003, a produção brasileira foi de 31 milhões de toneladas de aço; em 2001 e 2002, cresceu em torno de 10% ao ano, o que foi um grande ganho na produção mundial de aço.



### PRODUTORES MUNDIAIS DE AÇO

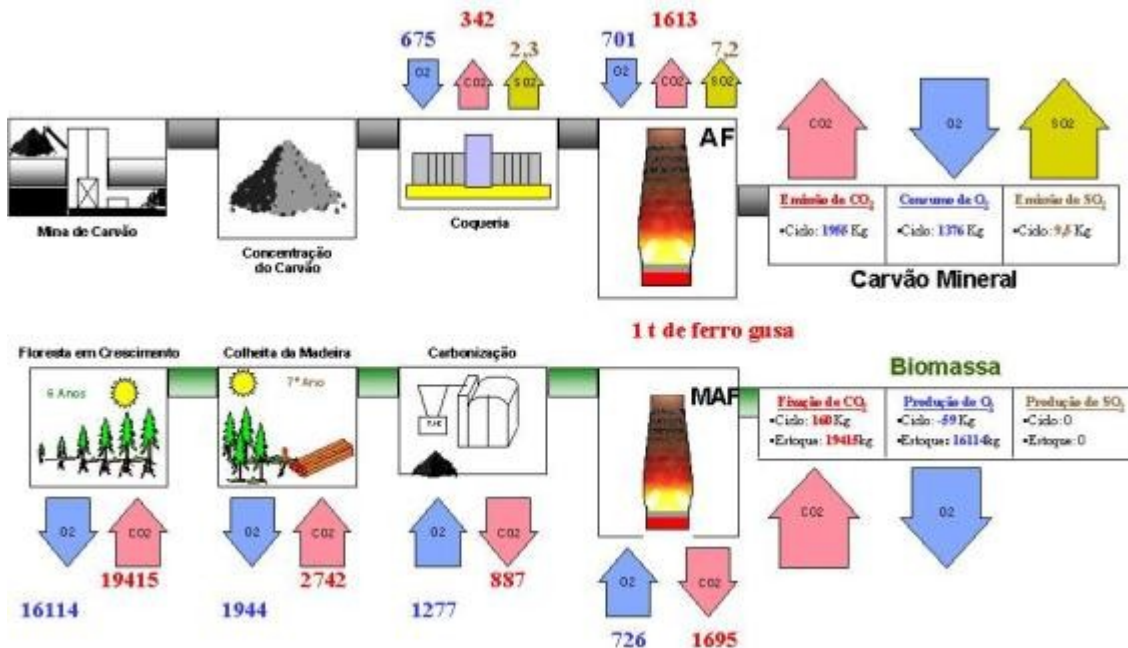


### EXPORTAÇÃO LÍQUIDA DE AÇO



As empresas do setor siderúrgico a carvão vegetal têm uma preocupação direta com a gestão ambiental em suas áreas de produção florestal. Caracterizadas por extensas porções territoriais, essas áreas preservam entre 30% e 50% da cobertura nativa. Algumas empresas mantêm programas, com a participação de universidades, de monitoramento de fauna, garantindo condições adequadas de conservação.

Quando se utiliza o carvão vegetal de florestas, não há emissão de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, mas liberação de oxigênio. Também não há emissão de enxofre na redução de minério de ferro, sério problema ambiental quando se utiliza o carvão mineral.



Na siderurgia a carvão mineral, são emitidas quase 2 toneladas de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, para cada tonelada de aço produzida. Em termos ambientais, é drástica a diferença quando se faz a opção pelo carvão vegetal ou pelo mineral.

Segundo o Sr. José Bатуira de Assis da AMS, nos últimos 40 anos, o setor siderúrgico avançou em três aspectos da cadeia produtiva: a produtividade florestal, a conversão da lenha em carvão e o consumo de carvão vegetal por tonelada de gusa. Todos esses aspectos implicam ganhos ambientais.

### Ganhos Obtidos pelo Setor Siderúrgico a Carvão Vegetal

| Aspecto                 | Situação Anterior          | Situação Atual              | Ganho |
|-------------------------|----------------------------|-----------------------------|-------|
| Produtividade florestal | 8,0 m <sup>3</sup> /ha/ano | 35,0 m <sup>3</sup> /ha/ano | >300% |
| Conversão lenha/carvão  | 3,5 st/MDC (anos 1970)     | 1,8 st/MDC                  | ~50%  |
| Consumo de Carvão Veg.  | 3,5 MDC/t. gusa            | 2,8 MDC/t. gusa             | =20%  |

Fonte: AMS

#### 3.1.2 - A carbonização e seus subprodutos

Texto baseado na exposição do Sr. Túlio Jardim Raad, da Vallourec-Mannesmann, e da Sra. Maria Emília de Rezende, proprietária da Biocarbo.

A produção anual de carvão vegetal é de 7.500.000t, a qual supre apenas 28% da demanda do termorreduzidor para a produção de ferro-gusa no País. Apenas 30% do nosso aço é produzido com uso de carvão vegetal. Minas Gerais é o Estado que mais produz carvão vegetal, com 61% da produção nacional e com a melhor tecnologia para fazê-lo.

Quando qualquer biomassa, por exemplo madeira, é aquecida com a presença de oxigênio, produz-se a combustão, e a biomassa funciona como energético. A biomassa é largamente utilizada como energia no Brasil, em especial em Minas Gerais. No Estado, a biomassa é responsável por 28% da matriz energética, segundo a CEMIG. O quadro a seguir apresenta alguns produtos da silvicultura utilizados como energéticos.

## Produtos Energéticos Derivados da Silvicultura

| Produtos Energéticos da Biomassa        | Preços Atuais                        |
|---|--------------------------------------|
| Madeira em pé                           | US\$ 7.00 a 9.00/m <sup>3</sup>      |
| Lenha (cortada)                         | US\$ 9.00 a 12.00/m <sup>3</sup>     |
| Carvão                                  | US\$ 100 a 140/t. ou U\$ 25 a 35/MDC |
| Cavacos de madeira                      | US\$ 23.00 a US\$ 35.00/t            |
| Briquetes de resíduos ligno-celulósicos | FOB: U\$ 52,00                       |
| Briquetes de carvão vegetal             | FOB: U\$ 210,00                      |

Fonte: RENABIO

O que é o carvão vegetal? Quando se tem madeira aquecida na ausência de oxigênio, ela é transformada em carvão vegetal. O carbono, que corresponde a 50% da massa da madeira, é concentrado no carvão vegetal. Metade da madeira é formada de carbono. É muito importante investir para instrumentalizar melhor os fornos de carbonização. Fornos mais equipados permitem visualizar o que ocorre em seu interior e conseqüentemente atuar no processo de conversão de madeira em carvão. Dessa forma, é possível aproveitar melhor a matéria-prima. Na V&M, 100% da produção, hoje, são monitorados por instrumentos.

A maior parte da fumaça, hoje, é jogada na atmosfera e essa deve ser uma enorme preocupação ambiental. Da fumaça podem ser extraídos o alcatrão e o ácido pirolenhoso, que agregam valor ao carvão vegetal.

O alcatrão vegetal é um combustível, como o petróleo. Pode ser utilizado em termelétricas ou para secar e aquecer a madeira, melhorando a produtividade do processo de carbonização.

São produtos advindos do alcatrão vegetal: materiais poliméricos, que podem substituir o plástico; adesivos fenólicos, que substituem a cola; pavimentação asfáltica e impermeabilização de camada asfáltica.

Na produção de uma tonelada de carvão obtém-se uma tonelada de licor pirolenhoso. O alcatrão vegetal, separado, daria 300t por tonelada de carvão. Uma quantidade de 5.000.000t de ferro-gusa, portanto, poderia gerar alcatrão equivalente a 800.000t de petróleo.

Do ácido pirolenhoso, que é a fase mais aquosa da recuperação do alcatrão, obtém-se outra série de derivados, como fertilizantes, produtos para plásticos, asfalto, perfumes e óleos extraídos do alcatrão aplicados na produção de alimentos com sabor defumado. Alguns desses derivados são exportados para os Estados Unidos.

Trechos relevantes das falas de alguns convidados

Por ter a base instalada, a siderurgia a carvão vegetal (...) talvez seja o maior exemplo de sustentabilidade no Planeta. Só não pode ser malfeita (Maria Emília de Rezende - Biocarbo).

Fizemos, na área florestal, o que a agricultura sempre fez. Por essa ótica, não admito que tenhamos errado, absolutamente. Fizemos o que de melhor podia ser feito naquele momento histórico, porque não havia outra tecnologia. É importante olhar para frente, e não ficarmos nos deitando na culpa (José Bатуira de Assis - AMS).

Tenho certa dúvida sobre o zoneamento agroecológico de Minas. Será que considerou fatores mais amplos do ponto de vista da sustentabilidade social e outros indicadores importantes, na época em que foi feito? (Rodrigo Pinto Mata Machado - ICB - UFMG).

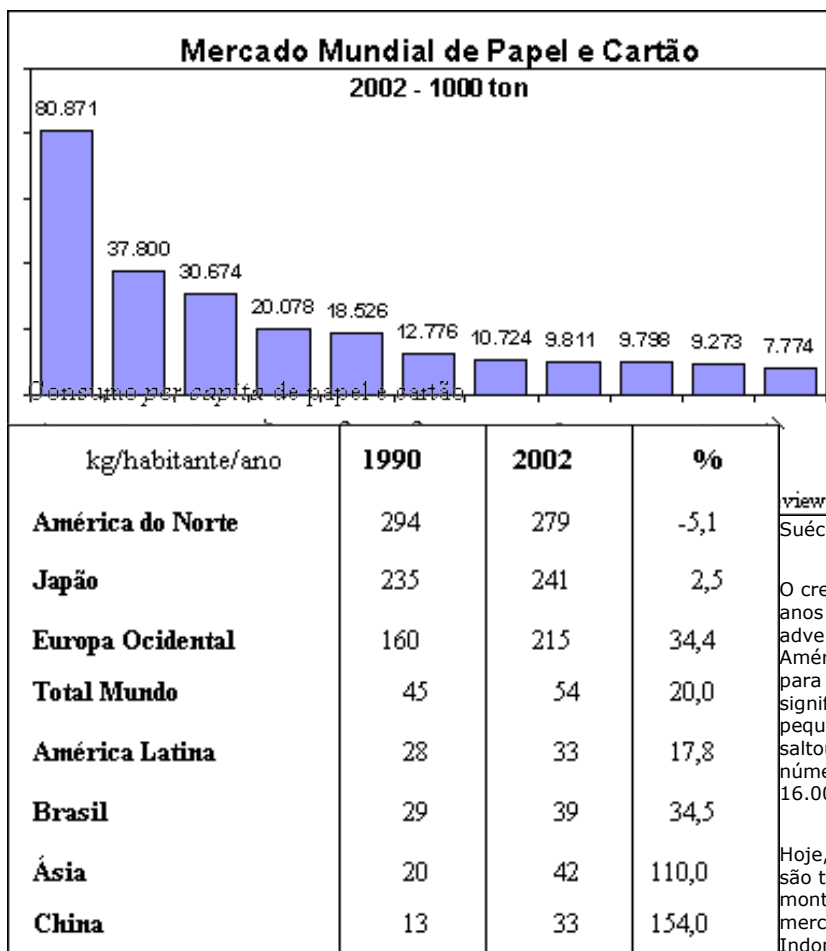
A certificação florestal tem uma aproximação muito grande com a agricultura ecológica (Guilherme Dias de Freitas - V&M Florestal).

Do ponto de vista do desenvolvimento do Estado, o eucalipto passa a ser fundamental para se pensar no final da cadeia. (...) O desenvolvimento daquelas regiões mais pobres de Minas certamente passará por essa cultura (Márcio Moreira - INDI).

### 3.2 - A celulose e o papel

#### 3.2.1 - O mercado mundial de celulose e papel

Texto baseado na exposição do Sr. Túlio Cezar Gomes, colaborador da CENIBRA.



O Brasil ocupa a 11ª posição mundial na produção de papel e cartão, chegando a 7.700.000t por ano. Com os investimentos e planos de expansão previstos pelo setor, o País poderá ser elevado à sexta posição.

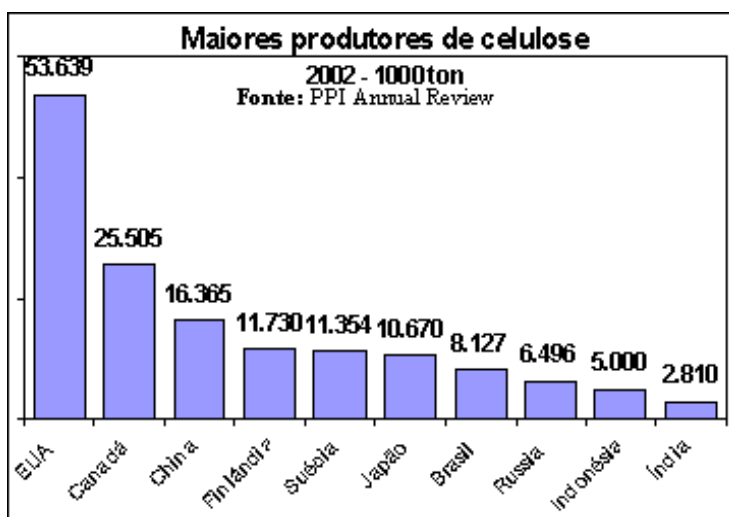
O consumo "per capita" de papel e cartão é um indicador do nível de desenvolvimento de uma sociedade, que se reflete nos gastos com educação e higiene. O consumo da América Latina está bem abaixo do padrão considerado ideal, que é de 200kg por habitante por ano, embora tenha crescido 17% nos últimos 12 anos. Na Ásia, o crescimento foi de 110% no mesmo período; a China, isoladamente, cresceu 154%.

Quanto à produção de celulose, matéria-prima para a produção de papel e cartão, o Brasil ocupa a 7ª colocação no "ranking" mundial. Os EUA são o maior produtor mundial, e o Brasil, com os planos de investimento existentes, pode chegar à 4ª colocação nos próximos dez anos, ultrapassando a Finlândia, a Suécia e o Japão.

O crescimento da produção de celulose na Europa entre os anos 1980 e 2002 foi insignificante em virtude de condições adversas, entre elas disponibilidade de terra e clima. Na América do Norte, o crescimento foi grande, de 65.000.000t para 79.000.000t por ano, embora percentualmente não seja significativo. Na Oceania e na África, o crescimento foi pequeno. Na América Latina, em 22 anos, a produção dobrou: saltou de 5.700.000t para 12.000.000t por ano; mas em números absolutos ainda se produz pouco. A Ásia saltou de 16.000.000t para 38.000.000t por ano.

Hoje, no mundo, cerca de 49.000.000t de celulose por ano são transacionadas. O Brasil responde por 10% desse montante, o que significa uma expressiva participação no mercado mundial. O Brasil, a África do Sul, o Chile e a Indonésia são os países de maior potencial nesse mercado. A participação da CENIBRA no mercado mundial é de 2%. No segmento de produção de celulose, o Brasil é extremamente

competitivo. Cerca de 95% das receitas das empresas são gerados no exterior e cerca de 80% dos gastos ocorrem no Brasil.



A CENIBRA, que possui a única fábrica de celulose de Minas Gerais, começou a produzir no final de 1977. Em 1995 expandiu suas atividades e instalou uma segunda linha de produção. Em 2003 a produção, que vem crescendo em virtude de melhorias no processo, atingiu o patamar de 860.000t. Neste ano, a previsão de vendas é de 914.000t. Em 2005, deve-se aproximar de 1.000.000t. Existem planos de investimentos previstos para duplicar essa produção nos próximos anos.

Para a duplicação, um estudo preliminar indica que a CENIBRA demandaria aproximadamente mais 50.000ha, além dos 126.000ha que já possui. Como se vê, a área necessária é menos da metade da já existente. Isso se deve ao crescimento da produtividade do eucalipto, obtido a partir do desenvolvimento da tecnologia silvicultural. Há ainda a previsão de que o fomento florestal, que hoje responde por 10% do fornecimento de madeira, passaria a responder por 20%.

O fomento florestal da CENIBRA, que é feito em convênio com o IEF, é uma parceria desta com os produtores rurais com propriedades localizadas nas regiões de influência da empresa. Eles recebem mudas, insumos, assistência técnica e, conforme o contrato, financiamento; em troca se comprometem a fornecer a madeira dentro das condições do contrato firmado. O critério básico para a assinatura do contrato de parceria é a identificação e a formalização das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Além disso, 2% do total de mudas que a empresa fornece são de essências nativas, pioneiras da área, e o fazendeiro deve obrigatoriamente fazer o enriquecimento da reserva legal com essas mudas. Não mais do que 20% a 30% da área da propriedade é utilizada para o plantio de eucalipto. Dos fazendeiros fomentados pela CENIBRA, 77% residem na propriedade.

Hoje, o mercado mundial exige uma atenção muito grande para a questão ambiental. A certificação ISO 14.000 é uma condição "sine qua non" para se vender celulose.

A pesquisa e o desenvolvimento tecnológico é o grande diferencial do Brasil nesse mercado e se soma às condições climáticas, ambientais e territoriais.



Segundo dados fornecidos pela Associação Brasileira de Celulose e Papel - ABRACELPA - e pela Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel - ABTCP -, o setor de celulose e papel no Brasil:

- gera 63.000 empregos próprios e 9.000 terceirizados; arrecada R\$20.600.000.000,00 de faturamento; responde por US\$2.300.000.000,00 no saldo da balança comercial; gera R\$ 1.600.000.000,00 de faturamento em Minas Gerais; produz 371.532t de papel e 914.000t de celulose em Minas Gerais; possui 220 empresas, localizadas em 450 Municípios de 16 Estados. Em Minas Gerais, possui 19 empresas; paga R\$1.700.000.000,00 de impostos diretos; planta 1.500.000ha de florestas, em 394 municípios de 11 Estados; possui 1.500.000ha de florestas nativas preservadas; recicla 3.000.000t de papel anualmente; utiliza exclusivamente madeira de florestas plantadas de "Pinus" e "Eucaliptus"; tem previsão de US\$14.400.000.000,00 em investimentos previstos para 2003-2010; tem previsão de saldo adicional de US\$30.000.000.000,00 na balança comercial brasileira; tem previsão de R\$7.000.000.000,00 de impostos adicionais e mais 60 mil empregos diretos.

### 3.2.2 - O setor de papel em Minas Gerais

Texto baseado na exposição do Sr. Antônio Eduardo Baggio, Presidente do SINPAPEL.

O mercado de papel se divide em dois: o de papéis para impressão gráfica e escrita, que normalmente são produzidos com celulose de fibra curta, oriunda, quase sempre, do eucalipto; e o de papéis para embalagens, utilizados em caixas de papelão, sacos e outros itens, normalmente produzidos com fibras longas, oriundas de "Pinus elliotis". O Estado de Minas Gerais não é um plantador de "Pinus elliotis". A maior parte das florestas para a conversão de celulose compõe-se de eucalipto; no entanto, apesar de não produzir celulose de fibra longa, Minas Gerais é um importante produtor de papel para embalagens, por meio de reciclagem. Aqui se produzem quase 15% de todo o papel reciclado no Brasil. E essa matéria-prima reciclada serve de base às indústrias que aqui estão, principalmente às indústrias convertedoras de papelão ondulado.

Hoje, 4 das 19 fábricas de papel de Minas Gerais produzem papel sanitário, toalhas de papel e papel higiênico. Uma delas, a Santa Terezinha, em Governador Valadares, detém praticamente 6% da produção nacional de papel higiênico. As outras 15 empresas produzem papéis variados, notadamente papéis para embalagem de papelão ondulado.

Em 2001, segundo o INDI, o Estado produziu 350.000t de papel, das quais 155.000t foram convertidas internamente em papelão ondulado; 150.000t vendidas a outros Estados, em permuta com papéis de melhor qualidade, como o papel "kraft"; e 45.000t convertidas em papel sanitário. Essa produção gerou nesse ano um faturamento de cerca de R\$450.000.000,00.

A utilização da capacidade instalada dessas indústrias em Minas Gerais está hoje em torno de 92%. É desejo dos transformadores e dos fabricantes de papel que o Estado atraia, futuramente, investimentos florestais e industriais para suprir as empresas locais de celulose de fibra longa, matéria-prima nobre para o setor de embalagem.

### 3.2.3 - Celulose em Minas Gerais: aspectos socioambientais

Texto baseado nas exposições dos Srs. Germano Aguiar Vieira e Robinson Félix, colaboradores da CENIBRA

Entre os anos de 1950 e 2000, a população humana do planeta passou de 2.500.000.000 de pessoas para 6.200.000.000. Até 2025, a Terra deverá comportar 8 bilhões de pessoas. No Brasil, a situação é similar, em 1950, havia 51 milhões de brasileiros, e, em 2000, já eram quase 170 milhões.

O aumento da população implica aumento de consumo de madeira. Comparando a produção de madeira da floresta nativa, 1m<sup>3</sup> a 3m<sup>3</sup> por hectare por ano, com a de plantio florestal no Brasil, 10m<sup>3</sup> a 40m<sup>3</sup> por hectare por ano, verifica-se que a solução para atender à demanda de madeira não cabe à floresta nativa. Para preservá-la, é obrigatória a utilização de florestas plantadas de alta produtividade; a produção, porém, deve estar em harmonia com as questões sociais e com o equilíbrio ambiental. Na bacia do rio Doce, onde atua a CENIBRA, o manejo tradicional ainda se faz com o uso do fogo e a principal ocupação do solo são as pastagens, o que causa um dano muito grande ao meio ambiente. Essa situação é grave, pois, além de provocar o assoreamento do rio Doce, põe em risco a sustentabilidade da produção. O plantio de florestas praticado pela empresa protege de forma mais adequada o solo do que a pastagem e garante a manutenção de grandes áreas de reserva.

| Locais estudados            | Índice de Diversidade Shannon Weaver |   |
|-----------------------------|--------------------------------------|---|
| Fonte: CENIBRA              |                                      |   |
| Ipaba                       | 3,607                                | A CENIBRA tem uma área cultivada de 126.000ha e quase 90.000ha de reserva de Mata Atlântica, distribuídas no entorno do Parque Estadual do Rio Doce, que tem área total de 35.000ha. A reserva e as áreas de preservação permanente guardadas pela empresa florestal são de altíssima qualidade, o que é comprovado por levantamentos realizados pela UFV, adotando o mundialmente aceito índice de diversidade Shannon Weaver.<br><br>Segundo o Prof. Millor Godoy da UNILESTE, 80% das terras do vale do rio Doce são pastagens. Apenas 5% do solo tem cobertura florestal, que está fragmentada. A qualidade da água |
| Guanhães                    | 4,205                                |   |
| Cocais                      | 4,666                                |   |
| Parque Estadual do Rio Doce | 3,980                                |   |

de lagos e córregos usada nos plantios da CENIBRA é a mesma da água de córregos e lagos das áreas de reserva. Nas pastagens encontram-se as águas de pior qualidade, com mais sólidos em suspensão, mais coliformes fecais, baixos níveis de oxigênio e maior salinidade, devido ao manejo inadequado dessas áreas.

O Prof. Millor afirma ainda que, em um relevo tão acidentado como o do médio rio Doce, a ocupação florestal é a melhor opção para conservar a qualidade e a quantidade das águas, pois seus efeitos são contínuos, desde que o manejo florestal respeite os ecossistemas ciliares.

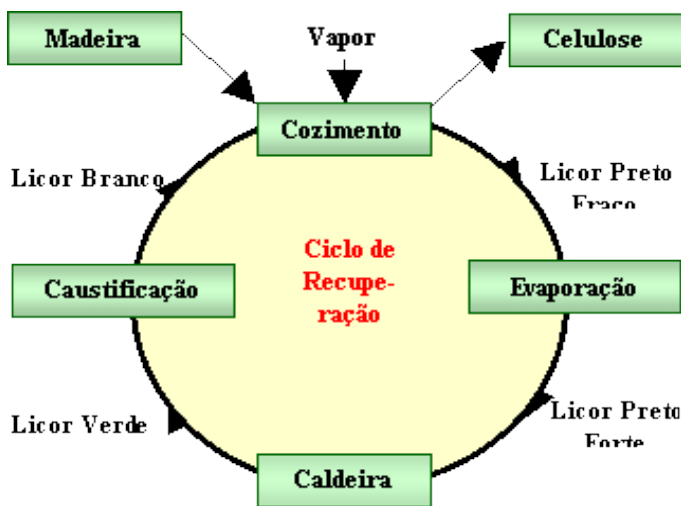
Em 2003, o programa de produção da CENIBRA gerou um emprego a cada 12ha (1:12). Na média dos anos anteriores foi gerado um emprego a cada 20ha ocupados (1:20). Como quase toda a sua produção é exportada, a empresa traz para o Brasil dinheiro de outros países. Em 2003 ficaram R\$856.000.000,00 em nosso País, dos quais 45% em Minas Gerais.

O quadro a seguir relaciona as ações e os programas socioambientais em curso na CENIBRA.

|                   |   |
|-------------------|---|
| Enriquecimento da | Em 2004, plantação de 100 mil mudas de espécies |
|-------------------|---|

|   |  |
|---|--|
| flora                                     | nativas, em torno de 350ha, com participação da comunidade em 50m ao longo da nascente, 30m ao longo dos rios e das áreas de reserva legal.                                      |
| Estradas - planejamento e investimentos   | Investimento de R\$19.000.000,00 em 2004 ao longo de 14.000km. Proteção do local de convergência das águas, para evitar problemas nos córregos.                                  |
| Fazendeiro Florestal                      | Parceria com IEF e produtores rurais. Envolve 680 produtores, 19.500 ha plantados, e é alternativa econômica, social e ambiental.  |
| Monitoramento ambiental                   | Monitoramento da flora, da fauna e dos recursos hídricos por meio de convênios com a UNILESTE e apoio do CNPq.   |
| Vizinho legal                             | Reuniões regulares com vizinhos da empresa, como parte do programa de educação ambiental.  |
| Cenibra móvel                             | Apresentação da empresa, atuação em 47 municípios.   |
| Unidades de integração empresa-comunidade | Centros avançados da empresa, com o objetivo de discutir com a sociedade organizada ações para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento social das comunidades locais. |
| Parceria agrícola                         | Envolve 300 famílias, 10% da colheita é doada para entidades carentes.   |
| Parceria apícola                          | Em 2003 envolveu 500 famílias, 400t de mel produzidas e exportadas.  |
| Escola de vida                            | Apoio à educação ambiental, 150 professores treinados por ano, treinamento acumulado de 867 professores do ensino fundamental.   |
| Mutirão da educação                       | Apoio e material para 331 escolas em 2004, atendimento de 25 mil alunos, principalmente os de escolas rurais .   |
| Escola de informática                     | Capacitação de 1.200 jovens entre 2000 e 2003  |
| Ação e cidadania                          | Ações diversas, considerados os anseios da comunidade.   |

No processo de produção, destaca-se o ciclo de recuperação apresentado na figura a seguir. Esse ciclo é importante sob o aspecto ambiental, porque todo licor preto gerado é recuperado, com eficiência superior a 95%. Esse resíduo é utilizado como energético numa termelétrica e produz 65% de toda a energia elétrica gerada internamente.



Além do licor, o resíduo de material lenhoso também é aproveitado na geração de energia e participa com 20% da energia gerada, o qual, somado com o licor, representa 85%. A CENIBRA é auto-suficiente na geração de energia elétrica.

Quanto aos efluentes industrial e institucional, a totalidade da produção é tratada pelo sistema de lodo biológico, em que toda a matéria orgânica é convertida com o uso de bactérias. Os limites mínimos de tratamento e eficiência são estabelecidos pelo COPAM, e as medições são mensalmente encaminhadas para a FEAM. O lodo gerado é utilizado nas florestas como condicionador de solo.

Em resumo, do resíduo gerado, 94% são reciclados, sendo 56,9% utilizados em compostagem, 41,5% como combustível, e apenas 1,6% vai para um aterro industrial.

Figura: Processo de fabricação da celulose:



O ciclo de recuperação e o tratamento de efluentes permitem uma significativa redução no consumo de água da indústria. Em 1977, eram utilizados 681m<sup>3</sup> de água por tonelada de celulose produzida. Em 2003, esse volume foi reduzido para 52m<sup>3</sup> por tonelada. Em 2004, o consumo médio está em 51m<sup>3</sup>/t.

Também derivado do processo de produção, o odor característico numa fábrica de celulose é controlado com a ajuda da comunidade. Mesmo com os valores abaixo da média mundial, foi criada uma rede de percepção de odor, com 26 participantes das comunidades que a CENIBRA atinge em um raio de 42km.

### 3.2.4 - Outras empresas do setor de celulose em Minas Gerais

Apesar de o território mineiro só contar com uma área industrial para produção de celulose, outras empresas de vulto atuam no Estado na produção de madeira. São exemplos:

#### International Paper

Parte de um conglomerado internacional, a empresa possui instalações industriais na região de Mogi das Cruzes e Campinas, no Estado de São Paulo, próximo à divisa com Minas Gerais. Sob o raio de influência das fábricas, o programa de fomento florestal estimula a produção de madeira em propriedades rurais de municípios mineiros. Essa forma de produção supre 10% da demanda das fábricas paulistas e admite tendência de crescimento dessa percentagem para 30%.

#### Suzano Bahia Sul

Com 100% de capital nacional, essa empresa completa 80 anos em 2004, e atua nos Estados de São Paulo, Minas, da Bahia e do Maranhão. O principal produto é o papel "report". Em Minas Gerais, desde 1972 a empresa possui 50.767ha de área bruta e 19.000ha de área plantada no vale do Jequitinhonha. Atualmente, a madeira é vendida para indústrias siderúrgicas. A Suzano Bahia Sul tem a intenção de ampliar, em

7.000ha ou 8.000ha, a base florestal no Estado, por isso, em parceria com o Governo, investe em vários projetos como o da construção de uma usina hidrelétrica. O programa de fomento florestal produz aproximadamente 20% do abastecimento fabril e atinge um município de Minas. Nesse programa, a companhia financia 100% da produção, e, na época da colheita, o produtor paga sem juros, em volume de madeira.

## Aracruz Celulose

Tem instalações industriais no Espírito Santo e em Guaíba, no Rio Grande do Sul. No território mineiro, nos Municípios de Carlos Chagas e Nanuque, possui plantios da ordem de 4.800ha e áreas adquiridas com potencial para dobrar essa área plantada. Além disso, mantém um programa de fomento florestal voltado para a produção de madeira para sua fábrica capixaba em praticamente todos os municípios limítrofes com o Espírito Santo, desde Governador Valadares até Carlos Chagas e Nanuque.

### Trechos relevantes das falas dos convidados

Solicitamos aos Srs. Deputados uma ação relativa à legislação tributária. Para produtos da madeira, todos os Estados limítrofes a Minas Gerais praticam uma alíquota de 12%, praticando um deles 7% e outro 3%. A alíquota mineira é de 18% (...) Temos importado muita madeira e produtos florestais de outros Estados, muitas vezes incentivados por um ICMS diferenciado (José Bатуira de Assis - AMS).

O ideal seria criarmos um mercado florestal a partir do produtor. Para isso, precisamos criar, nas empresas, confiança no suprimento (José Bатуira de Assis - AMS).

O eucalipto é a árvore mais estudada no mundo. O Brasil detém a melhor tecnologia de silvicultura do mundo e tem alcançado sucesso na produtividade florestal, ou seja, cada vez mais necessitaremos de uma quantidade menor de área (Germano Aguiar Vieira - CENIBRA).

Em todas as empresas há a preocupação de se ampliar a base florestal, com a participação do fomentado no processo. O Brasil adotou uma política de crescimento com inserção social, o que é uma preocupação de todos (Danilo Silveira Chausson - Suzano Bahia Sul).

Firmamos convênio também com a Aracruz, promovendo um trabalho nas regiões do Jequitinhonha e do Mucuri, e, seguindo os mesmos modos e processos de ocupação adequados naquelas áreas, sem concorrência com outras atividades (...), há a possibilidade de gerar emprego e renda na região (Geraldo Fausto da Silva - IEF).

Na Finlândia, 400 mil fazendeiros florestais abastecem as fábricas. Esse processo já deu certo fora e tende a dar certo aqui também (Germano Aguiar Vieira - Aracruz Celulose).

Podemos, no entanto, afirmar que, no Mucuri, no Jequitinhonha e sobretudo no vale do rio Doce, os reflorestamentos estão, pelo contrário, corrigindo a ocupação e o desmatamento desordenados e o uso indiscriminado de fogo nos colônias (Geraldo Fausto da Silva - IEF).

A bacia do rio Doce - onde, há mais de meio século, a atividade da silvicultura em Minas Gerais teve início - tem apenas 3% de suas terras ocupadas com plantação de eucalipto. As imagens de satélites mostraram que as áreas mais protegidas da bacia são exatamente as que estão cultivadas com eucalipto (José Geraldo Rivelli Magalhães - CENIBRA).

Sabemos que o consumo da madeira "in natura" é muito mais fácil de controlar. Há alguma abertura já concedida para esse setor pelo IEF. Se existe alguma dificuldade, gostaria de lembrar que o IEF está aberto ao diálogo (Geraldo Fausto da Silva - IEF).

## 3.3 - Produtos sólidos

### 3.3.1 - O setor moveleiro

Minas Gerais tem uma participação pequena, de cerca de 2%, nas exportações de móveis do Brasil. A taxa de expansão da participação do Brasil no mercado externo é superior a 20% ao ano. As exportações de móveis atingiram US\$500.000.000,00 em 2002 e US\$1.000.000.000,00 em 2003. O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio projeta um faturamento com exportações de US\$2.400.000.000,00 para o setor em 2005.

O Estado conta hoje com 5 mil empresas de móveis, entre pequenas marcenarias e grandes indústrias, que geram um número expressivo de empregos; porém, segundo o Sr. Marcos Vinícius da Silva Lima, Presidente do SINDMOV, a situação do setor não é boa. As empresas estão em grande dificuldade, devido às questões ambientais, de financiamento e até mesmo de demanda.

Outra dificuldade relatada é o aumento constante dos preços dos painéis de madeira, que o representante do SINDMOV considera exagerada. Esse material é mais utilizado que a madeira maciça pelas fábricas de móveis. O aumento do valor das chapas de MDF e aglomerado, segundo ele, deve-se à exportação do produto, o que diminui o fornecimento para o mercado interno e eleva o preço. Esse processo tem encarecido os móveis para o consumidor brasileiro.

A maior parte das fábricas de painéis de madeira se encontra nos Estados de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Minas Gerais, apesar de ter a maior área plantada com eucalipto do País, possui somente uma fábrica de painéis: a Satipel. Hoje, aproximadamente, 80% da matéria-prima utilizada pelo setor moveleiro é fornecida por outros Estados. No último ano, três novas fábricas de painéis se instalaram no sul do País, onde se situam, também, as maiores empresas de móveis e um grande maciço de pinus.

Quanto ao licenciamento ambiental, ainda nas palavras do representante do SINDMOV, os órgãos do Estado têm sido muito rigorosos com as empresas, que não estão preparadas para isso. O custo de uma licença ambiental, somados os serviços de consultoria, as adequações das instalações e as taxas, é de cerca de R\$20.000,00, o que é limitante para as pequenas e as microempresas, pois o licenciamento ambiental é requisito para a obtenção de financiamento, mesmo que de pequenos valores.

No âmbito do poder público, o Governador do Estado tomou a iniciativa de chamar a si o controle de 31 projetos, chamados estruturadores. Um desses projetos se relaciona com a movelaria, pois o setor se encaixa no conceito dos Arranjos Produtivos Locais - APL - e se desenvolve em todas as regiões de Minas.

Há, no Estado, cinco APLs de movelaria de alto impacto social.

O primeiro se situa no Triângulo, com duas âncoras: Uberaba e Uberlândia. Nessa região em especial, toda a cadeia produtiva está ativa. Essa cadeia se inicia no maciço florestal existente entre Uberaba e Uberlândia, prossegue na fábrica de painéis de madeira da Satipel e encerra-se nas indústrias moveleiras do Município de Uberlândia. Vale citar em Uberaba a empresa americana Sauder, que iniciou recentemente suas atividades de produção de móveis, e o consórcio italiano Bravo, em Uberlândia, que, juntamente com as empresas locais, está transformando a região em pólo produtor e empregador.

O segundo está na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em que se destacam Contagem e o parque produtivo de Ressaquinha, onde há um APL bem formatado. Trata-se de uma âncora segura, pois há uma proliferação expressiva de pequenas empresas e de médias empresas organizadas, que buscam seu espaço nos mercados interno e externo.

O terceiro APL de movelaria se encontra na Zona da Mata, com a participação de seu pólo mais tradicional, Ubá, que por si só já constitui um APL pronto e acabado, em que há união e associativismo, desde a compra de insumos até a exportação. A fábrica de móveis Itatiaia, sediada na região, é um exemplo da participação expressiva de Minas na movelaria.

Entre Perdões e Divinópolis, em um eixo que passa por Carmo do Cajuru, está o quarto APL de movelaria mineira. Lá, a produção de móveis está ganhando corpo. Cite-se a Mobiliadora Líder, empresa de grande expressão, responsável por ajudar a alavancar o setor na região.

O quinto APL está se desenvolvendo no Norte e no Nordeste de Minas. Em Turmalina, Araçuaí, Grão-Mogol e, agora, também em Montes Claros, há vertentes iniciais desse processo produtivo, o que dará oportunidade não apenas de revitalização dos maciços florestais dessas regiões, mas, principalmente, de geração de atividades correlatas. Esse é considerado um desafio para o Governo estadual. A Floreval, empresa de capital mineiro e alemão, deverá desempenhar papel importante nesse cenário.

O caso de Turmalina

Não podemos deixar de comentar a iniciativa de Turmalina, desenvolvida a partir de uma parceria entre o SINDIMOV, o SEBRAE, a UEMG-Escola de Design, o IEF e a EMATER. Iniciada há cerca de 6 anos, conta hoje com mais de 50 empresários que trabalham com eucalipto. Além das fábricas, a atividade moveleira envolveu os produtores rurais - cada um destina em média 2ha para a silvicultura. Hoje os empresários afirmam não saber o que é crise, pois muitos deles duplicaram ou triplicaram suas oficinas. Foram instaladas duas serrarias no município, que antes desse período não contava com nenhuma. Anteriormente, o mercado de Turmalina era abastecido com madeira adquirida na região de Bom Despacho, mas hoje a situação é bem diferente.

O pólo moveleiro de Ubá

Segundo Michel Henrique Pires, do INTERSIND, o pólo moveleiro de Ubá ocupa hoje o 1º lugar em importância no Estado e o 3º no País.

Porém, esse pólo já se ressentia por não haver produção de madeira de florestas plantadas na região. Como a silvicultura necessita de longo prazo para dar retorno e não conta com uma política de financiamento adequada, os empresários optam por investir em máquinas. Entretanto, por causa dos compromissos de exportação assumidos, muitos deles estão preocupados com a escassez de matéria-prima na região, que torna difícil a aquisição de madeira bruta e chapas aglomeradas. Apesar de Uberaba produzir painéis de madeira, algumas empresas preferem o aglomerado do Paraná em razão de questões tributárias. Os principais fornecedores de madeira para o pólo são o Sul de Minas e o Estado de São Paulo. "Estamos perdendo indústrias na região, que estão indo para outros pólos", afirmou Pires.

O sindicato local crê que as medidas necessárias ao incentivo à produção de madeira na região passam, em primeiro lugar, pela propaganda e pelo esclarecimento. O produtor rural muitas vezes desiste do empreendimento por considerar que esse tipo de plantação altera o regime hidrológico do solo. O prazo de retorno dilatado para o investimento, a insegurança quanto ao mercado comprador e a falta ou desconhecimento de linhas de crédito adequadas para a cultura florestal são outros fatores para o desinteresse dos agricultores na produção de madeira.

Comparar a experiência de Turmalina com a de Ubá, guardadas as proporções entre esses dois pólos moveleiros, pode mostrar a importância de mobilizar poder público e sociedade civil organizada para o desenvolvimento regional.

### 3.3.2 - Madeira imunizada

Texto baseado na exposição do Sr. Oilder Marchezini da Preservar.

A preservação de madeiras é uma atividade ainda pouco conhecida do mercado. O consumidor tem dúvidas, por exemplo, acerca da vida útil da madeira de eucalipto. Sem a opção do eucalipto imunizado, porém, haveria sérias dificuldades em suprir a demanda de madeira para aplicação direta no Brasil.

O setor de preservação de madeira no Brasil está organizado pela Associação Brasileira de Preservação de Madeira - ABPM -, com um quadro social de 54 empresas e entidades. A maior quantidade de indústrias está no Estado de São Paulo. Minas Gerais responde hoje, talvez, pelo maior volume de madeira tratada no Brasil, com 14 indústrias. Isso se deve à existência de florestas até então disponíveis e ao mercado rural, seu maior consumidor.

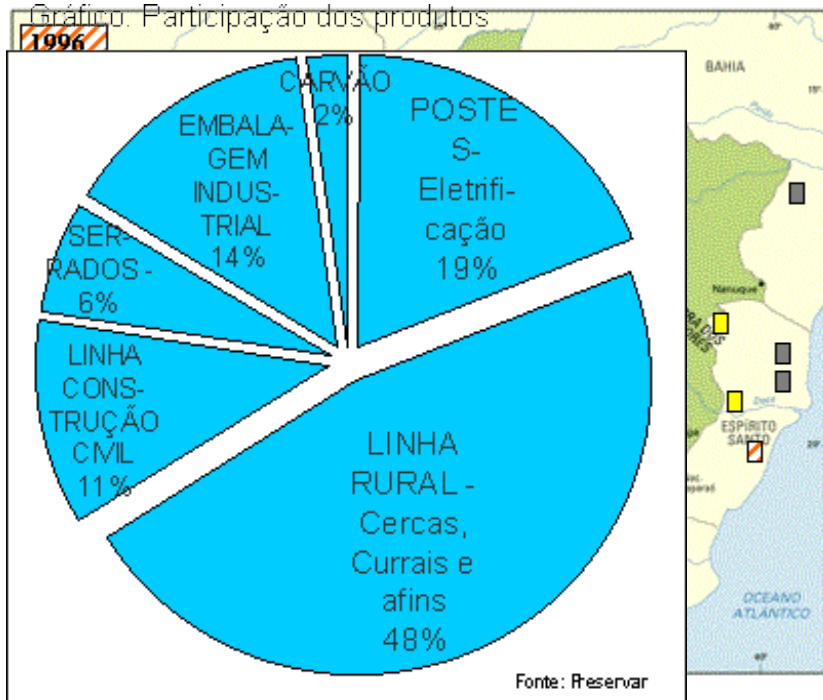
O mapa de localização das indústrias de preservação de madeira no Estado mostra claramente a evolução no período entre 1996 e 2003. O principal atrativo de Minas tem sido a disponibilidade de florestas plantadas. Porém, por não haver sustentabilidade da produção de madeira, as empresas investidoras vêm sofrendo uma série de reveses.

Nos últimos dez anos, o mercado de madeira tratada está em franca expansão. Apesar das dificuldades econômicas do Brasil, é constante o aumento da demanda. A bem da verdade, o mercado sofre um pequeno déficit de abastecimento. O mercado rural, que tende a manter o ritmo de desenvolvimento e modernização, é o principal responsável pelo crescimento da demanda. Consideradas as dificuldades atuais para implantação de florestas, o risco de limitações na produção é sério.

Localizada na microrregião de Ipatinga, a Preservar é uma indústria de processamento e preservação de madeira de eucalipto. Vende para todo o território mineiro, para os Estados do Nordeste, com destaque para os pólos de fruticultura e para a construção civil no Estado do Rio de Janeiro. O suprimento de madeira da Preservar oriunda de plantio próprio se limita a apenas 20% da demanda. Do total de madeira utilizada, 80% são provenientes de florestas de terceiros.

A usina de preservação de madeira é constituída por um vaso de pressão, que é um cilindro onde é colocada a madeira. Por um processo

Gráfico. Participação dos produtos



industrial de vácuo e pressão, retira-se o ar do cilindro e da madeira, e injeta-se um produto de preservação que aumentará a resistência bacteriológica e química da madeira, sem interferir nas suas características físicas e mecânicas.

Toda a infra-estrutura rural demanda madeira. Hoje, a demanda é atendida inteiramente por madeira de eucalipto tratado. Recentemente a construção civil vem descobrindo a madeira imunizada como uma solução arquitetônica, o que faz essa linha de produtos bastante promissora. Talvez essa seja a principal tendência de mercado para o setor.

Outros produtos de serraria e carpintaria estão voltados para embalagem, siderurgia, fabricação de dormentes para ferrovia, postes e prancharia.

É importante ressaltar que a Vale do Rio Doce, a FCA e suas subsidiárias compram no Brasil o que houver de dormente de eucalipto, pois investem fortemente em projetos de reforma e construção. O dormente de madeira de lei sofre restrições de toda ordem, desde a ecológica até mesmo a de disponibilidade. Infelizmente, a produção de dormente de eucalipto deixa a desejar.

A preservação de madeira de reflorestamento - pinus ou eucalipto - é estratégica pela possibilidade de sustentação de produção em plantios florestais. Todos os produtos são

industrializados e normatizados de acordo com a ABNT, portanto amparados e disciplinados por lei.

A utilização da madeira e das áreas de produção florestal pelos setores de celulose e carvão vegetal deixa pouca madeira para o uso múltiplo, o que vem causando, naturalmente, uma supervalorização da madeira "in natura". O desequilíbrio do mercado atual ocorre pela escassez dessa madeira "in natura".

### Aplicações da madeira imunizada

#### • Postes e cruzetas roliças:

- postes e cruzetas para redes de distribuição e transmissão de energia elétrica e redes de telefonia.

#### • Aplicações rurais:

- moirões para cercas;

- moirões para culturas aéreas e fruticultura;

- esteios e régua para curral;

- porteiras;

- peças para galpões;

- vigas para pontes, etc.

#### • Construção civil:

- peças para estrutura de casas e afins;

- peças para pontes, passarelas, "decks" e píers;

- peças para projetos paisagísticos;

- peças para quiosques,

|  |
|--|
| telhados, pisos;   |
| - peças para brinquedos, alambrados, viveiros, etc.          |
| • Outras aplicações (serraria e carpintaria):                |
| - dormentes para ferrovia;                                   |
| - embalagens ("palets", estrados, caixas, pontaletes, etc.); |
| - prancharia.  |

As exigências burocráticas para obtenção de financiamento para plantios florestais são excessivamente rigorosas. Não há dúvida de que o setor de base florestal é estratégico. O ciclo de longo prazo para retorno de investimento no setor é um desafio a ser vencido com a facilitação para financiamentos, entre outras medidas.

Outra dificuldade para o setor de base florestal, que geralmente utiliza extensões significativas de terra, são os movimentos sociais de ocupação e intervenção na propriedade. Esses movimentos deixam os agricultores inseguros quanto à manutenção de um empreendimento a longo prazo.

Vale citar, ainda, a legislação estadual e federal e entraves burocráticos que dificultam o desenvolvimento do setor florestal em toda a sua cadeia produtiva e, conseqüentemente, a produção de madeira tratada. Uma atividade econômica como essa, que não gera danos ambientais, não deveria ficar praticamente imobilizada por causa desses entraves burocráticos ou leis.

### 3.3.3 - Madeira serrada

Texto baseado na exposição do Sr. Carlos Gilberto Marques da Aracruz Celulose.

O mercado mundial de madeiras de folhosas é de mais de 100.000.000m<sup>3</sup> por ano. A produção caiu 23% ao longo da última década, em razão da pressão ambiental por produtos reflorestados ou certificados. Porém, a oferta atual desse tipo de produto é pequena em relação à demanda crescente. Além disso, a oferta de madeiras de florestas nativas tende a reduzir-se, principalmente pelas pressões ambientais.

O Brasil é o 5º maior exportador de madeira de folhosas. O mercado interno absorve grande parte da produção nacional, cerca de 10.000.000m<sup>3</sup> a 12.000.000m<sup>3</sup>. Os preços são reduzidos pela oferta exagerada na época de seca. Isso se deve ao fato de que não se pode retirar a madeira no período de chuvas, e basicamente toda madeira de folhosas provém da região amazônica, que tem períodos de seca e de chuvas bem marcados. De qualquer maneira, o produto ofertado no mercado é de baixa qualidade e muito miscigenado.

Desde 1999 a Aracruz produz madeira de eucalipto serrada para a indústria moveleira. A empresa optou pela serraria por ser uma atividade de riscos pequenos, pois possibilita menor investimento por unidade produzida, com grande inserção nos mercados nacional e internacional. A principal ação relacionada à matéria-prima foi a melhoria da qualidade dos plantios para a produção de celulose. A partir daí, os materiais genéticos e os manejos silviculturais foram selecionados com o fim de reduzir a incidência de nós e de manchas da madeira, que prejudicam a qualidade e a produtividade no processo industrial.

A madeira de eucalipto não era bem vista no mercado e era usada somente para carvão ou para celulose, não para a produção de móveis ou para a construção civil: portas, janelas, pisos etc. Em razão disso e pelo fato de no Brasil não existir uma norma específica, o produto foi classificado de acordo com as normas internacionais da North American Hardwood Lumber Association, entidade que regula toda a classificação da madeira.

Por essa classificação, com suas características físicas e mecânicas, o eucalipto é apresentado como perfeito substituto de madeiras de alto valor desde 1985. É sustentável porque é proveniente de florestas plantadas, de ciclo relativamente curto (em torno de 16 anos) em relação às madeiras tropicais e temperadas do hemisfério norte. Além disso, é um produto ecologicamente correto, com certificação pelo Cerflor - Programa Nacional de Certificação Florestal, da Sociedade Brasileira de Silvicultura - SBS.

### 3.3.4 - Painéis de madeira

Texto baseado na exposição do Sr. Mauro Pini França, da SATIPEL.

A SATIPEL possui a única fábrica de painéis de madeira, até o momento, no território mineiro. No mercado brasileiro a produção de painéis se concentra no Estado de São Paulo e na Região Sul. A empresa produz painéis de madeira aglomerada desde 1970. Desde 1975 mantém em Uberaba a sua unidade maior, e a empresa como um todo lidera esse segmento com 25% de participação. A unidade mineira tem capacidade de 550.000m<sup>3</sup> por ano, ao passo que a situada no Rio Grande do Sul, tem capacidade de 200.000m<sup>3</sup> por ano. Estão sendo desenvolvidos estudos para a ampliação da unidade de Uberaba para que produza mais 200.000m<sup>3</sup>, o que totalizará uma produção de 750.000m<sup>3</sup> por ano. São fabricados os painéis nus e os revestidos com motivos decorativos, de uso praticamente exclusivo da indústria moveleira.

A matéria-prima para a fábrica mineira é produzida em duas áreas florestais próprias, entre os Municípios de Uberaba e Uberlândia, com área total de 57.800ha, dos quais 42.000ha são de florestas plantadas e 12.500ha de reserva legal e preservação permanente.

Além da produção de painéis de madeira, que representa 60% da produção da empresa, a SATIPEL vem se empenhando para desenvolver um mercado regional de madeira derivada do uso múltiplo das suas áreas florestais. São exemplos o fornecimento de madeira para a Faber-Castel para a produção de lápis e a instalação de serrarias provenientes do Sul do País no entorno. As vendas para serrarias consomem 26% da produção. Outra atividade com bom desenvolvimento é a venda de toretos e resíduos para energia, que consome os restantes 14% da produção.

O uso múltiplo acarreta um melhor aproveitamento da produção, direcionando as frações mais nobres das árvores para o mercado de serraria e a madeira mais fina para o processo aglomerado da fábrica ou para o mercado de energia.

A resinagem é outra fonte de receitas. Depois de refinada, a resina é usada como matéria-prima para a produção de tintas, vernizes, colas e solventes, entre outros.

O grande entrave para o desenvolvimento de um mercado competitivo de madeira sólida em Minas é a alíquota para o ICMS adotada no Estado para esse produto, que é de 18%, enquanto nos Estados vizinhos essa alíquota é de 12% internamente. Essa diferença leva à perda de competitividade e faz com que os consumidores importem produtos de outros Estados. Além disso, alguns Estados fazem o diferimento para o momento da saída.

Outro fator que dificulta a produção de madeira sólida é o valor da taxa florestal para tora, muito superior ao adotado para torete de madeira de floresta plantada, o que onera de forma abusiva a comercialização de madeira para as serrarias. Quanto mais desenvolvida a floresta e, portanto, quanto mais maduro o investimento, maior é a taxação, o que é um verdadeiro castigo para o silvicultor.

Trechos relevantes das falas dos convidados

“(…) Existe uma ameaça, nesta Casa há um projeto de lei que, se aprovado (na forma do original), vai condenar à extinção as florestas de eucalipto no nosso Estado. Há precedentes no Brasil:

- o Espírito Santo criou uma lei semelhante e levou vários anos para que ela deixasse de vigorar, por se tratar de uma legislação inconstitucional. Por meio de uma ADIN, aquela lei deixou de ter vigor, mas trouxe um transtorno muito grande;

- o Rio de Janeiro, com toda a compreensão da Assembléia Legislativa daquele Estado, transformou a lei que estaria impedindo o plantio do eucalipto em incentivo para o plantio de eucalipto;

- o Estado de São Paulo também está às voltas com uma lei semelhante.

Em tudo isso se nota toda uma articulação que (...) deve levar a todos nós, brasileiros, a pensar em competitividade internacional”. (Cezar Reis - SATIPEL)

“O maior exportador de móveis do planeta é a Itália, fundamentalmente de ‘design’. A Itália não tem florestas suficientes para isso; angariou sucesso foi com o ‘design’. O Brasil ainda peca no aspecto do ‘design’”. (José Batuíra - AMS)

“O IEF está no meio da área ambientalista e produtivista e não deseja ser um empecilho e segurar o desenvolvimento de maneira alguma”. (José do Carmo Neves - IEF)

“O programa Fazendeiro Florestal é um exemplo bem-sucedido, em Minas Gerais, de parcerias entre Governo, empresa e produtor rural. (...) Estamos à disposição para discutir esse modelo com o SINDIMOV”. (José do Carmo Neves - IEF)

“Há pouco tempo, parecia-me que a produção de madeira era uma monocultura de grandes produtores, que tinham conhecimento e, perdoem-me a expressão, uma ‘banana’ para os que estavam fora. Então, as grandes empresas faziam estudos, pegavam seus conhecimentos, trancavam no cofre e os trocavam entre elas. Hoje, essa visão começa a mudar”. (Pedro Mário Ribeiro - FETAEMG)

“Um fato muito interessante que encontramos na atração de novos investimentos para Minas Gerais, no setor de móveis, painéis, etc., é que o Estado hoje não tem uma legislação tributária competente para anular a concorrência dos demais Estados”. (Marcos Vinícius Malta de Oliveira Lima - INDI)

### III - A produção florestal: visões e modelo

#### 1 - O Estado e a silvicultura

##### 1.1 - Histórico da política florestal recente

(Texto baseado na exposição do Sr. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do IEF.)

Apesar do direcionamento dos recursos do incentivo fiscal para as empresas florestais, da década de 60 até a de 80, grande parte do setor siderúrgico não utilizou ou utilizou mal essa vantagem. Ao fim dos incentivos fiscais, muitas das empresas siderúrgicas se abasteciam quase totalmente de produtos florestais oriundos de remanescentes nativos.

A legislação florestal mineira, consolidada na Lei nº 10.561, de 1991, por sugestão do setor de base florestal, pretendeu mudar a forma de abastecimento de produtos florestais das empresas. Para tanto, estabeleceu a redução gradativa dos limites máximos de utilização de recursos florestais nativos do Estado e o aumento também gradual e obrigatório da utilização de florestas plantadas.

Se isso tivesse sido realizado, o setor siderúrgico se auto-abasteceria, produzindo ferro-gusa a partir de florestas plantadas, e não haveria esse sério problema de regulamentação excessiva. Logicamente, os que investiram de forma séria o incentivo fiscal concedido, extinto em meados dos anos 80, estavam numa situação mais confortável de auto-suprimento.

O auto-suprimento e o auto-abastecimento determinados pela lei não foram cumpridos. De acordo com o SINDIFER, apenas uma das empresas sindicalizadas mantém 100% de auto-abastecimento. Segundo lei, hoje revogada, o consumo autorizado de carvão vegetal produzido com madeira proveniente de mata nativa havia chegado a 0%.

Era sabido, porém, que havia madeira a ser utilizada, originária da alteração do uso do solo autorizada, sendo, portanto, necessário dar uma



destinação a esse produto.

A partir da publicação, em 2002, da Lei nº 14.309, que estabeleceu uma nova política florestal no Estado, criou-se a solução para a questão da produção de madeira do desmatamento autorizado, com a previsão legal do índice máximo de 10% do consumo de carvão vegetal oriundo de florestas nativas. De acordo com a nova lei, todas as siderúrgicas deveriam atender 90% de suas necessidades com recursos florestais próprios. O volume de origem nativa superior aos 10% autorizados foi onerado com pagamento duplo da reposição florestal.

#### 1.1.1 - A fiscalização da origem do carvão vegetal

Minas Gerais tem uma peculiaridade: consome cerca de 70% a 80% do carvão vegetal produzido no Brasil. Com índice de consumo tão elevado, torna-se difícil identificar se o carvão vegetal é proveniente de mata nativa ou de floresta plantada após embalado para transporte.

A necessidade de regulamentação mais rigorosa e burocrática das atividades relacionadas com a silvicultura é determinada pela própria produção do carvão vegetal, diferente da produção agrícola. Os produtos agrícolas têm maior liberdade de comercialização porque, por exemplo, não há milho nativo e milho plantado, soja nativa e soja plantada. O carvão vegetal, por outro lado, pode ser extraído de floresta nativa ou de floresta plantada. É por isso que o IEF está treinando técnicos para distinguirem a origem desse produto.

O setor de base florestal não pode ser indicado como o único culpado pelo desmatamento no Estado. A expansão da fronteira agropecuária também é responsável por essa situação. Porém, a pressão de mercado exercida pela indústria de base florestal é grande e acaba por auxiliar na destinação dos recursos florestais nativos.

Quando o IEF monta uma estrutura de fiscalização mais efetiva, o mercado consumidor de carvão logo descobre uma forma de burlá-la. No transporte do carvão vegetal, isso sempre acontece. No entroncamento rodoviário da BR-040 com a BR-135, conhecido como "trevão", quase todos os dias são apreendidos 30 caminhões. A maioria dos transportadores carrega carvão produzido com madeira de floresta nativa e tenta apresentá-lo como carvão oriundo de eucalipto. A situação desencadeia a adoção de novas medidas de segurança, que leva a um emaranhado de regras e burocracia.

Com o objetivo de simplificar os procedimentos para a silvicultura, foi criada a Declaração de Corte e Colheita - DCC. No escritório do IEF, o silvicultor preenche um formulário, comprova a propriedade e já sai com autorização para iniciar a exploração de uma floresta plantada. É prevista uma vistoria posterior, por amostragem aleatória, das áreas liberadas. Essa simplificação, porém, logo passou a ser usada com má-fé por alguns.

A Operação Carga Pesada, realizada pelo IEF, é uma resposta à fraude na documentação do carvão transportado, em especial das cargas, em tese, provenientes de outros Estados. Essa operação efetuou uma série de ações de fiscalização no "trevão" e na fronteira Minas-Goiás, em diferentes condições. O número de caminhões em trânsito em cada uma delas, aqui citados em sua ordem de grandeza, mostra como há fraudes no transporte de carvão:

- no "trevão", fiscalização com fiscais à paisana: 800 caminhões por dia;

- no "trevão", fiscalização ostensiva para contagem da quantidade de carvão transportado: 600 caminhões por dia, 400 dos quais com documentação de Goiás;

- fechamento da fronteira Minas-Goiás para conferir a documentação dos caminhões de carvão com destino a Minas Gerais e a aposição do selo do IEF na nota fiscal;

- fiscalização no "trevão" para conferir se havia selo nas notas fiscais de caminhões vindos de Goiás: redução para 100 caminhões por dia vindos de Goiás.

Com esse levantamento de dados, pode-se deduzir que 3/4 do carvão com proveniência declarada de Goiás tem origem, na realidade, em território mineiro. Se forem tomados os dados levantados como base de cálculo de evasão de divisas, pode-se concluir que Minas perde cerca de R\$45.000.000,00 por ano de ICMS, cerca de R\$20.000.000,00 de Taxa Florestal e cerca de R\$50.000.000,00 de reposição florestal. Além de todas essas perdas, pode-se constatar que está sendo ultrapassado o limite legal de 10% para a utilização de carvão oriundo de mata nativa pelos consumidores de carvão.

Em resumo, os entraves burocráticos buscam impedir a ilegalidade e degradação ambiental das quais o setor ainda não se livrou, mas acabam gerando injustiças, pois as empresas que cumprem a legislação são punidas pela existência daquelas que sobrevivem da fraude. Entre estas, há aquelas que financiam os caminhoneiros que mandam construir fornos para a produção de carvão. Geralmente, constroem-se dois ou três por família. Dessa forma, o metro cúbico de carvão é comprado por quantias irrisórias. Até crianças são exploradas nesse esquema.

#### 1.2 - A reposição florestal, o fomento florestal e a sustentabilidade

Sabidamente, a Lei nº 14.309, de 2002, ordenou a reposição florestal para os grandes consumidores de madeira. Hoje há o cumprimento da reposição da base florestal, quase na sua totalidade. O pagamento da reposição florestal não é uma taxa, é uma obrigação. Ao se consumir um produto florestal nativo, ele deve ser repostado para possibilitar a continuidade desse consumo.

No Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -, em Brasília, defendia-se a tese de que os valores arrecadados com a reposição florestal deviam ser destinados para o replantio de florestas nativas. Também se proibia a reposição florestal com espécies de rápido crescimento, como é o caso do eucalipto.

Atualmente entende-se, porém, que a reposição deve ser de estoque de matéria-prima, e não, de biodiversidade. Manter o equilíbrio com relação à biodiversidade é função da reserva legal, assim como a conservação do solo e da água é função das áreas de preservação permanente. Portanto, a reposição visa simplesmente a manter o estoque, e, para isso, nada mais correto que utilizar espécies de maior rendimento e de ciclo mais curto.

A lei florestal estadual permite que os recursos de reposição sejam usados em quaisquer percentuais nas finalidades de fomento ou regularização de unidade de conservação. Por decisão administrativa, o IEF determinou a utilização de todos os recursos de reposição florestal no fomento florestal. Isso se justifica por serem vastos os recursos das compensações ambientais, que, por sua vez, são aplicados totalmente nas unidades de conservação.

| Programa Fazendeiro Florestal - IEF |               |
|-------------------------------------|---------------|
| Ano                                 | Área plantada |
| 2002/2003                           | 2.600ha       |
| 2003/2004                           | 8.600ha       |
| 2004/2005                           | 20.000ha      |
| Meta anual                          | 25.000ha      |

A meta do IEF é atingir 25.000ha anuais de plantios florestais nos próximos anos. Essa é uma grande meta de reposição no Programa Fazendeiro Florestal.

O IEF, porém, enfrenta problemas para cumprir essa meta quanto à disponibilidade de recursos humanos e à gestão dos recursos da reposição florestal. Os recursos de reposição estão no orçamento do Governo, e a LDO estabeleceu que, se não forem utilizados dentro do exercício fiscal, eles serão retirados do IEF e colocados no caixa único. Essa regra impõe perdas sistemáticas para o IEF.

Fonte:IEF

Discutido o assunto no âmbito do Executivo, a Secretaria de Planejamento e Gestão concorda com a reivindicação do Instituto, que defende a liberação dos recursos para aplicação integral no Programa de Fomento Florestal. Entretanto, a Secretaria de Fazenda não tem a mesma posição com relação à devolução do restante dos recursos de reposição florestal ao IEF. Esses recursos não são provenientes de taxa, tributo ou tarifa. O IEF é fiel depositário para realizar o plantio de florestas, por meio dos recursos depositados pelas empresas consumidoras.

### 1.2.1 - A prática da reposição florestal

(Texto baseado na palestra do Sr. João Câncio de Andrade Araújo, da ASIFLOR.)

A cada quantidade de produto florestal nativo utilizado pela indústria, esta deve pagar um valor relativo à reposição florestal. O fundo formado por esses valores será aplicado em plantios florestais, ou seja, irá financiar a reposição do estoque de matéria-prima florestal. O objetivo é que o Estado mantenha uma base florestal adequada.

Esse conceito de reposição florestal está embasado no Código Florestal. O Decreto nº 1.284, do IBAMA, e a Instrução Normativa nº 1/96, do Ministério do Meio Ambiente, regulamentaram no âmbito federal essa questão. Em Minas Gerais a reposição florestal foi tratada na Lei nº 10.561, de 1991, revogada, e hoje é regida pela Lei nº 14.309, de 2002. A lei mineira abre três possibilidades para o pagamento devido pelo consumidor de matéria-prima florestal ao Estado: a formação de florestas próprias ou fomentadas, a participação em associações de reflorestadores, que normalmente plantam por meio de fomento florestal, ou o recolhimento em dinheiro a uma conta especial do IEF.

A rigor, Minas Gerais perdeu muita madeira, durante o período de vigência da Lei nº 10.561, de 1991, com o sistema de auto-suprimento progressivo estabelecido, pois não era devida nem realizada a reposição florestal. Outros Estados fornecedores de matéria-prima florestal, como o carvão, para consumo de empresas de Minas Gerais formaram um fundo de reposição florestal, e as siderúrgicas mineiras investiram em plantios além das fronteiras do Estado. A ASIFLOR, associação de 26 siderúrgicas mineiras para o fomento florestal, criada em 1997 com o objetivo específico de fomentar a reposição florestal, até a presente data, plantou 11.200ha de florestas de eucalipto em parceria com produtores rurais nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Bahia.

Apenas a partir da publicação da nova legislação florestal mineira, em 2002, criou-se um fundo para a reposição florestal em Minas Gerais. No ano de 2003 foram plantados 2.600ha, com a participação de agricultores familiares. Um convênio com o IEF complementou o fundo para que se atendesse à região de Curvelo, Corinto, Sete Lagoas e Pompéu, raio de ação prioritário da siderurgia. Em 2003-2004, o convênio foi reeditado para plantio de 8.000ha, na mesma microrregião. A programação de 2004-2005 prevê 12.000ha de fomento e 8.000ha em plantios de florestas sociais e ambientais em diversas regiões do Estado. O IEF tem como meta futura o plantio anual continuado de 25.000ha. Essas metas correspondem ao investimento possível com os recursos arrecadados com a comercialização de produtos florestais oriundos de florestas nativas com desmatamento autorizado para uso alternativo do solo. O IEF autoriza, anualmente, o desmatamento de cerca de 180.000ha para o uso alternativo do solo.

O público-alvo é o fazendeiro, que adota a silvicultura como mais uma atividade rural, além da agricultura ou da pecuária. Além da alternativa do plantio pelo próprio fazendeiro, estão sendo desenvolvidos modelos de arrendamento ou de comodato de terras. Na base de qualquer ação de fomento, tem de haver uma alternativa de geração de renda e de emprego.

No fomento florestal são oferecidos muda florestal, adubo, formicida e assistência técnica, sem encargo para o produtor. De sua parte, o produtor fica responsável pelo plantio e pela manutenção, além da colheita, transporte e comercialização. Esse subsídio, oferecido a fundo perdido ao produtor rural, equivale a R\$650,00/ha, ou seja, cerca de 25% do custo total da cultura, consideradas duas colheitas no prazo de 15 anos (aproximadamente R\$2.793,00).

Para plantar, o fazendeiro assina um termo de compromisso de plantio. No modelo adotado pela ASIFLOR, não é obrigatória a entrega do produto a uma siderúrgica ou associado. O compromisso é o de plantar e cuidar.

Minas Gerais coleciona exemplos de inserção do produtor na cadeia produtiva da silvicultura há mais de 30 anos. Tanto com programas governamentais, como o PRODEMATA, coordenado pela EMATER-MG na década de 70, ou o programa estadual de fomento florestal, coordenado pelo IEF, quanto com diversos outros promovidos pela iniciativa privada.

À medida que o produtor mantém em sua propriedade uma pequena área reflorestada, percebe-se que ele não utiliza mais a mata nativa, porque é muito mais fácil escolher uma madeira reta, que será mais bem aproveitada, na floresta plantada. Só se conservará a mata nativa se houver a oferta de um produto semelhante e com qualidade ambiental superior.

Outro aspecto importante do fomento florestal é a transferência de tecnologia. Atualmente, o fomento praticado pela ASIFLOR utiliza pouco a clonagem, pois as áreas possuem características diversas e heterogêneas, dificultando a adoção de um clone adequado a cada sítio. Isso se faz com maior facilidade em empresas que conhecem detalhadamente suas áreas e seus clones. Mesmo com essa dificuldade, a tecnologia de clonagem será utilizada pelo produtor fomentado com segurança em três ou quatro anos.

São necessárias novas linhas de crédito para que o produtor possa financiar a parte do custo que lhe cabe, mesmo que avalizado ou subsidiado pelas empresas consumidoras, e vêm sendo discutidas pelo setor no BDMG. Essa condição é básica para uma expansão sustentada da atividade do produtor rural.

Hoje o carvão é transportado em distâncias de até 2.000km para utilização na siderurgia. Em Ubá, chegam produtos florestais do Paraná, a cerca de 1.200km de distância, e até do Acre. Tais produtos deveriam estar disponíveis num raio econômico de aproximadamente 200km. A expectativa é de que haja uma oferta significativa de produto florestal próximo à indústria consumidora, sem nenhuma degradação ambiental e de forma auto-sustentável, proveniente de fomento florestal.

Se o fomento tiver resultado positivo, com certeza muitas empresas venderão os seus ativos florestais, reduzindo suas terras próprias. Anteriormente a posse de grandes áreas era importante; hoje as pressões de movimentos sociais e o fim dos incentivos fiscais dificultam a

manutenção desse modelo.

Por fim, a produção fomentada é economicamente viável, com alta taxa interna de retorno, ambientalmente sustentável e socialmente justa. Um projeto como esse não atenderá 100% da demanda mineira, mas pode vir a atender de 25% a 30%.

### 1.2.2 - Uma experiência de fomento florestal no setor privado

(Texto baseado na palestra do Sr. Giuseppe Bert, da CBCC.)

A CBCC é pioneira em programas de fomento florestal no âmbito do setor privado, tendo iniciado seu trabalho em 1985. Apostou em um modelo que ninguém julgava possível dar certo. Hoje, o programa está consolidado e é utilizado como referência por diversas empresas.

A idéia inicial era repassar o incentivo fiscal ao produtor rural. Porém, em função das regras vigentes, isso não ocorreu. A empresa resolveu então, por conta própria, bancar o programa.

Fazendas florestais têm como princípio básico o reflorestamento de áreas pequenas e médias inadequadas à agropecuária, mediante cooperação entre proprietários rurais e empresas, sem que o reflorestamento concorra com a produção de alimentos.

Mas esse princípio está mudando. Como a madeira é hoje considerada um ouro verde, algumas áreas adequadas à agropecuária estão sendo reflorestadas. O reflorestamento ocupa com racionalidade as partes ociosas, sem cobertura vegetal, que existem em quase todas as propriedades da Zona da Mata.

A empresa participa com administração, assistência técnica, financiamento e insumos, e o proprietário rural participa com a terra e a mão-de-obra. Existe um contrato de parceria florestal, no qual a empresa tem seus custos ressarcidos com 30% da produção. O produtor se compromete a vender os restantes 70% para a empresa.

O objetivo é abastecer a empresa do insumo do carvão vegetal por meio de reflorestamento a curta distância da unidade industrial. Hoje a área fomentada mais distante está a 210km. Fomentar o potencial agrícola com a ocupação de terras ociosas é uma realidade na região de atuação da CBCC, bem como transferir renda para o produtor rural e integrar o meio rural com o industrial.

Os benefícios diretos para o produtor rural são maior produtividade da terra, valorização da propriedade, maior segurança em relação às outras culturas, diminuição do valor do imposto territorial rural, mercado garantido para a matéria-prima, com preço atualizado, e uma fonte de renda complementar.

Os benefícios diretos para a comunidade são geração de novos empregos, fixação do trabalhador no meio rural, aumento de renda, geração de ICMS. Além disso há benefícios indiretos como a construção de estradas e pontes, indispensáveis à própria atividade, o que contribui para a viabilidade operacional da atividade.

Os benefícios para a empresa também são vários: formação de reserva florestal permanente a baixo custo de imobilização de capital, ampliação da oferta futura de matéria-prima na região, a custos inferiores aos do mercado, controle do efeito da sazonalidade e economia de transporte e combustível.

Há ainda os benefícios para o meio ambiente: conservação do solo, uso racional do solo, diminuição da pressão sobre florestas nativas e formação de ilhas intercaladas com a vegetação original, evitando-se a formação de maciços homogêneos.

Na região de atuação desse programa, há alta vocação e tradição no extrativismo florestal. Era comum a mata nativa ser retirada, devido à tradição de carvoejamento daquela região. Hoje, isso não ocorre mais, pois há grande quantidade de projetos florestais de eucalipto com participação do produtor rural. Aquele produtor rural que, para sobreviver, retirava madeira da floresta nativa hoje a retira de floresta plantada, o que é muito importante.

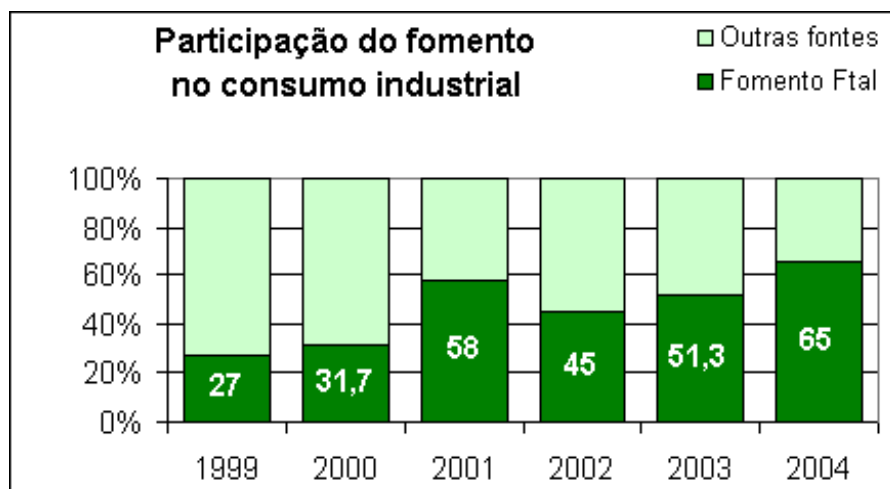
No princípio do programa, havia preocupação com a quantidade de produtores envolvidos, pois o objetivo era obter adesões ao programa. Somente terras inaproveitáveis para outras culturas eram destinadas ao reflorestamento. O programa atual baseia-se em região predominantemente de campo, execução mecanizada, distância de até 200km da usina e ênfase na qualidade da floresta. O plantio florestal realizado em áreas com potencial de produção é uma exigência do próprio produtor, que não quer área pouco produtiva.

Este ano o produtor receberá, além dos insumos, R\$559,00 por hectare de plantio. Os recursos financeiros dão condições para que o produtor realize o projeto. Além disso são oferecidos o levantamento topográfico da área que será reflorestada, a construção ou melhoria de estradas, quando necessário, e assistência técnica durante a vigência do contrato.

Hoje são 19.952,38ha plantados, 924 contratos e 580 produtores, em 62 municípios. A média de área é de 21,64ha por produtor. Por ano, isso custa para a empresa aproximadamente R\$850,00 por hectare de plantio.

Em termos de participação no consumo da empresa, o fomento tem importância crescente.

Esse é um programa que dá certo, pois já pôs nas mãos do produtor rural R\$35.000.000,00 e envolve diretamente um total de 968 pessoas no meio rural.



Em relação à superfície dos 62 municípios, a área ocupada com silvicultura representa precisamente 0,095%.

### 1.3 - IEF, o gestor da política florestal

Desde 2003, a política florestal adotada pelo IEF tem como princípio o fomento florestal, considerado a grande saída para reduzir os problemas do abastecimento de matérias-primas florestais, retirando a pressão das florestas nativas. Os recursos de reposição florestal, próprios do IEF e de convênios com empresas florestais, são fundamentais para a consecução dos objetivos do órgão.

Como forma de incentivo para a implantação de novas áreas, a lei que regula a taxa florestal admite a redução de seu valor em 25%. Poucas empresas utilizam,

ou mesmo solicitam, o desconto, que pode ser justificado pelo investimento em projetos relevantes e estratégicos, aí incluídos o fomento florestal, o plantio próprio ou o investimento em pesquisa tecnológica.

O IEF já contou aproximadamente 1.250 a 1.300 funcionários. Porém, com as aposentadorias e demissões voluntárias, hoje conta cerca de 870 funcionários. Essa redução de pessoal exigiu a terceirização da área administrativa, bem como a adoção de convênios com universidades e fundações.

Há seis anos o órgão assumiu a função de conferir licenciamento ambiental para atividades arossilvipastoris. O IEF, aos 43 anos, era um órgão tradicionalmente florestal. Foi, portanto, preciso sair das atividades florestais para lidar com suinocultura, avicultura, cana-de-açúcar e café, mas não havia estrutura adequada no IEF para essas novas atividades.

O órgão necessita de reenquadramento salarial, bem como de concursos públicos. As demais alternativas são paliativas. Como fiscalizador, precisa de funcionários efetivos e estáveis. Se considerado individualmente, não teria dificuldades financeiras para solucionar seus problemas. Mas sua situação depende da dinâmica orçamentária do Estado.

A folha de pagamento é de aproximadamente R\$18.000.000,00 com o 13º salário e os inativos. Até o ano retrasado, a arrecadação de taxa florestal era de R\$12.000.000,00. Hoje, com a melhoria da fiscalização, é de quase R\$18.000.000,00. A tendência de crescimento aponta para uma arrecadação de R\$26.000.000,00 com a taxa florestal.

Em 2002, a reposição florestal foi de cerca de R\$1.500.000,00 a R\$2.000.000,00. Em 2003, a arrecadação foi de R\$5.000.000,00. Em 2004, já somam R\$5.000.000,00 de reposição, com previsão de R\$8.000.000,00, que podem ser totalmente aplicados no fomento florestal. Esses números não contam com a reposição efetuada nas outras duas modalidades: o plantio próprio e o realizado por meio das associações de reforestamento. A ASIFLOR possui uma das maiores arrecadações referentes à reposição florestal no Estado.

Além desses recursos, o IEF conta ainda este ano com R\$14.000.000,00 em convênios, do PROMATA, para as unidades de conservação.

Conclui-se, portanto, que o Instituto pode arcar com novos funcionários. Sem um concurso para reposição do quadro funcional, sérios problemas ocorrerão.

Trechos relevantes das falas dos convidados

“Não precisamos ampliar a área reforestada de Minas Gerais, mas reformar as existentes, o que a tecnologia nos permite”. (Luiz Eduardo Furiati Lopes, do SINDIFER)

“Evidentemente, a pressão socioeconômica leva os aliados do processo produtivo a fazer uso predatório dos recursos naturais”. (Luiz Eduardo Furiati Lopes, do SINDIFER)

“É preciso ficar claro que tratamos de duas modalidades de plantio de eucalipto. Uma, que é a existente, talvez seja a causa de toda a confusão. Trata-se do plantio industrial (...), que provavelmente seria suficiente para suprir nossas necessidades. (...) A outra é a inclusão do pequeno do médio e do grande produtor, ou seja, do produtor rural convencional”. (José Batuíra de Assis, da AMS)

“O Brasil tem responsabilidades? Sim. Possui florestas e a maior biodiversidade do mundo. Precisamos utilizá-la de forma racional, porque não devemos ficar à mercê de mercados externos e economias globalizadas de que não podemos participar”. (Humberto Candeias, do IEF)

“A integração do setor florestal com as indústrias é muito importante, é um caminho para a distribuição de rendas, dando oportunidade aos pequenos e médios produtores”. (Deputado Paulo Piau)

## 2 - A regulamentação

### 2.1 - Abordagem comparativa entre a agricultura e a silvicultura

Texto baseado na exposição do Sr. Antônio Pontes Fonseca, da CALSETE e membro da Diretoria do SINDIFER.

A abordagem comparativa entre os empreendimentos agrícola e silvicultural não pretende estigmatizar essas atividades como rivais e incompatíveis. Muito ao contrário, tem por objetivo mostrar que há grande similaridade técnica entre ambas. A silvicultura pode até mesmo ser

considerada uma espécie de atividade agrícola, com colheita em prazos maiores que os convencionais. Apesar disso, são muitas as disparidades de tratamento dispensado a cada uma delas pelo poder público. É fundamental, portanto, que o Poder Legislativo e o Poder Executivo compreendam as semelhanças existentes para uniformizar certos critérios no tratamento dos dois empreendimentos.

Tanto a agricultura como a silvicultura ocupam áreas originalmente recobertas por vegetação nativa, com nascentes, cursos d'água, lagoas e demais áreas de uso restrito. Para a implantação de ambas é necessária a confecção de plantas topográficas com identificação das áreas de preservação permanente, da reserva legal e da área a ser desmatada para dar uso alternativo ao solo. Até aqui, os projetos são equivalentes em obrigações e possíveis entraves. São também, até este ponto, equivalentes em impactos ambientais. A partir daqui, começam as diferenças de tratamento dado ao empreendedor florestal e ao agricultor.

| Empreendimento Agrícola   | Empreendimento Florestal  |
|---|---|
| Crédito para implantação disponível em diversas instituições;       | Crédito para implantação disponível apenas no BDMG;   |
| Recursos próximos da demanda;                                       | recursos irrisórios;  |
| juros baixos;   | juros altos;  |
| refinanciamento na hipótese de insucesso;                           | sem refinanciamento na hipótese de insucesso;   |
| garantias compatíveis;  | garantias incompatíveis;  |
| processo simples;   | processo complexo;  |
| possibilidade de seguro;  | sem possibilidade de seguro;  |
| crédito para colheita e beneficiamento;                             | inexistência de crédito para colheita e beneficiamento;   |
| isenção de impostos;  | cobrança de impostos;   |
| colheita livre, a crédito do empreendedor;                          | colheita com normas rigorosas. É necessário realizar inventário, plano de corte, vistorias, obedecer a prazos impostos por portarias e confeccionar plantas com referência geodésica; |
| exigência apenas de nota fiscal e, em muitos casos, livre trânsito. | exigência de nota fiscal, GCA, selo, prestação de contas, registros diversos e contrato escrito.  |

Na origem do desenvolvimento da silvicultura em Minas, em especial em relação ao setor siderúrgico, os incentivos foram direcionados a entidades novas, que não se dedicavam tradicionalmente à produção agrícola. A legislação exigiu que o grande consumidor de matéria-prima florestal fosse, antes de tudo, um silvicultor. Diferentemente das atividades tradicionalmente agrícolas, a silvicultura nasceu atrelada ao seu consumidor. Para produzir tecido, por exemplo, a fábrica não é obrigada a plantar algodão; o esmagador de soja também não é obrigado a plantar soja. Mas para utilizar madeira como energético ou como matéria-prima em processos industriais, exige-se a implementação da silvicultura. Dessa forma, pretende-se evitar o desmatamento.

Entretanto, não é a produção de ferro-gusa a carvão vegetal que ocasiona o desmatamento. Se assim fosse, as florestas nativas do Estado de São Paulo ou da Região Sul teriam sido preservadas, já que lá não existe a indústria de ferro-gusa.

O setor privado não defende o desmatamento. Mas a silvicultura não pode ser tratada como atividade quase punitiva para aqueles cujas atividades econômicas dependem do uso da madeira, o que tende a ocorrer na ausência de estímulo a esse setor tão fundamental à economia do Estado.

## 2.2 - A silvicultura e o meio ambiente

Texto baseado na explanação do Sr. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do IEF.

Na silvicultura, os impactos ambientais são significativamente menores do que em muitas das culturas agrícolas tradicionais.

Há movimentos que são radicalmente contra o plantio do eucalipto e que carecem de embasamento científico. Não se vê o mesmo vigor desses movimentos com relação a outras atividades mais avassaladoras e mais desastrosas para o Estado, como, por exemplo, a pecuária intensiva no

vale do rio Doce, que provocou degradação do solo pela erosão, ou a cafeicultura no Sul e na Zona da Mata, ou ainda as plantações de cana-de-açúcar.

O setor florestal, hoje, é o que mais se esforça para atender a legislação ambiental nos aspectos relativos ao uso do solo e plantio. Várias empresas florestais já regularizaram as reservas legais e áreas de preservação permanente e mantêm, por vezes, programas de recomposição, áreas de florestas nativas intercaladas com as de florestas plantadas, ou seja, corredores ecológicos. As reformas das áreas de plantio antigas têm como proposta a recuperação das áreas de uso restrito. Isso não vem ocorrendo em outros setores agrícolas. Portanto, a silvicultura mineira merece destaque no cenário agrário brasileiro pelo respeito ambiental e pela alta tecnologia de produção.

Na Câmara Setorial Agrossilvipastoril - CAP -, instalada pelo Governo de Minas para orientar as políticas desses setores, o IEF propôs que o limite inicial para licenciamento ambiental seja de 700ha. Abaixo disso seria estabelecido um procedimento simplificado. O assunto é polêmico, e a discussão sobre o critério para licenciamento ambiental da atividade silvicultural ainda não está encerrada.

### 2.3 - A regulamentação na perspectiva do setor privado

Texto baseado na exposição do Sr. Mauro Luiz Rodrigues de Souza e Araújo, da RT Reserva Técnica Ltda.

Questiona-se, no setor privado, se não seriam a burocracia e o excesso de taxas e obrigações os principais responsáveis pela situação de risco de "apagão florestal" em que vive o Estado. A produção do carvão, movida pela penúria das populações rurais, é feita de forma ilegal. A burocracia estatal, porém, criou tantos entraves que o motorista e o produtor se vêm impelidos ao transporte ilegal, mesmo que corram risco de prisão.

Os Governos dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul buscam alternativas para atrair o produtor e o consumidor mineiro de matéria-prima florestal para fomentar o plantio de eucalipto em seus territórios. Entendem a silvicultura como oportunidade de aceleração da economia local, mesmo que a distância de transporte implique riscos de prejuízo.

Hoje o silvicultor mineiro está sujeito ao pagamento de três taxas com o mesmo fato gerador: a taxa de controle e de fiscalização cobrada pelo IBAMA, a taxa de controle e de fiscalização cobrada pelo Estado de Minas Gerais e a taxa florestal. Quanto à taxa florestal, não se questiona a sua existência, mas os critérios para determinação dos valores cobrados. O custo de fiscalização e controle do Estado não difere, por exemplo, para produtos como tora e torete de eucalipto, mas o valor da taxa para cada um deles é muito discrepante.

O IEF precisa do aporte da taxa para fazer uma fiscalização mais eficiente. Cada vez mais o órgão deve fiscalizar o campo e proteger as matas nativas, inibindo a produção irregular. A prática obsoleta de fiscalizar o caminhão no portão das siderúrgicas é pernicioso, pois, nesse momento, a floresta já foi destruída, e o imposto, sonogado.

É importante que se estabeleçam medidas de estímulo para a reforma e a implantação de novas áreas de eucalipto. Sobretudo os procedimentos para a reforma de povoamentos têm de ser simplificados e desonerados ao máximo, pois essas áreas reformadas, além da geração de empregos, podem contribuir para produção de receita fiscal. Se não produzem, não darão o retorno social necessário.

A Lei nº 10.561, de 1991, tinha um caráter mais fiscalizador em comparação com a Lei nº 14.309, de 2002, que a revogou. Esta foi amplamente discutida e debatida com a sociedade por meio desta Casa. Na oportunidade, o setor privado debateu com o IEF a regulamentação. Porém, a lei revogada já havia afastado muito o produtor do IEF, em função do caráter fortemente fiscalizador que essa lei conferia ao órgão. Como forma de mitigar esse problema, a nova lei determinou que houvesse separação clara entre o corpo de fiscais e o corpo de técnicos do IEF, ou seja, aqueles que são fomentadores da atividade e aqueles que são responsáveis pela extensão florestal. É necessário que esse grupo se aproxime do produtor e seja parceiro dele, quer na silvicultura, quer na exploração de uma área, quer na valorização da mata ou de uma árvore em pé. Essa medida até o dia de hoje não foi tomada pelo Governo do Estado.

Quanto ao zoneamento econômico e socioambiental, é preciso determinar as prioridades para cada região. Minas é muito grande, e há espaço para todas as atividades. Isso é muito importante em termos da concorrência que existe entre os Estados vizinhos. Estes tendem a ser menos burocráticos e aproveitar a discórdia hoje existente entre o produtor e o consumidor mineiros e o Estado, o que desvia de Minas investimentos e atividades que lhe caberiam por vocação natural.

### 2.4 - A regulamentação e os movimentos socioambientais

Texto baseado na exposição do Professor Visitante Klemens Laschetski, da UFMG.

Ouvimos muito falar em programas de fomento florestal, em particular os patrocinados pelas empresas. Muitos são recentes. Trata-se de mobilização política de toda a sociedade, não apenas das empresas. Nesse contexto, antes de mudar qualquer legislação, é necessário pensar no que se deseja para o desenvolvimento de Minas Gerais.

É importante lembrar que há 30 ou 40 anos foram implantados os primeiros grandes cultivos de eucalipto em Minas. Na época, também se falava em desenvolvimento econômico e havia grandes taxas de crescimento no Brasil. Por outro lado, são questionáveis os benefícios sociais daqueles cultivos. Inicialmente, foram criados vários empregos, porém surgiu o desemprego estrutural, que hoje é um grande problema, aparentemente insolúvel. Um dos fatores que estimulou o êxodo rural foi a expansão das monoculturas.

A discussão sobre os impactos ambientais deve ser mais aprofundada nos aspectos ecossistêmicos. O povo que vive nas áreas de monoculturas, com sistemas tradicionais adaptados ao ritmo da natureza, está completamente esquecido, mas seu modelo de interação com o meio ambiente e sobrevivência pode servir para dar outra visão de desenvolvimento à sociedade. Precisamos pensar em como diversificar a monocultura dependente de agroquímicos, pois esse sistema, por ser baseado no uso do petróleo, não é sustentável. Queremos uma nova fronteira agrícola?

Pode-se considerar a cultura de eucaliptos como atividade da agroindústria, não como floresta. O setor ainda está em plena onda de mecanização. A proporção de um trabalhador por 350ha, eventualmente registrada no passado, não é socialmente justa num país como o Brasil.

O Brasil é um dos maiores países do mundo. No entanto, as desigualdades sociais motivam o maior movimento de luta pelo acesso à terra, ao espaço físico. No Norte de Minas há muitas terras devolutas a serem devolvidas teoricamente ao Estado. O setor de base florestal está lutando para ficar com essas terras, mas exemplos práticos mostram outros caminhos para sua reapropriação social.

Claro que há vários problemas com a legislação. Às vezes, ela é contraditória, mas é preciso pensar em como melhorá-la. Muitas empresas podem apostar na luta política para ganhar as licenças, as permissões necessárias. Há vários movimentos que denotam a insatisfação com o Estado como controlador dos problemas sociais e ambientais: o movimento de atingidos por barragens, o movimento contra o plantio de eucaliptos e outros.

É importante que as empresas tenham regras claras, sejam obrigadas a cumprir as exigências legais e a apresentar estudos ambientais. Talvez, fazendo isso, obtenhamos um ganho ambiental e social muito maior que o atual.

Trechos relevantes das falas dos convidados

“A silvicultura é o setor hoje que mais procura se manter dentro da legislação no aspecto do plantio de eucalipto. Várias empresas já se regularizaram com relação às reservas legais, procurando manter áreas intermediárias de florestas nativas no meio das florestas plantadas, o que não ocorre nos outros setores da agropecuária”. (Humberto Candeias, do IEF)

“Deixo bem claro que sou completamente favorável a qualquer tipo de desregulamentação de processos do setor de silvicultura”. (Humberto Candeias, do IEF)

“(…) nos dois últimos Governos tivemos um IEF tremendamente fiscalizador, sem nenhuma preocupação em levar técnicas novas ao agricultor. (…) esse fomento nada mais é do que uma atividade de extensão florestal. Essa política pública é interessante”. (João Cândia de Andrade Araújo, da ASIFLOR)

“Podemos ver agora um grande 'lobby' a fim de desregular ainda mais a legislação”. (Klemens Laschefski, da UFMG)

### 3 - Visão estratégica de Governo

Texto baseado na palestra do Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE.

Por si só, a floresta é um negócio e, como tal, deve ser estimulada e preservada. As aplicações da madeira incluem: fonte energética; papel e celulose; embalagens, principalmente de partes e de peças metalmecânicas na indústria automobilística; painéis e chapas, aglomerados, compensados, OSB, MDF e outras; móveis e outros aplicativos na construção civil. Trata-se de uma atividade geradora de empregos, principalmente pelas correlações possíveis na chamada cadeia produtiva.

Paralelamente, existem outras formas de negócio que estão se apresentando. O Protocolo de Kyoto deixa claríssimo que há possibilidade de venda de créditos de seqüestro de carbono a empreendimentos poluidores em países desenvolvidos. É uma realidade que está batendo à porta. Minas já tem negócios efetivados, o projeto da Plantar Siderurgia é um exemplo dentro da cadeia produtiva da silvicultura. As empresas, notadamente da Europa e do Japão, estão sofrendo pressões por parte da sociedade para se adequarem ambientalmente. Efetivamente, algumas iniciativas crescerão nos próximos anos. Minas precisa participar dessa cota econômica e financeira, fundamental para diminuir a desigualdade social entre o bloco do Primeiro Mundo e o Brasil.

O antigo PROFLORESTA, programa de financiamento para a silvicultura, precisa ser revitalizado, com a revisão de seus termos e de suas normas. Essa discussão e outras afins devem passar pela já criada Câmara Setorial de Silvicultura.

O Governo do Estado se preocupa em ter um volume de oferta de recursos condizente com o plano de restauração dos 2.000.000ha de florestas plantadas. Ao mesmo tempo, vê a necessidade de induzir os produtores rurais a se agregarem a essa atividade, porque constituirá renda complementar, principalmente para os pequenos.

Há negócios menores, como o mel e seus derivados, que constituem atividades correlatas compatíveis e podem se tornar um programa social de monta, fixando o homem no campo e, ao mesmo tempo, preservando a atividade econômica ao longo do tempo. Para esses microempreendedores, como o apicultor, pretende-se usar o financiamento do Programa FUNDESE-GERAMINAS, que possui características voltadas à produção informal.

A ação governamental deverá gerir uma política de estímulo à silvicultura e a seus derivados, em especial na área fiscal. Pleiteia-se um tratamento tributário passível de dar a Minas Gerais, na pior das hipóteses, igualdade de condições com o que há em outros Estados - Espírito Santo, Bahia, Santa Catarina e Paraná, nossos grandes concorrentes atualmente.

Entre os programas de governo classificados como estruturadores, o Governador destacou o relativo à movelaria, pela sua elevada ambiência em todas as regiões do Estado. São cinco arranjos produtivos locais de movelaria nas diversas regiões, com alto potencial de alavancagem da economia. Porém, o setor de base florestal deve atrair não apenas empresas da área de móveis, porque se precisa do componente principal, a matéria-prima. É necessário uma visão integrada da cadeia produtiva e ação em cada um dos seus elos, de forma a fortificá-los equânime e simultaneamente, pois não adianta fazê-lo em períodos diferenciados.

Com relação aos benefícios, destaca-se, entre os principais, a geração de emprego. Estima-se que uma correta aplicação desse programa, em toda a cadeia produtiva, geraria acima de 120 mil empregos, dos quais 60 mil nas regiões mais carentes, Norte e Nordeste de Minas.

A correta política de trabalho, manejo e compromisso social revitalizará, de forma ambientalmente correta, todos os segmentos, seja o de geração de emprego, seja a função social da empresa, seja o relativo à questão do manejo sustentado ao longo do tempo.

Haverá outras empresas de natureza diversa, tanto na área química quanto nas complementares da cadeia econômica, que permitirão o crescimento do setor e a correção das desigualdades sociais. Pode-se traduzir isso no grande negócio de Minas Gerais da próxima década.

### 4 - Linhas de crédito para a silvicultura

#### PROFLORESTA

Segundo o Sr. Gilvan Westin Cosenza, do BDMG, o PROFLORESTA é um fundo estadual criado pela Lei nº 11.398, de 1994, que contou com

recursos oriundos de acordo feito pelo Governo de Minas com o BIRD, à época da criação do fundo. O que o mantém hoje é a reaplicação dos valores que retornam ao fundo.

O PROFLORESTA já financiou cerca de 150.000ha de plantios florestais. Possui saldo de aproximadamente R\$90.000.000,00 e é destinado a empresas ou indústrias que tenham a floresta como geradora de matéria-prima ou a empresas florestais vinculadas às empresas consumidoras.

Como o recurso desse fundo vem apenas do repagamento, ele é insuficiente para atender toda a demanda. Os financiamentos contratados para os próximos dois anos já absorvem totalmente o repagamento. A expansão dos créditos depende de novos recursos para o fundo.

#### PROPFLORA

O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas - PROPFLORA - é destinado a produtores florestais individuais com recursos do Ministério da Agricultura e disponibiliza até R\$150.000,00 por tomador. É uma linha bastante interessante para médios e grandes produtores rurais. Os encargos dessa linha são de 8,75% ao ano.

O Banco do Brasil vem exigindo, para o financiamento de plantio florestal, que os produtores tenham preferencialmente alguma integração com as empresas compradoras do seu produto final. Um projeto que já está em final de contratação com a CENIBRA envolve produtores integrados da empresa (fomento florestal) e vai propiciar abrangência na utilização desses recursos.

#### BNDES Automático

Esta é uma linha de recursos mais caros que atende ao plantio de floresta. Envolve um indexador - a TJLP - e juros fixos em torno de 6% a 6,5%. Há grande disponibilidade de recursos, mas estes são mais adequados para as grandes empresas, com todas as limitações quanto à garantia.

É necessário que o BDMG estreite os laços com as empresas para atuar nos programas de fazendeiro florestal com esses recursos do BNDES, que têm condições favoráveis e juros fixos.

Segundo o Sr. Carlos Tadeu de Melo, do Banco do Brasil, a silvicultura propicia rentabilidade em prazo mais longo, e isso dificulta a colocação de recursos próprios dos agentes financeiros. Assim, a participação dos fundos e programas governamentais é essencial para a maior participação do Banco do Brasil na área de financiamento do plantio de florestas.

#### PRONAF Florestal

A linha florestal do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - é bastante interessante para o pequeno agricultor ou para o agricultor familiar, pois os encargos estão na ordem de 4% fixos ao ano. Existe a possibilidade de redução de 25% nesses encargos, em função de adimplência, além de subsídio de 25%, o que provoca a queda do encargo para 3% fixos ao ano.

Para a aplicação dos recursos dessa linha, o Banco do Brasil espera realizar convênio com o IEF e com as Prefeituras. O público-alvo é o pequeno produtor nas comunidades. O objetivo é fornecer assistência técnica e mudas a esse produtor, o que deverá lhe render benefícios.

#### GERAMINAS

Segundo o Sr. Valdir Pereira Nunes, do BDMG, no caso específico das empresas de pequeno porte, principalmente serrarias, fábricas de móveis e comércio, o BDMG dispõe da linha de crédito do GERAMINAS, que trabalha com recursos do Estado. Nesse caso, as empresas recolhem parte do ICMS para o fundo que constitui os recursos do GERAMINAS. Essa linha é bastante dinâmica e atende de maneira razoável o setor de pequenas empresas.

O grande problema da linha de financiamento bancário para as empresas é a questão do custo e da regulamentação. A quantidade de documentos exigidos é muito grande. O Banco, por ser administrador de recursos públicos, tem de tomar mais cuidado e cumprir um conjunto de normas. As empresas reclamam desse volume de exigências.

A garantia é outro problema. As empresas de reflorestamento oferecem o seu patrimônio de imóveis rurais, em hipotecas, nos contratos de crédito. Ao longo do tempo, essa fonte de garantias acaba se esgotando, e, em decorrência disso, também se esgota a capacidade de endividamento da empresa, comprometendo a concessão de novos financiamentos. A saída seria o penhor das florestas plantadas, mas isso novamente esbarra no problema da normatização. Para que o Banco faça o penhor das florestas plantadas, há a exigência da contratação de seguro florestal. Esse seguro também compromete o custo final das linhas de crédito, pois passa a integrá-lo.

A disponibilidade de recursos também é outro problema bastante complicado. Grande parte dos recursos que circulam no País é absorvida pelo Governo. Apenas 20% dos recursos disponíveis ficam para o mercado. Essa quantia é muito pequena para atender às necessidades das empresas.

Difícilmente um Banco comercial terá interesse em aplicar no setor florestal, que, por isso, deve ser atendido pelos Bancos de fomento.

#### Trechos relevantes das falas dos convidados

“Foi mais um setor em que Minas saiu na frente do Brasil, com um programa (PROFLORESTA) que não existia e que se torna modelo a ser adotado. Temos plena consciência disso. Não temos problema com a aplicação do recurso; o que nos falta é o recurso”. Gilvan W. Consenza, do BDMG.

“Temos pleiteado ao Governo Federal a ampliação dos recursos do PROFLORESTA, que é o fundo mais indicado que temos atualmente em termos de encargos e de prazo, mas gostaríamos de contar com o apoio da Comissão Especial da Silvicultura para que isso fosse viabilizado”. Gilvan W. Consenza, do BDMG.

“Quanto aos pequenos produtores, (...) temos mecanismos, por meio de convênios com cooperativas de crédito rural, em que há uma



facilitação muito grande para que esse crédito chegue ao produtor. É claro que o envolvimento das empresas é fundamental". Gilvan W. Consenza, do BDMG.

“Com relação ao PRONAF Florestal, (...) havia uma obrigatoriedade de aplicação no primeiro ano de, no máximo, 40% dos recursos (...). Esse é um fator que praticamente inviabiliza a contratação do financiamento. Como todos nós sabemos, na implantação de um projeto florestal, praticamente 80% vão no primeiro ano". Ivo Pêra Éboli, da EMATER-MG.

## 5 - Comunicação e "marketing"

(Texto baseado na apresentação da Sra. Cláudia Vieira Tanure, da Press Comunicação.)

Os objetivos fixados para o trabalho de comunicação na área da silvicultura, a exemplo do projeto desenvolvido pela AMS, estão focados na construção de imagem. A silvicultura, em especial, possui uma particularidade: o grande preconceito da sociedade e dos formadores de opinião com relação ao eucalipto e às florestas plantadas. Logo, o maior desafio é quebrar esses mitos e preconceitos. É necessário conquistar espaço na mídia para os assuntos de interesse do setor de base florestal. Até hoje, quase nada foi feito com esse fim. A imprensa e a opinião pública cristalizaram uma imagem negativa sobre o eucalipto. As ações do setor precisam ter visibilidade positiva e ser do conhecimento da sociedade, a exemplo dos congressos, feiras, seminários e encontros realizados ao longo do tempo. É também necessário minimizar os focos de tensão na relação entre o plantio florestal e as empresas ligadas a essa área.

Existe uma resistência por parte das emissoras de televisão em aceitar sugestão de pauta referente à área florestal. Consideram, ainda, o eucalipto um componente de degradação ambiental. Porém, é uma estratégia válida oferecer à imprensa, durante todo o tempo, informações corretas de maneira espontânea e contínua, por meio de matérias programadas, sugestões de pauta e encontros sobre o plantio florestal.

A AMS tem um plano de comunicação e "marketing" para 2004 e início de 2005 que inclui o estabelecimento de um novo programa de visita às redações e às empresas, com o estabelecimento mensal de um tema, abrindo pautas diferenciadas para cadernos distintos. No último ano, observou-se uma melhoria com relação à intenção da imprensa, que já demonstra uma predisposição para ouvir o setor.

Outro exemplo é a campanha que vem sendo patrocinada pelo SINDIFER.

Trechos relevantes das falas de Deputados

“Minas Gerais possui todas as condições para ser auto-suficiente, e as empresas são extremamente competentes. Então, por que não fazem isso?” (Deputado Doutor Viana)

“... o setor quer é, além de uma política pública, principalmente uma definição conceitual, que é caracterizar a floresta como agronegócio.” (Deputado Paulo Piau)

## IV - A silvicultura e os processos socioambientais

A importância econômica indiscutível da silvicultura fica clara a partir do conhecimento de toda a cadeia produtiva, com seus potenciais e desafios, apresentada à Comissão Especial da Silvicultura. Portanto, como toda atividade econômica, a silvicultura tem efeitos diretos e indiretos relacionados ao meio ambiente e às relações sociais nas regiões de plantio. Percebe-se uma evolução nos métodos de plantio, condução e colheita, que, ao contrário dos sistemas implementados na década de 70, têm priorizado maior proteção ambiental, principalmente com a preservação da mata nativa (no mínimo 20%, prevista como reserva legal na legislação ambiental) e a conservação do solo.

O próprio mercado florestal é hoje mais exigente com relação às questões ambientais. Nos projetos financiados pelo Banco Mundial, referentes ao Fundo de Protótipo de Carbono - PCF (Prototype Carbon Fund) -, que prevêem recursos para o seqüestro de carbono atmosférico como forma de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL -, existem normas que obrigam as empresas interessadas em aderir ao programa a obterem um certificado ambiental das florestas plantadas. Isso é um avanço, pois as empresas têm necessidade de se adequar aos novos padrões internacionais de comercialização.

Até hoje não há um consenso sobre os efeitos ambientais e sociais dos sistemas de plantio florestal, compostos em sua maioria por eucaliptos e pinus. Em toda a literatura científica existem dados desconcorados com relação aos efeitos sobre o ciclo hidrológico e a composição dos solos nas regiões de florestas plantadas. Assim, a efetividade do desenvolvimento sustentável deve ser sistematicamente questionada. Enquanto instituições governamentais, empresas e até organizações ambientalistas apóiam a expansão do plantio de espécies florestais de rápido crescimento, boa parte das comunidades locais e outras entidades temem pela reativação das monoculturas, sobretudo no bioma cerrado, nos moldes tecnológicos adotados na década de 70, que tiveram graves conseqüências ambientais e sociais. As afirmações que se fazem sobre o plantio do eucalipto, muitas vezes tidas como mistificação e resistência, podem estar fundamentadas na experiência local de comunidades em algumas regiões de Minas Gerais.

São polêmicas as alterações nos regimes de águas provocadas pelo plantio do eucalipto, pois afetam as condições ecológicas, mesmo em áreas que vão além dos limites das plantações. Por isso, é importantíssimo observar, nos plantios de espécies florestais e nas demais culturas, as condições naturais, o zoneamento agroecológico, a composição do deflúvio, a geologia, o regime de chuvas na região e a qualidade final da água. Deve haver um efetivo monitoramento e planejamento dos processos hidrológicos envolvidos na bacia hidrográfica.

Na região de Curvelo e Felixlândia, visitada pela Comissão, os moradores locais observam a secagem de rios e córregos, o que, segundo eles próprios, pode estar relacionado com a introdução do eucalipto na região.

A perda da biodiversidade é um aspecto indiscutível quando ocorre substituição de formações vegetais nativas por sistemas florestais implantados ou por qualquer monocultura, seja ela de soja, arroz, pastagens, milho, etc. A presença de poucas espécies vegetais, associada ao uso de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas e inseticidas), reduz muito a diversidade de plantas e animais. Este modelo de intervenção pode ocasionar uma diminuição da capacidade de suporte dos ecossistemas, tornando-os frágeis e altamente dependentes de intervenção externa.

Um dos caminhos apontados para maior sustentabilidade seria o estabelecimento de sistemas agrossilvipastoris que visam à integração de plantas anuais (arroz, milho e feijão), pastagens e frutíferas às essências florestais. O desenvolvimento de corredores ecológicos com mata nativa pode também ser considerado uma medida mitigadora do efeito de redução da biodiversidade e já é realizado por algumas empresas do setor florestal.

Diante da imperiosa necessidade de expansão da silvicultura no Estado, as empresas, os agricultores e as associações devem buscar o desenvolvimento econômico garantindo a sustentabilidade do setor. Para tanto, é necessário realizar pesquisas com o objetivo de melhorar as condições de plantio e implementar ações e políticas públicas que garantam a produção florestal, mas também respeitem os interesses das populações locais e mantenham a capacidade de renovação dos biomas e ecossistemas.

## V - Conclusões e recomendações

### 1 - Conclusões

Após analisar as informações recebidas durante as exposições, debates e visitas técnicas que a Comissão realizou, podemos extrair um conjunto de conclusões e, a partir da relação entre elas, elaborar recomendações.

A primeira constatação é que as três vertentes dos setores de base florestal - siderurgia a carvão vegetal, celulose e papel e sólidos e painéis - são fundamentais para a economia e para o processo de desenvolvimento de Minas Gerais. A exuberância demonstrada pelos segmentos que compõem o setor, nos aspectos tecnológicos, de organização e de motivação para prosseguir como importante fator de geração de emprego e renda no Estado e no País contrasta extraordinariamente com a ausência de políticas públicas específicas, com o excesso de mecanismos de comando e controle e com as fragilidades operacionais dos órgãos governamentais relacionados com essa área.

Outra questão é o tratamento sistemático dado pelo poder público aos plantios de espécies florestais como obras de recomposição ambiental. A nosso ver, esse é um desvio conceitual grave, mesmo se levarmos em consideração que as florestas plantadas são culturas de menor impacto ambiental e passíveis de utilização em recuperação de áreas degradadas. Eventualmente, a silvicultura, por sua similaridade com as florestas naturais, pode ser utilizada como meio de recomposição ambiental e, neste caso, estará sujeita a normas e procedimentos claros dos órgãos ambientais, para que esse objetivo seja cumprido. Diferentemente, quando utilizada em áreas com uso alternativo do solo autorizado, com o objetivo de produção de madeira, respeitadas as áreas de reserva legal e de preservação permanente, não cabem controles mais complexos que os aplicados à agricultura ou à pecuária, já que é uma atividade econômica como as demais que utilizam o solo.

É imprescindível também que o fomento florestal, por suas características de distribuição de renda, baixo impacto ambiental e descentralização da produção, seja visto como uma atividade prioritária na expansão da produção de bens florestais e uma alternativa ao modelo atual de produção centralizada em grandes extensões. A indústria deve, portanto, ser estimulada a participar do fomento florestal não só na posição de consumidora, mas principalmente como investidora e parceira do poder público e do produtor rural.

Nesse contexto, programas como o Pró-Floresta (programa estadual de financiamento da atividade, lastreado pelo fundo do mesmo nome e que se tornou uma referência nacional no financiamento da produção florestal) devem ser revigorados, uma vez que o volume de recursos atualmente disponíveis tem se mostrado insuficiente e não tem atendido à demanda do setor, que é crescente.

Sabe-se que são altas a capacidade de adaptação e a viabilidade econômica de essências florestais de rápido crescimento, como o eucalipto, em áreas degradadas por atividades agropecuárias. O Estado possui muitas áreas em acelerado processo de degradação, em especial topos de morro e encostas íngremes no vale do rio Doce, ocupadas atualmente por pastagens improdutivas ou mesmo nuas. Oportunamente, o regulamento da lei estadual de política florestal (Decreto nº 43.710, de 2004) admite a conversão desse tipo de área para a atividade silvicultural. Seguidas as recomendações dos órgãos competentes, é possível a utilização de essências florestais de rápido crescimento como estratégia economicamente viável de reabilitação desses solos e normalização do regime hídrico, instalando condições técnicas para a substituição paulatina por espécies da mata nativa.

A Lei nº 14.309, de 2002, que dispõe sobre a política florestal mineira, determina que o consumidor de matéria-prima florestal deverá manter 90% do seu consumo proveniente de floresta plantada. Os restantes 10% poderão ser oriundos de floresta nativa de áreas com uso alternativo do solo autorizado, com o devido pagamento da reposição florestal. Volumes acima do percentual autorizado pagam o valor de reposição em dobro. Esse método provoca elevados custos com a reposição florestal, pois, em geral, ainda é pequeno o auto-suprimento com florestas plantadas, o que estimula, também, a aquisição de matéria-prima com documentos fiscais fraudulentos de outros Estados, acobertando carvão vegetal de desmatamentos ilegais em Minas Gerais. São elevadas, portanto, as perdas de receita do Estado, que poderiam ser minoradas com a alteração da base de cálculo do percentual de nativa autorizada.

Apesar da importância estratégica dos setores de base florestal para a economia mineira, ainda se observa um alto grau de preconceito incutido na população, classes dirigentes e lideranças populares contra a silvicultura em geral e a eucaliptocultura em especial. Para mudar tal situação, são urgentes ações do setor para informar a sociedade sobre as vantagens do plantio e a utilização de florestas de forma sustentável, com o respaldo oficial do Estado.

A seguir, relacionamos outras conclusões que julgamos relevantes:

o Estado corre sério risco de desabastecimento de madeira nos próximos anos em função da insuficiência e irregularidade na renovação dos plantios de essências florestais ao longo das últimas décadas;

a silvicultura, em especial a vertente que trata da produção de madeira plantada, segue os mesmos preceitos legais, técnicos e ambientais de outras atividades que utilizam o solo e outros recursos naturais. Contudo, recebem da administração pública tratamento mais rigoroso do que o dispensado ao setor agrícola, quanto aos aspectos tributários e de controle ambiental;

entre as culturas que demandam o uso alternativo do solo, a silvicultura é uma das atividades de menor impacto ambiental, por suas características florestais, além de ser recomendável para a reabilitação de áreas degradadas ou de baixa produtividade agrícola;

em geral, o nível tecnológico da silvicultura praticada hoje pelas empresas florestais em Minas Gerais é excelente, sendo plenamente compatível com a utilização segura dos recursos ambientais, o que não exime essas empresas do passivo ambiental criado em décadas passadas;

as áreas já ocupadas pelos setores de base florestal no Estado, com a produtividade alcançada pelo atual estágio tecnológico da silvicultura, são suficientes para o pleno atendimento da demanda, desde que sejam efetivamente incluídas no processo de produção sustentada;

são necessárias políticas públicas para estimular a reforma de povoamentos florestais antigos, ou seja, em áreas já sob posse das empresas florestais, excluídas as que possuam pendências de qualquer ordem quanto a terras devolutas do Estado;

a despeito do desenvolvimento de pesquisas florestais nas universidades federais em território mineiro, com destaque para as Universidades Federais de Viçosa e de Lavras, o setor resente-se de um desenvolvimento tecnológico continuado e da falta de uma estrutura de pesquisa na

área de silvicultura nos órgãos de pesquisa agropecuária do Estado (EPAMIG) e da União (EMBRAPA);

o Estado deve priorizar o fomento da atividade silvicultural pela agricultura familiar e por pequenos empresários rurais - fomento florestal -, como meio de atender ao crescimento da demanda por matéria-prima florestal e garantir renda para esse segmento produtivo;

o fomento à produção de madeira pelos produtores rurais deve ter prioridade dentro das políticas públicas aplicadas aos setores de base florestal, indicando-se a necessidade do desenvolvimento da integração floresta-indústria;

da mesma forma, os sistemas agrossilvipastoris demonstraram ser alternativas viáveis e devem ser foco de atenção do poder público estadual nos aspectos de desenvolvimento e repasse de tecnologia para os produtores rurais, de forma compatível com o seu porte;

a política tributária atual do Estado para produtos madeireiros é desestimulante para o desenvolvimento dos setores envolvidos. As alíquotas do ICMS incidente sobre produtos de madeira praticadas por Minas Gerais são desfavoráveis à comercialização em relação às praticadas pelos Estados vizinhos, o que causa um desequilíbrio na captação de novos investimentos nos setores de celulose e de sólidos e painéis, além da perda de competitividade das empresas já instaladas. Ou seja, o Estado não tem atuado de forma adequada na atração e viabilização de investimentos de base florestal compatíveis com o potencial de suas terras e com o nível de conhecimento acumulado;

os setores de base florestal que utilizam exclusivamente madeira "in natura" originada de plantios florestais, por essa característica, simplificam significativamente a ação fiscalizatória dos órgãos estaduais. Tal condição implica alto grau de formalidade, o que dificulta sobremaneira as ações fraudulentas e permite uma redução da burocracia e dos custos de controle. Por isso, devem ter regulamentação simplificada em relação aos segmentos que produzem e consomem madeira carbonizada;

os setores de base florestal estão sujeitos a taxas, a registros e a indenizações ao poder público, em última análise, incidentes sobre o mesmo fato gerador, que nesse caso se funda na utilização de matéria-prima florestal. A título de citação:

Taxa Florestal (Decreto nº 23.756, de 1984) - atividades fiscalizadoras, administrativas, policiais e de estímulo no setor de polícia florestal;

Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais (Lei nº 14.940, de 2003) - exercício regular do poder de polícia conferido à FEAM e ao IEF para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais;

Registros (Lei nº 14.309, de 2002):

(Art. 45) pessoa física ou jurídica que explore, produza, utilize, consuma, transforme, industrialize ou comercialize, no Estado de Minas Gerais, sob qualquer forma, produtos e subprodutos da flora nativa e plantada;

(Art. 64) pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços que envolvam o uso de tratores de esteira ou similares para desmatamento autorizado são obrigadas a cadastrar-se no IEF;

Indenização pelo custo de análise de pedido de licenciamento ambiental de fontes de poluição e atividades modificadoras do meio ambiente (Deliberação Normativa COPAM, nº 1, de 22/3/90).

o setor moveleiro é composto predominantemente por pequenas e microindústrias, que utilizam, cada vez mais, madeira oriunda de plantios florestais e de painéis de madeira. Conforme projeto estruturante do Governo estadual, a movelaria se distribui em cinco Arranjos Produtivos Locais - APLs. A exigência de licenciamento ambiental, pelos seus custos, vem se tornando uma barreira para a continuidade e para a manutenção de pequenas empresas na economia formal.

o mercado de créditos de carbono é uma alternativa real de captação de recursos para promoção do desenvolvimento sustentável, e sua consolidação depende de empenho e parceria entre o setor privado e o poder público. A silvicultura tem um enorme potencial para captar esses recursos, em razão de sua capacidade intrínseca de seqüestro de CO<sub>2</sub>.

o mecanismo de incentivo fiscal e as determinações legais de vínculo obrigatório entre o consumo e a produção de matérias-primas florestais marcaram a instalação da atividade de silvicultura em extensas áreas no Estado, nas décadas de 60, 70 e 80. Esse processo estimulou a concentração fundiária e desprezou a capacidade de trabalho dos produtores rurais, desalojando-os e promovendo a expropriação de suas áreas tradicionais de ocupação comunitária, principalmente nas regiões Norte, do vale do Jequitinhonha e do vale do rio Doce. As empresas florestais convidadas por esta Comissão para expor sobre suas atividades demonstraram, de forma expressiva, a implementação de ações de cunho social envolvendo seus funcionários, famílias de funcionários e membros das comunidades circunvizinhas, com resultados altamente positivos. Isso não exime, contudo, os setores de base florestal do passivo social ainda existente em relação àquelas comunidades.

## 2 - Recomendações

Criada para estudar e propor políticas públicas para o setor florestal, especialmente para as florestas plantadas, bem como ações de incentivo à produção de madeira em Minas Gerais, esta Comissão, em face do quadro que encontrou, é levada a recomendar ações em diversos níveis e diferentes instâncias. Dessa forma, sugeriu medidas relativas ao nível estratégico, a programas de Governo, a ajustes de procedimentos e de normas aplicadas ao setor, a alterações na organização dos órgãos do Estado e, também, a ações corretivas para problemas causados pelas empresas florestais.

Diante das análises realizadas, esta Comissão recomenda:

a) ao Governador do Estado e aos Secretários de Estado de Planejamento e Gestão, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

determinar uma ampla revisão no modelo institucional que rege as atividades silviculturais, de modo a envolver outros órgãos da administração estadual responsáveis, por exemplo, pela agricultura, pelo comércio e pela indústria, no gerenciamento da produção florestal, e não apenas a SEMAD, cujas atribuições visam precipuamente à preservação, conservação e melhoria do meio ambiente;

b) aos Secretários de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e ao Presidente da Associação Mineira de Silvicultura:

fortalecer a Câmara Setorial de Silvicultura, capacitando-a para negociar e propor políticas de desenvolvimento, promover o planejamento estratégico de médio e de longo prazo, sugerir programas de Governo e orientar a inclusão de recursos no Orçamento Estadual para execução das políticas aprovadas, e para que se consolide como fórum democrático capaz de cumprir o papel de liderança do setor;

produzir conhecimento e desenvolver habilidades para a formulação e aprovação de projetos de captação de recursos de crédito de carbono, com a finalidade de consolidar essa fonte de recursos;

c) aos Secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Desenvolvimento Econômico, e ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais:

adotar medidas para o imediato revigoramento do programa Pró-Floresta, mediante o aporte de recursos orçamentários, a captação internacional em bancos de desenvolvimento, a utilização de recursos do fundo de mesmo nome para equalização de taxas no tesouro nacional, entre outras fontes de financiamento, de forma que haja disponibilidade de recursos adequados em volume e condições comerciais para financiamento da atividade silvicultural;

d) à Frente Parlamentar da Silvicultura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

apresentar na revisão anual do PPAG 2004-2007, até 30/9/2004, emenda que proponha a criação de uma nova atividade orçamentária, o desenvolvimento do setor de base florestal mineiro. Essa medida, uma vez aprovada, formaliza a atividade de base florestal no orçamento estadual e abre caminho para o planejamento estratégico e a captação de recursos para o seu desenvolvimento;

e) ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Instituto Estadual de Florestas:

fortalecer o Programa Estadual de Fomento Florestal e desenvolver mecanismos de incentivo, tais como:

desburocratização dos procedimentos para autorizar a implantação, colheita e comercialização de matérias-primas florestais oriundas de produtores rurais ou plantios em pequenas extensões;

oferta de recursos financeiros em condições adequadas ao pequeno tomador ou às empresas consumidoras;

redução de tributação (taxas, impostos e emolumentos) nos plantios fomentados;

prestação de assistência técnica e atualização tecnológica constante (melhoramento genético, adubação e controle de pragas) do Programa Estadual de Fomento Florestal, em parceria com a iniciativa privada;

promoção de campanhas de valorização e desmitificação da silvicultura;

capacitação do produtor fomentado para o uso múltiplo da árvore;

divulgação e desenvolvimento de técnicas agrossilvipastoris adaptadas ao porte do agricultor;

estímulo à integração entre a produção florestal independente e a indústria consumidora;

instituir um programa estadual, complementar ao de Fomento Florestal, de identificação e recomposição de áreas propensas a processos de desertificação. Esse programa deveria utilizar essências florestais de valor comercial, como pioneiras, e reintroduzir paulatinamente espécies nativas, de forma sustentável, com o objetivo de restabelecer áreas de preservação permanente e de reserva legal a médio e longo prazo. Dessa forma, seria possibilitado o aproveitamento econômico da área enquanto a vegetação nativa se restabelece;

estabelecer, para os setores produtivos de celulose, de painéis de madeira e de sólidos (madeira serrada ou roliça):

valores de taxas e de emolumentos diferenciados e compatíveis com os custos de fiscalização;

medidas (incluídas no projeto de lei anexo) que permitam a desregulamentação da atividade de silvicultura, que deve receber o mesmo tratamento conferido às culturas agrícolas, ou seja, controle ambiental e recolhimento dos impostos estaduais e federais;

adotar medidas para simplificar e tornar mais claras as normas para reforma de projetos florestais antigos. Sabe-se que diversas das grandes fazendas florestais são provenientes de contratos de comodato firmados entre a iniciativa privada e o Governo do Estado no período de concessão de incentivos fiscais para o reflorestamento. A autorização de reforma de povoamentos parte da comprovação formal da posse legal das áreas, o que implica a necessidade urgente de se promoverem acordos entre as empresas e o poder público. Ainda sobre as áreas extensas, sabe-se que será necessário o licenciamento ambiental de toda a área do empreendimento. Esse procedimento deve garantir a redefinição de áreas de uso restrito e a recomendação, pelos órgãos competentes, do sistema do meio ambiente do Estado quanto ao manejo e às medidas mitigadoras de impacto ambiental. Isso abrirá espaço para aprovação de planos plurianuais de reforma e a liberação de aproveitamento de resíduos e eventuais regenerações de floresta nativa, etc., que normalmente são utilizados para a redução do custo de reforma;

promover a alteração da base de cálculo do volume autorizado de consumo de carvão de floresta nativa, oriundo de uso alternativo do solo (hoje, 10% do volume consumido de carvão oriundo de floresta plantada em Minas Gerais), e considerar a previsão de consumo anual total de carvão vegetal, independentemente de sua procedência (medida incluída no projeto de lei anexo);

criar um fator de redução para aplicar aos valores de indenização dos custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental das indústrias de mobiliário;

direcionar o fomento florestal para áreas marginais das propriedades rurais, reconhecendo a importância da segurança e da soberania alimentar para as populações rurais e a sociedade como um todo;

fiscalizar se a reposição florestal está sendo cumprida com rigor, de acordo com a lei de política florestal. Para tanto, deve ser fortalecida a

fiscalização;

incentivar o manejo florestal com espécies nativas originárias do próprio ecossistema local, alternativa que pode se tornar uma fonte de produção madeireira;

garantir a existência de "corredores ecológicos" nas áreas de plantio, para permitir o trânsito de espécies da fauna e flora;

manter controle rigoroso sobre a seleção das áreas de plantio, respeitando-se a legislação ambiental e incentivando-se a certificação florestal;

f) ao Secretário de Estado de Fazenda:

criar um grupo de trabalho no âmbito da SEFAZ com participação dos diversos setores envolvidos para estudos sobre a revisão da atual política tributária para produtos derivados de madeira "in natura" por meio de adequação de alíquota e pelo diferimento do ICMS para a cadeia produtiva baseada nesse produto (celulose, painéis, movelaria, etc.);

g) às empresas florestais com atividades no Estado:

desenvolver programas de integração com as comunidades locais, com vistas ao aproveitamento da mão-de-obra local, à melhoria da educação e qualificação profissional das populações, à criação de oportunidades de empreendedorismo e associativismo em negócios relacionados à silvicultura (apicultura, extração de essências, aproveitamento de restos de madeira, artesanato, etc.);

h) ao Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

estabelecer linhas de pesquisa e alocar pesquisadores da área florestal nos quadros da EPAMIG;

i) ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

permitir a utilização da estrutura da EMBRAPA Milho e Sorgo para a instalação de um núcleo de tecnologia florestal em Minas Gerais;

j) aos Secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

autorizar a imediata realização de concurso público para recomposição dos quadros funcionais do IEF, tendo em vista o aumento das atribuições que vem majorando o rol de responsabilidades dessa autarquia, como a gestão da pesca, o licenciamento ambiental das atividades agropecuárias, o gerenciamento das Unidades de Conservação Estaduais, entre outros, além do crescimento da demanda por fiscalização e fomento às atividades florestais;

l) ao Secretário de Estado de Governo e ao Presidente da AMS:

promover, por meio dos órgãos de comunicação do Governo do Estado e da imprensa privada, uma campanha de valorização e desmitificação da atividade de silvicultura para toda a sociedade, bem como uma campanha especial de informação direcionada ao produtor rural, com o objetivo de que este adote a produção florestal como atividade precíua da propriedade rural, assim como a agricultura e a pecuária;

m) à Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais:

realizar audiências públicas para discutir o Projeto de Lei nº 1.071/2003, que determina a realização do zoneamento agroecológico no Estado e condiciona as determinações e compensações desse ecozoneamento, em especial para discutir os aspectos técnicos do zoneamento agroecológico, envolvendo universidades e órgãos governamentais;

n) ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM:

realizar estudos e pesquisas para avaliar os impactos das espécies florestais sobre o regime hidrológico das bacias no Estado, sobretudo na região de Curvelo e Felixlândia.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2004.

Paulo Piau, Presidente - Célio Moreira, relator - Leonardo Quintão - Padre João - Doutor Viana.

## V - ANEXOS

### 1 - Projetos de lei

Projeto de Lei nº

Altera os arts. 47 e 48 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os arts. 47 e 48 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 47 - .....

§ 3º - O percentual de uso de produto e subproduto florestal proveniente de uso alternativo do solo terá como base de cálculo o consumo anual total.

§ 6º - No caso de autodeclaração para o consumo excedente de que trata o §5º, o consumidor poderá quitar o pagamento em dobro utilizando um dos mecanismos estabelecidos no § 1º.

§ 7º - O órgão competente poderá estabelecer normas simplificadas para plantio, colheita, transporte, comercialização ou consumo de matéria-prima florestal para pessoa física ou jurídica que utilize exclusivamente madeira "in natura" oriunda de floresta plantada.

Art. 48 - A pessoa física ou jurídica a que se refere o art. 47, que tenha apresentado o seu Plano de Reposição Florestal - PRF -, fica obrigada a apresentar, no final do exercício, a Comprovação Anual de Suprimento - CAS.

§ 1º - O Plano de Reposição Florestal de que trata o "caput" deste artigo informará o consumo total anual de matéria-prima florestal e as fontes de suprimento, especificando as opções de reposição florestal para a parcela oriunda de florestas nativas.

§ 2º - A pessoa física ou jurídica que utilize madeira "in natura" oriunda exclusivamente de florestas plantadas próprias e que atenda às condições definidas no "caput" deste artigo pode requerer licenciamento único de todas as suas fontes anuais de produção e colheita.".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, de de 2004.

Comissão Especial da Silvicultura

Justificação: Os debates e dados apresentados durante as reuniões da Comissão Especial de Silvicultura evidenciaram que, no setor de siderurgia, o nível de comercialização informal de carvão vegetal é significativamente alto. As razões para tal evidência podem ser encontradas em fatores culturais, como também em mecanismos legais que estimulam a prática ilegal. A base de cálculo do percentual de carvão de floresta nativa autorizado para o consumo é uma dessas razões.

A lei indica que são obrigatórios 90% de consumo de carvão vegetal proveniente de floresta plantada e até 10% proveniente de floresta nativa com uso autorizado. O consumidor deve ao Estado reposição florestal sobre o volume legal de carvão de floresta nativa. Esta deve ser paga por meio de plantio florestal próprio ou por plantio realizado por uma associação de reposição florestal ou, ainda, recolhendo-se o valor estipulado a uma conta especial de reposição do IEF. Caso o consumo de carvão de mata nativa seja superior ao máximo autorizado, a reposição deve ser paga em dobro, e o valor dobrado deve ser obrigatoriamente depositado na conta.

Ocorre, porém, que a base de cálculo determinada para o volume de carvão de nativa autorizado é a parcela do consumo oriunda de florestas plantadas no território mineiro, o que reduz à insignificância esse volume. Portanto, a quase totalidade do carvão de nativa consumido deve pagar reposição em dobro. Esse método estimula a aquisição de carvão produzido informalmente, visto que onera a produção legal.

O projeto prevê duas alterações com o objetivo de reduzir a ilegalidade na comercialização do carvão de nativa, quais sejam alteração da base de cálculo do carvão de nativa autorizado para o consumo anual total, o que amplia a base legal de recepção de carvão dessa origem; criação de autodeclaração de consumo excedente de carvão de nativa, situação em que o consumidor terá o direito de optar por uma das três formas de pagamento da reposição em dobro a que será submetido. Isso permitirá que invista o recurso em floresta própria ou em associação de reposição, evitando o pagamento em dinheiro.

Além dessas providências, o projeto prevê a substituição do antigo Plano de Auto Suprimento - PAS -, instrumento herdado de legislações antigas e obsoleto no momento atual, por um Plano de Reposição Florestal - PRF. Alinhado com a atual prática da reposição de estoques consumíveis de matéria-prima florestal, o PRF trará informações sobre o consumo total anual, sobre as fontes de suprimento previstas e, para o carvão de nativa, a opção prévia do consumidor quanto à forma de pagamento da reposição. Esse documento permitirá uma previsão de plantios e fluxo de caixa para subsidiar o planejamento setorial.

Por fim, adiciona um dispositivo que autoriza o IEF a criar normas de controle simplificadas para consumidores de matéria-prima florestal que utilizem exclusivamente madeira "in natura" de florestas plantadas, classe em que se encaixam os setores de celulose, painéis, madeira imunizada, entre outros. Justifica esse comando o fato desses setores apresentarem baixo ou nulo índice de informalidade e uma barreira tecnológica que não os permite utilizar produtos da floresta nativa.

2 - Requerimentos

REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão Especial de Silvicultura requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja solicitado ao IEF e à Secretaria de Estado da Fazenda que estudem a possibilidade de readequação da tabela de valores da taxa florestal aplicados respectivamente a lenha ou toretos de floresta plantada e madeira em toras, entre outros produtos e subprodutos que apresentam grande disparidade nos valores taxados, e que, se necessário, sejam feitos os ajustes devidos.

Justificação: Segundo o art.145, inciso II, da Constituição Federal, a União, os Estados e os municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição. Assim, não se justifica a enorme disparidade verificada entre os valores da Taxa Florestal estabelecidos para os diversos produtos de origem florestal, em destaque os aplicados a toretos e toras de madeira de florestas plantadas. A fiscalização exercida pelo Estado sobre esses produtos não apresenta grande variação de procedimentos. Portanto, os valores de Taxa Floresta cobrados deveriam se equivaler.

Sala das Comissões, de de 2004.

Comissão Especial da Silvicultura

## REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão Especial de Silvicultura requer a V. Exa., nos termos regimentais, solicitação de providências à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD-, para que, conforme determina o parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.309, de 2002, encaminhe a esta Casa o projeto de lei que criará, no plano de carreira dos servidores do IEF, o corpo de fiscalização do Instituto, com o fim de promover a separação entre o corpo técnico e corpo de agentes fiscais do órgão.

Justificação - A separação entre o corpo técnico e o corpo de agentes fiscais do IEF é fundamental para a adequada atuação do órgão, que hoje acumula as funções de fomentar o plantio florestal e prestar orientação técnica quanto à gestão ambiental das propriedades rurais, e de fiscalizar essas atividades, atuando se necessário. Essa dupla função gera conflitos e desconfiança no produtor rural.

Sala das Comissões, de de 2004.

Comissão Especial da Silvicultura

## REQUERIMENTO

Ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão Especial de Silvicultura requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja solicitado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM - averiguação e providências sobre a redução da vazão de água, o secamento de nascentes do córrego Buriti Grande e o rebaixamento do nível da água nas cisternas de moradores vizinhos às áreas de plantio de eucalipto das Fazendas Buritis e Jacaré, propriedade de Plantar Siderurgia, no Município de Felixlândia, denunciados a esta Comissão.

Justificação - Em visita técnica desta Comissão à Fazenda Buriti e à Fazenda Jacaré, no dia 17/8/2004, representantes do Movimento Deserto Verde reuniram moradores e proprietários de terras vizinhas, que fizeram as denúncias acima relatadas.

Em seguida, a Comissão visitou uma represa artificial seca em área de preservação permanente da mesma fazenda. Esse caso já havia sido denunciado ao Ministério Público, que, após laudo técnico da Fundação Gorceix e vistoria do IEF, firmou um Termo de Cooperação Recíproca com a PLANTAR, em que afirma que "não comprovou qualquer intervenção por parte da empresa PLANTAR em áreas legais de preservação permanente e muito menos se pode afirmar que a atividade de reflorestamento poderia ter causado a alteração no regime de águas superficiais ou subterrâneas". Adotando o princípio da precaução e reconhecendo o interesse espontâneo da empresa em adotar medidas mais restritivas, o referido documento determina que, a partir do primeiro corte do eucalipto, a empresa expandirá a área de preservação ambiental para 100 metros de cada lado do córrego Buriti Grande e de sua nascente.

Essa visita também foi acompanhada pelo Professor Herly Carlos Teixeira Dias, Engenheiro Florestal da UFV, pesquisador na área de hidrologia.

Pelo fatos expostos, a Comissão julga importante a análise do IGAM.

Sala das Comissões, de de 2004.

Paulo Piau, Presidente - Célio Moreira, relator - Doutor Viana - Leonardo Quintão - Padre João.

3 - Requerimentos aprovados

Durante as reuniões da Comissão Especial foram aprovados os seguintes requerimentos:

- 20/5/2004

- de autoria dos membros da Comissão, solicitando a aprovação da programação dos trabalhos conforme quadro apresentado;

- de autoria dos membros da Comissão, solicitando a cessão do Espaço Político Cultural da ALMG na semana de 23 a 27/8/2004, para a realização de uma exposição sobre o setor de base florestal, além de convidar a Escola do Legislativo para preparar uma programação intensiva de recepção e palestras para alunos dos graus fundamental e médio nesse período;

- de autoria dos membros da Comissão, solicitando sejam convidados permanentemente para participarem dos trabalhos desta Comissão os representantes das seguintes instituições: Associação Mineira de Silvicultura - AMS -; Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais - SMEF -; Instituto Estadual de Florestas - IEF -; Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG -; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG -; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -; e Ministério Público Estadual;

- de autoria dos membros da Comissão, solicitando realizar reunião no próximo dia 27/5, com os convidados que menciona, sobre o tema "Panorama Geral";

- de autoria dos membros da Comissão, solicitando realizar reunião do dia 3/6, com os convidados que menciona, sobre o tema "A Silvicultura".

- 27/5/2004

- de autoria do Deputado Padre João, solicitando que o Prof. Rodrigo Pinto Mata Machado, do setor de Ecologia do Departamento de Biologia Geral do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, participe das reuniões desta Comissão;

- de autoria do Deputado Doutor Viana, solicitando que o Prof. Laércio Couto, Presidente da Rede Nacional de Biomassa para Energia, seja

convidado para expor sobre uso múltiplo da floresta, com ênfase na geração de energia.

- 3/6/2004

- de autoria dos Deputados Paulo Piau, Padre João e Célio Moreira, solicitando convidar os representantes das entidades que menciona, para as reuniões dos dias 8 e 17 de junho, para debater, respectivamente, os temas siderurgia a carvão vegetal e energia, e celulose e papel;

- de autoria do Deputado Célio Moreira, solicitando seja realizada visita técnica, desta Comissão, aos viveiros florestais da Empresa PLANTAR S./A., em Curvelo, por causa da informação de que apresentam a mais alta tecnologia;

- de autoria do Deputado Padre João, solicitando convidar o Dr. Klemens Laschefski, professor do Instituto de Geociências da UFMG, na área de desenvolvimento sustentável, para participar da reunião do dia 24 de junho;

- de autoria do Deputado Padre João, solicitando convidar o Dr. José Bonilha, da Faculdade de Economia da UFMG, para participar das reuniões dos dias 8, 17, 24 e 29 de junho.

- 8/6/2004

- de autoria dos Deputados membros da Comissão, solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento desta Comissão por mais trinta dias;

- de autoria dos Deputados membros da Comissão, solicitando convidar o Engenheiro Florestal Ivo Pêra Éboli, Coordenador Técnico de Silvicultura da EMATER-MG, para acompanhar os trabalhos desta Comissão;

- de autoria dos Deputados membros da Comissão, solicitando convidar os representantes das entidades que menciona, para as reuniões dos dias 24, 29 e 30/6/2004.

- 30/6/2004

- de autoria dos Deputados membros da Comissão, solicitando a suspensão dos trabalhos desta Comissão, pelo prazo de até 20 dias, a contar do dia 1º/7/2004;

- de autoria dos Deputados membros da Comissão, solicitando a realização de audiências com os Secretários de Estado de Meio Ambiente, de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Fazenda, de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico, para que os Deputados membros desta Comissão, em especial o relator, discutam as demandas do setor de base florestal de Minas Gerais e melhor fundamentem o relatório final.

- 3/8/2004

- de autoria do Deputado Leonardo Quintão, solicitando realizar audiência pública na cidade de Ipatinga durante a visita técnica desta Comissão às instalações da CENIBRA no dia 13/8/2004, com o objetivo de discutir o programa de fomento florestal da empresa visitada com a comunidade local;

- de autoria do Deputado Paulo Piau, solicitando realizar audiência pública na cidade de Uberaba durante a visita técnica desta Comissão ao pólo moveleiro e à fábrica de painéis de madeira naquela região, no dia 20/8/2004.

#### 4 - Relação de participantes das reuniões

Local: ALMG - Belo Horizonte

| Nome                       | Entidade  | 27/0<br>5 | 03/0<br>6 | 08/0<br>6 | 17/0<br>6 | 24/0<br>6 | 29/0<br>6 | 30/0<br>6 |
|----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Adelmo J. Melgaço          | ABRAFE    |           |           | X         |           |           |           |           |
| Antônio Bartolomeu do Vale | RENABIO   |           | X         |           |           |           |           |           |
| Antônio César de Oliveira  | IEF       |           |           |           |           | X         |           |           |
| Antônio Eduardo Baggio     | SIMPAPPEL |           |           |           |           | X         |           |           |



|  |                   |   |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------|---|---|---|---|---|---|---|
| Antônio Pontes<br>Fonseca              | CALSETE           |   |   |   |   |   | X |   |
| Antônio Tarcizo<br>de Andrade<br>Silva | PLANTAR           |   |   |   |   |   | X | X |
| Augusto<br>Valência                    | CAF               |   | X |   |   |   |   |   |
| Carlos Alberto<br>Santos Oliveira      | FAEMG             |   |   |   |   |   | X |   |
| Carlos Gilberto<br>Marques             | Aracruz           |   |   |   | X |   |   |   |
| Carlos Mercês<br>de Oliveira           | MP-CAOMA          |   | X | X | X | X | X | X |
| Carlos Tadeu<br>de Melo                | BB                |   |   | X |   |   |   |   |
| César Augusto<br>dos Reis              | ABRAF/SAT<br>IPEL |   |   |   |   |   |   | X |
| Cláudia Vieira<br>Tanure               | Press             |   |   |   |   |   |   | X |
| Danilo Silveira<br>Chausson            | Suzano            |   |   |   |   | X |   |   |
| Dárcio Calais                          | AMS               | X |   |   |   |   |   |   |
| Deusélio João<br>Firme                 | CENIBRA           |   |   |   |   | X |   |   |
| Fábio Nogueira<br>de Avelar<br>Marques | Plantar           |   | X |   |   |   |   |   |
| Fernando Brasil                        | CENIBRA           |   |   |   |   | X |   |   |
| Fernando<br>Matarelli                  | SINDIFER          |   |   |   |   |   | X | X |

|                               |         |   |   |   |   |   |   |   |
|-------------------------------|---------|---|---|---|---|---|---|---|
| Fernando Paoliello            | CENIBRA |   |   |   |   | X |   |   |
| Geraldo Fausto da Silva       | IEF     |   |   |   |   | X |   |   |
| Germano Aguiar Vieira         | CENIBRA |   |   |   |   | X |   |   |
| Gilvan Westin Cosenza         | BDMG    |   |   | X |   |   |   |   |
| Giuseppe Bert                 | CBCC    |   |   |   |   |   |   | X |
| Guilherme Dias de Freitas     | V&M     |   |   | X |   |   |   | X |
| Helder Bolognani Andrade      | V&M     |   |   | X |   |   |   |   |
| Humberto Candeias Cavalcanti  | IEF     |   |   |   |   |   | X |   |
| Ivo Pêra Éboli                | EMATER  |   |   | X | X | X | X | X |
| João Batista Ferreira Sales   | CENIBRA |   |   |   |   | X |   |   |
| João Câncio de Andrade Araújo | ASIFLOR |   |   |   |   |   |   | X |
| José Augusto Furlani          | SMEF    |   | X | X | X | X | X | X |
| José Baturira de Assis        | AMS     | X | X | X | X | X | X | X |
| José de Castro Silva          | UFV/DEF | X |   |   |   |   |   |   |
| José do Carmo Neves           | IEF     |   |   | X | X |   |   |   |

|                                     |          |   |   |   |   |   |   |   |
|-------------------------------------|----------|---|---|---|---|---|---|---|
| José Geraldo Rivelli Magalhães      | CENIBRA  |   |   |   |   | X |   |   |
| José Maria Donatti                  | Aracruz  |   |   |   |   | X |   |   |
| José Medina da Fonseca              | IEF      | X | X | X |   |   | X |   |
| Klemens Kaschefski                  | UFMG     |   |   |   |   |   | X |   |
| Luciano Di Santi                    | CPT      | X |   |   |   |   |   |   |
| Luciano Lage de Magalhães           | CMM      |   | X |   |   |   |   |   |
| Luiz Eduardo Furiati                | SINDIFER |   |   | X |   |   | X |   |
| Luiz Tocchetto                      | CENIBRA  |   |   |   |   | X |   |   |
| Marcelo D. Muller                   | RENABIO  |   |   | X |   |   |   |   |
| Márcio Moreira                      | INDI     |   |   | X |   |   |   |   |
| Marco Antônio Rodrigues da Cunha    | SEDE     |   |   |   |   |   |   | X |
| Marcos Vinícius da Silva Lima       | SINDIMOV |   |   |   | X |   |   |   |
| Marcos Vinícius M. de Oliveira Lima | INDI     |   |   |   | X |   |   |   |
| Maria Emília Rezende                | Biocarbo |   |   | X |   |   |   |   |

|                                 |           |   |   |   |   |   |   |   |
|---------------------------------|-----------|---|---|---|---|---|---|---|
| Maria Letícia Nunes             | Press     |   |   |   |   |   |   | X |
| Mauro Luiz R. de Souza e Araújo | RT        |   |   |   |   |   | X |   |
| Mauro Pini França               | SATPEL    |   |   |   |   |   |   | X |
| Michel Henrique Pires           | INTERSIND |   |   |   |   |   |   | X |
| Millor Godoy Sabará             | UNILESTE  |   |   |   |   | X |   |   |
| Oilder Marchezini               | Preservar |   |   |   | X |   |   |   |
| Pedro Mário Riibeiro            | FETAEMG   |   |   |   | X |   |   |   |
| Ricardo José Muniz Ribeiro      | IP        |   |   |   |   | X |   |   |
| Robinson Félix                  | CENIBRA   |   |   |   |   | X |   |   |
| Rodrigo de Almeida Pontes       | SMEA      |   |   |   |   | X |   |   |
| Rodrigo Fiuza Costa             | INDI      |   |   |   |   | X |   |   |
| Rodrigo Pinto Mata Machado      | UFMG/ICB  | X | X | X | X |   | X |   |
| Rodrigo Silva do Vale           | CBCN      |   | X |   |   |   |   |   |
| Roseli Carvalho Dias            | SIFUMG    |   |   | X |   |   |   |   |
| Rubens Ferreira Filho           | V&M       |   |   | X |   |   |   |   |

|                             |         |   |   |   |   |   |  |  |
|-----------------------------|---------|---|---|---|---|---|--|--|
| Teotônio Francisco de Assis | Aracruz |   | X |   |   |   |  |  |
| Tereza Cristina Santos      | MP      |   |   | X | X |   |  |  |
| Toshiharu Ogawa             | CENIBRA |   |   |   |   | X |  |  |
| Túlio Cezar Gomes           | CENIBRA |   |   |   |   | X |  |  |
| Túlio Jardim Raad           | V&M     |   |   | X |   |   |  |  |
| Valdir Pereira Nunes        | BDMG    |   |   |   | X |   |  |  |
| Wellerson David Viana       | SMEF    | X |   |   |   |   |  |  |

#### 5 - Relação de documentos recebidos

Durante os trabalhos da Comissão foram recebidos os documentos a seguir relacionados, que se encontram nos arquivos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Cópias de Ofícios, Notificações, Relatórios, etc:

- Ofício - encaminha Relatório de Visita Técnica, realizada na Plantar S.A. Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- Notificação - ao representante legal da empresa Plantar S.A. Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- Análise preliminar - da visita à Plantar Reflorestamento S.A. UFV/Departamento de Engenharia Florestal. Prof. Herly Carlos Teixeira Dias;
- Termo de Cooperação Recíproca - da Plantar S.A. e Promotores de Justiça. Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- Carta à Comissão Especial de Silvicultura. José Luiz Pessoa, Advogado e produtor rural.

Cartilhas:

- Manual Fomento Florestal - International Paper;
- Por dentro do Eucalipto: Aspectos sociais, ambientais e econômicos do seu cultivo - CENIBRA.

Fitas:

- Lyptus - Aracruz.

Folders, Catálogos:

- Lyptus - Anuncios 2002. Aracruz;
- Lyptus - Anuncios 2003. Aracruz;

- Lyptus - Descrição do produto - FAS. Aracruz;
- Lyptus - Descrição do produto - Lâminas e painéis colados. Aracruz;
- O Futuro Presente em cada Ação. CENIBRA;
- Eucalipto Imunizado para Construção Civil. PRESERVAR Ltda.;
- Tecnologia e Meio Ambiente estão juntos na Preservar. PRESERVAR Ltda.;
- Catálogo Institucional. SATIPEL;
- Catálogo Sauder - Coleção Exclusiva. Sauder.

#### Folhetos:

- Pequenos Objetos de Madeira de Eucalipto. Ufla/AMS;
- Sauder Investimento;
- Plantações Florestais. AMS;
- Duralipto, Eucalipto Imunizado Extra Resistente. PRESERVAR Ltda.
- Lyptus - Conheça a madeira nobre. Aracruz;
- Lyptus - Comparação entre espécies. Aracruz;

#### Livros:

- 2003 - Balanço Social e Ambiental - Demonstrações Contábeis. CENIBRA;
- 2003 - Relatório Anual. V & M do Brasil S.A.;
- 2003 - Balanço Social e Ambiental - Relatório. V & M do Brasil S.A.;
- Votorantim para mim - Histórias. Votorantim;
- Votorantim 85 anos - Uma história de e trabalho.

#### Revistas, Apostilas:

- Lyptus - Recomendações técnicas de usinagem, colagem e acabamento. Aracruz;
- Fibra - Jornal da CENIBRA: Os Frutos do Fomento. CENIBRA;
- Fibra - Jornal da CENIBRA: Indústria Cultural. CENIBRA;
- CENIBRA - Celuloso Nipo-Brasileira S.A.;
- Nosso Grupo - Sem Desperdício. Votorantim;
- Unidades Agroflorestais - Sistemas Agroflorestais. Votorantim;
- Desenvolvimento social, econômico e ambiental com plantios florestais. AMS;
- The Furniture Collections - 2004. Sauder.
- Publique-se para os fins do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 30 minutos. Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 19, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a

publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 82ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 19/10/2004

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.194, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2005 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.537/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB-MG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1, e pela aprovação do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.796/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$25.700.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembléia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.800/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$83.924.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.799/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$11.290.516,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Alçada do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.795/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$35.200.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.797/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$1.834.800,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.798/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$91.000.284,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.775/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações de terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.516/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.742/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária

opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 639/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o fundo estadual que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.385/2004, do Deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.510/2004, do Deputado Sidinho do Ferrotaco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter aos sucessores de Aristides de Souza Maia e Maria do Carmo de Resende Chaves o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 19/10/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 53/2004, do Deputado Célio Moreira e Projetos de Lei nºs 1.481/2004, do Governador do Estado, 1.713/2004, do Deputado Chico Simões, e 1.741/2004, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.249/2004, do Deputado Leonardo Moreira, 3.259/2004, do Deputado Doutor Viana, e 3.291/2004, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 19/10/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.599/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 1.735/2004, do Deputado Laudelino Augusto; e 1.768/2004, da Deputada Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.114/2004, da Comissão de Participação Popular; 3.121, 3.246 e 3.247/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.123, 3.124, 3.128, 3.168 e 3.277/2004, do Deputado Doutor Viana; 3.258/2004, do Deputado Ivair Nogueira; 3.281 e 3.282/2004, do Deputado Célio Moreira; 3.311/2004, do Deputado George Hilton; 3.327/2004, do Deputado Doutor Ronaldo; e 3.332 e 3.333/2004, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 19/10/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.295 a 3.297/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 3.303 a 3.305/2004, do Deputado João Bittar; 3.309/2004, do



Deputado Arlen Santiago; 3.312 a 3.326/2004, do Deputado Adalclever Lopes; e 3.331/2004, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 19/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.276/2004, do Deputado Doutor Viana; 3.299/2004, do Deputado André Quintão; 3.334/2004, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 19/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Resolução nº 1.726/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.279/2004, do Deputado Laudelino Augusto; e 3.307/2004, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 20/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.298/2004, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 20/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater os termos do Relatório Final do Procedimento Administrativo nº 17/2003, do Ministério Público Estadual, referente ao Programa "Minas Ambiente", subprograma "Laticínios".

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 20/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.760/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 1.822/2004, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 20/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.834/2004, do Deputado Laudelino Augusto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.846/2004, do Deputado Elmiro Nascimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da CPI do Café, a realizar-se às 9h30min do dia 21/10/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados: Srs. Ivânio Malaquias e Frederico Ozanan Vieira, cooperados da CAFÉPOÇOS; e os intimados: srs. Ademir Feltrim e Denise de Fátima Ranauro, ex-funcionários da CAFECREDI; e Isabela Tassi B. Moreira, funcionária da CAFECREDI.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 19/10/2004, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do veto à Proposição de Lei nº 16.194, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2005 e dá outras providências; dos Projetos de Resolução nºs 1.516/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; 1.742/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; e 1.775/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações de terras devolutas que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 639/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o fundo estadual que especifica e dá outras providências; 1.385/2004, do Deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO - o imóvel que especifica; 1.510/2004, do Deputado Sidinho do Ferrotaco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter aos sucessores de Aristides de Souza Maia e Maria do Carmo de Resende Chaves o imóvel que especifica; 1.537/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB-MG; 1.795/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$35.200.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado; 1.796/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 25.700.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembléia Legislativa do Estado; 1.797/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$1.834.800,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado; 1.798/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$91.000.284,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado; 1.799/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$11.290.516,00 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Alçada do Estado; e 1.800/2004, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$83.924.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de outubro de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Dalmo Ribeiro Silva, Dinis Pinheiro, Fábio Avelar, Jô Moraes e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/10/2004, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 53/2004, do Deputado Célio Moreira, dos Projetos de Lei nºs 1.481/2004, do Governador do Estado, 1.713/2004, do Deputado Chico Simões, e 1.741/2004, da Comissão de Participação Popular; e com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.249/2004, do Deputado Leonardo Moreira, 3.259/2004, do Deputado Doutor Viana, e 3.291/2004, do Deputado Miguel Martini; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2004.

Domingos Sávio, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Café

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia, Adalclever Lopes, Fábio Avelar, Roberto Ramos e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/10/2004, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir os seguintes convidados: Srs. Edgar Ferreira da Cunha, Superintendente Regional Oeste da Secretaria da Fazenda; Itamar Peixoto de Melo, fiscal da mesma Secretaria; e Nilson Gomes da Silveira, cooperado da COOPARAÍSO; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2004.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.897/2004

Rejeita as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2003.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam rejeitadas as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2004.

Rogério Correia

Justificação: A prestação de contas de 2003, enviada a esta Assembléia pelo Governador Aécio Neves, traz uma evidente violação das disposições constantes na LDO para o exercício, a Lei nº 14.371/2002, e na Emenda à Constituição nº 29/2000. O parágrafo único do art. 8º daquela lei mandava contabilizar as despesas em ações e serviços de saúde, para cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, nos mesmos termos de 2002. Assim, em 2003 seriam consideradas despesas em ações e serviços públicos de saúde apenas aquelas despesas decorrentes de atividades implementadas pelos órgãos e entidades integradas ao Sistema Único de Saúde - SUS.

No que diz respeito ao cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, a proposta orçamentária encaminhada à Assembléia e por ela transformada em lei foi elaborada, como não poderia deixar de ser, em conformidade com a interpretação dada pela LDO. Coerente com a lei orçamentária, até novembro de 2003, o Governo vinha demonstrando essas despesas na Internet seguindo o preceito da LDO. Surpreendentemente, em dezembro o demonstrativo foi alterado, passando a conter despesas referentes ao IPSEMG, IPSM, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, IMA, FEAM e COPASA-MG, nos termos do orçamento aprovado para 2004. Note-se ainda que essas despesas também passaram a constar no balanço de 2003, apesar da determinação em contrário da LDO. Assim, no balanço constam despesas no valor de R\$1.084.958.000,00, que se constituem em 10,20% da base vinculável de R\$10.849.576.000,00. Com essa manobra contábil, o Estado teria despendido em serviços de saúde 0,2% acima do percentual determinado pela Emenda nº 29.

No entanto, se calcularmos os valores de acordo com o que determina a LDO, teremos um total de despesas de R\$692.318.000,00, o que representa 6,69% sobre a base vinculável de R\$10.348.108.000,00. Faltariam, portanto, R\$342.492.800,00, ou 3,31% do orçamento, para a complementação do mínimo constitucional de 10%. Note-se que a diferença entre os dois cálculos se concentra, principalmente, nas despesas do IPSEMG (R\$136.000.000,00) e da COPASA-MG (R\$195.000.000,00), entidades que recebem contraprestação de recursos dos usuários para seus serviços e que não atendem ao conjunto da população, não cumprindo, portanto, os princípios de universalidade e gratuidade garantidos pela Constituição aos serviços públicos de saúde.

O Governo Estadual tenta justificar o descumprimento do preceito constitucional e da LDO como forma de adequação das contas estaduais à Instrução Normativa nº 11/2003, do Tribunal de Contas, que teria definido a inclusão das despesas dessas entidades entre as ações e serviços de saúde. Parece absurdo, no entanto, que uma instrução do TCE possa se sobrepor a decisão soberana desta Assembléia, que definiu em lei o conteúdo da vinculação constitucional. Além disso, não se justifica que o Governo tenha tomado a decisão de alterar a prestação de contas mensal já em dezembro, quando a instrução normativa só foi publicada no dia 31 do mesmo mês. Tudo indica que o Governo, ciente da

impossibilidade de cumprir a Constituição, em face das insuficientes despesas até aquele momento efetivadas, antecipou-se a uma norma de constitucionalidade no mínimo duvidosa e que só poderia ter validade no ano seguinte e, em clara ação de má-fé apoiada em parecer da Advocacia-Geral do Estado, alterou as contas do Estado no que diz respeito aos serviços de saúde.

A esse grave descumprimento da Constituição Federal, soma-se o desrespeito ao art. 212 da Carta mineira. Segundo esse dispositivo, o Estado deve repassar à FAPEMIG 1% da receita corrente ordinária, em parcelas duodecimais, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico. Como reconhece a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em seu parecer, na ocasião em que foi apreciada a mensagem do Governador contendo a prestação de contas, "a análise dos demonstrativos contábeis revela que o efetivo repasse de recursos financeiros correspondeu a apenas 21,57% do montante devido. Do total de recursos repassados, 78,24% foram transferidos em janeiro de 2004, em data posterior à do encerramento do exercício, com efeitos meramente escriturais. Considerando-se apenas os recursos ordinários, observa-se um valor de R\$178.920.000,00 de saldo a repassar. Ademais, não se observou, em qualquer mês do exercício, o dispositivo constitucional que impõe a transferência duodecimal". Impossível maior clareza do que a demonstrada pela Comissão quanto à inconformidade das contas do Governo com a Constituição Estadual.

O reiterado desrespeito dos sucessivos Governos a esse mandamento constitucional não pode servir de desculpa para a perpetuação de procedimentos anti-republicanos. Na contas de 2003 a reiteração dessa atitude de desinteresse pela ordem constitucional é ainda mais agravada pela tentativa de apagar, por meio de manobra contábil e sem nenhuma discussão democrática, os vestígios desse insistente descumprimento. A dívida acumulada do Tesouro com a FAPEMIG, devidamente contabilizada, somava R\$319.570.000,00 no final do exercício. Note-se, entretanto, que foram registradas baixas de R\$318.850.000,00 em 26/1/2004, supostamente com amparo no art. 38 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 14.371, de 2002.

Esse artigo determina que "o superávit financeiro de recursos diretamente arrecadados - fonte 60 - das autarquias e fundações reverterá como recurso ordinário no final do exercício financeiro", excetuados os relativos às entidades vinculadas ao SUS. No entanto, os recursos destinados à FAPEMIG não podem ser entendidos como recursos diretamente arrecadados, já que são recursos ordinários repassados à Fundação em decorrência de vinculação constitucional, não podendo ter outra destinação. É o que já reconheceu a Comissão de Fiscalização Financeira, que recomenda em seu parecer, a revisão desse procedimento, acompanhando recomendação constante no parecer técnico do Tribunal de Contas.

As contas apresentam ainda outras irregularidades, apontadas pelo relatório técnico do TCE, entre as quais se incluem a manutenção dos recursos do FUNDEF no caixa único do Estado, configurando outro desrespeito direto de preceito da Constituição da República; a realização de despesas além do crédito autorizado pela TURMINAS e pela Rádio Inconfidência, contrariando a Constituição e a Lei nº 4.320, de 1964; a exclusão, nos demonstrativos de despesa com pessoal, das despesas efetuadas no elemento de despesa 34 - despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, o que impede o controle dos gastos com pessoal e descumprimento de mandamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, além de outras irregularidades e incorreções formais.

Tal elenco de irregularidades só confirma a falta de apreço do atual Governo pelo respeito à legalidade e ao estado constitucional de direito, assim como pelas deliberações democráticas desta Assembléia. É isso que nos leva a manifestar, por meio do substitutivo apresentado, nossa inconformidade com as contas e nosso desejo de que esta Casa faça valer seu poder de fiscalização, em benefício do espírito democrático e republicano que nos deve orientar.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/10/2004

O Deputado Márcio Kangussu\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, visitantes, hoje o que me traz a esta tribuna é um assunto que, com certeza, deve estar preocupando, incomodando a todos os Srs. Deputados e a todos os mineiros.

Se abrirmos, hoje, os jornais de Minas Gerais, o assunto que mais nos chama a atenção diz respeito às estradas de Minas. O jornal "Estado de Minas", por exemplo, traz a seguinte manchete: "Minas bate recorde em mortes em BRs."

Viajando para atender a compromissos em nossas bases eleitorais, temos verificado, "in loco", o caos que se instalou em Minas Gerais devido à incompetência e ao descaso do Governo Federal com as nossas estradas. Preocupado com isso, procurei, hoje pela manhã, o Secretário de Transportes de Minas Gerais, nosso colega Deputado Agostinho Patrús, a fim de informar-me sobre o que tem sido feito e o que se pretende fazer para minimizar o estado caótico que se instalou em Minas Gerais.

Por parte do Governo do Estado, afirmou-me que, dos 10.000km de estradas, 2.500km já foram ou estão sendo recuperados. O Secretário Agostinho Patrús, que é também o Coordenador do Fórum Nacional dos Secretários de Transportes do Brasil, disse-me que, diante das dificuldades que o Ministério dos Transportes encontra para licitar as obras tão necessárias à recuperação das rodovias, todos os Secretários propuseram ao Sr. Ministro que transferisse para os Estados a responsabilidade pela conservação dessas estradas, e, em contrapartida, também os recursos da CIDE. Até este momento não houve um posicionamento por parte do Governo Federal, do Ministro dos Transportes, quanto a essa proposição. Se faltam condições técnicas e administrativas, para não dizer até mesmo competência, para que possamos dar um basta nesse estado caótico, desrespeitoso principalmente com as vidas humanas, é preciso que se transfira essa responsabilidade ao Estado e que sejam dadas condições de tráfego às nossas estradas.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Agradeço-lhe o aparte. Parabeno-o por trazer, mais uma vez, a esta tribuna o problema crônico das estradas. Criamos grande expectativa na recuperação das estradas.

O Governo Federal - parabeno o Ministro Alfredo Nascimento, que realiza um trabalho determinado - e o Ministério da Fazenda não abrem mão do recurso criado pelo Congresso, exclusivamente, para a recuperação e pavimentação das estradas. Isso tem dificultado a situação. Os Estados não dão conta. Minas Gerais é o Estado que mais possui rodovias pavimentadas federais.

Portanto, parabeno V. Exa., que, com seu discurso, reforça a necessidade de verbas para a recuperação das estradas. Peço ao Governo Federal que se digne a cumprir a Constituição. O recurso é específico, foi apresentado por meio de uma emenda à Constituição, mas não está sendo cumprido. O mesmo ocorre com o recurso da CPMF, que é destinada à saúde. O Governo atual reclamou que o Governo anterior não cumpria o estabelecido na Constituição. Se todos cumprissem, os problemas de segurança nas estradas e os da saúde estariam resolvidos. Infelizmente, não cumprem, e passamos por essa caótica situação.

Repito: parabeno-o por denunciar essa situação.

O Deputado Márcio Kangussu\* - O nobre colega foi ao "x" da questão. No Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a questão das estradas foi um desastre. Esperávamos que o Presidente Lula, ao assumir o Governo com o discurso de crescimento, de geração de emprego e renda e de dotar este País de uma infra-estrutura necessária para crescer, recuperasse nossas estradas. Hoje estamos desapontados. Se no Governo passado havia um acordo com o FMI para que tivéssemos um superávit primário de 3,75%, o atual Governo elevou, sem nenhuma exigência do FMI, para 4,25%. Pasmem, todos! Agora, mais uma vez, até mesmo para espanto do FMI, passa para 4,5%, trazendo como consequência a precária infra-estrutura em que se encontram as estradas do Estado. Nossas estradas estão intrafegáveis. Na minha região, um trecho da BR-367 que liga Itaobim até Almenara não tem condições de tráfego. Além de ceifar várias vidas, estrangulou a economia. Ninguém quer ir à nossa região, transportar gado, fruticultura ou leite, porque não há condições de tráfego.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Deputado Márcio Kangussu, ouço atentamente o seu pronunciamento e, mais uma vez, faço coro às suas palavras referentes às rodovias federais.

Lamentamos que, até o momento, o Governo Federal não se tenha sensibilizado com as condições das estradas de Minas Gerais e do Brasil. Todos reclamam da situação. Como bem disse o Deputado Doutor Viana, o Governo tem dinheiro, a arrecadação da CIDE está em torno de R\$10.000.000.000,00 ao ano, para que possa viabilizar as estradas do Brasil. Infelizmente, o Governo Lula não está sensível ao clamor do povo brasileiro para arrumar nossas estradas.

Friso que na minha região, do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, uma das mais produtivas, as rodovias 365 e 354, se não forem recuperadas, praticamente bloquearão a região. Daqui a um ou dois meses, quando começarem as chuvas, ficaremos ilhados. Não teremos condições de viabilizar transporte, de escoar a produção e de qualquer cidadão transitar naquela região. Lamentamos isso.

Cumprimentamos V. Exa. pelo pronunciamento e, mais uma vez, pedimos clemência ao Presidente Lula, a fim de que olhe para o nosso Estado, e à Bancada do PT que nos ajude. Aliás, várias vezes conversamos com a bancada do Triângulo, do Alto Paranaíba e do Noroeste mineiro. Há alguns meses esperamos uma audiência com o Ministro dos Transportes, para lhe pedir, mais uma vez... Por três vezes fomos conversar com o Ministro Anderson Adauto, que, aliás, compareceu por três vezes à nossa região e prometeu que iniciaria recapeamento das estradas uma semana depois, mas, lamentavelmente, até hoje nada foi realizado. Se daqui a um ou dois meses não houver uma ação mais objetiva, ficaremos ilhados. Sem dúvida nenhuma, a BR-354, rodovia do milho, apesar de ser uma das mais produtivas do Estado, deve ser uma das piores rodovias do Estado e do Brasil. Lamentamos que o Governo seja insensível a isso. Infelizmente não há como promover o crescimento de que tanto falam por este Brasil afora. Sem rodovias e sem escoamento da produção não há crescimento.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Deputado Elmiro Nascimento, V. Exa. tocou num ponto importante, que é dever desta Casa. Eu e o Deputado Carlos Pimenta protocolamos o seguinte requerimento. (- Lê:)

"Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, os Deputados que este subscrevem requerem, na forma regimental, seja constituída uma Comissão de representação para, em nome desta Casa, ser recebida em audiência no Ministério dos Transportes, em Brasília, pelo seu titular, Ministro Alfredo Pereira do Nascimento, a fim de se informar sobre os planos de ação desenvolvidos para restabelecer condições de tráfego nas estradas mineiras, tendo em vista o caos instalado, agravado de tal forma que já se configura estado de calamidade pública, com consequências desastrosas para a economia do Estado e do País. O mau estado de conservação da malha rodoviária federal possibilita o crescimento, a cada semana, do número de vítimas, conforme registros diários na imprensa. A falta de informações sobre as providências já tomadas, ou que precisam ser tomadas, pelo Ministério dos Transportes, em caráter de urgência, é outra razão pela qual requeremos a criação dessa comissão de representação pluripartidária".

Lembro aos senhores parlamentares que em outras vezes tomamos providências como essa, aliás, com sucesso. Todas as vezes em que Minas se levanta e esta Casa se faz ouvir há resultados positivos. Foi assim quando exigimos e conseguimos que os vales do Jequitinhonha e do Mucuri fizessem parte da área mineira da SUDENE. Além disso, quando o programa IDH, depois denominado de Alvorada, deixava de fora a nossa região, esta Casa se levantou, foi a Brasília e conseguiu o atendimento ao nosso pleito. Por isso é urgente e necessário o comparecimento desta Casa ao gabinete do Ministro para exigir-lhe uma posição, a fim de informarmos às nossas regiões as providências que serão tomadas.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Márcio Kangussu. Gostaria de subsidiar o seu pronunciamento. Os senhores já devem ter assistido pela televisão a uma propaganda do Governo Federal sobre investimentos em Minas Gerais. Não é verdade quando dizem que estão recapeando a BR-262. A Assembléia deve pedir explicação ao Ministério dos Transportes sobre a BR-262. O Deputado Elmiro Nascimento deve ser usuário dessa rodovia. Não há problemas nem buracos no trecho da BR-262 que estão recapeando. Porém, nos locais onde sofremos, há mais de cinco anos, as tragédias causadas pelos buracos na BR-262, fizeram apenas tapa-buracos. Hoje o trecho de São Gonçalo do Pará até Juatuba está praticamente intransitável. Quem trafega por lá sabe disso. O Ministério dos Transportes disse que a obra estava licitada e mostrou o valor e a empresa, mas no trecho em que não há problemas; onde existem, não os resolvem.

O Ministério dos Transportes está brincando. A propaganda que o Governo Federal está fazendo na televisão é enganosa, porque mostram a BR-262 nesse trecho onde tem mais movimento; a BR-381 está em estado de calamidade pública. Faremos uma manifestação pedindo solução definitiva para aquele trecho. O Governo Federal e o Ministério dos Transportes estão brincando com o povo brasileiro, porque o dinheiro existe, mas os recursos estão sendo desviados para onde não é necessário. A BR-262 pode servir de referência, pois estão fazendo recapeamento onde não há buracos. Onde há buracos, continua da mesma forma.

Esse pronunciamento veio em boa hora. Conte conosco, pois precisamos agir rapidamente. As propagandas exibidas na televisão nesta semana são enganosas. Falam que a BR-262 está sendo recapeada, mas aqueles são trechos onde não há problema. Onde há problemas, não houve solução, nem haverá. Talvez isso ocorra para beneficiar alguém. As empresas preferem tapar buracos a construir estradas, pois amanhã precisarão fazer outra vez, e os valores são facilitados, é a maneira como recebem mais recursos.

Seu pronunciamento merece ser levado adiante. Quando for a Brasília, avise ao Ministro dos Transportes que paralisaremos as estradas no dia 2 de novembro para mostrar a Minas e ao Brasil que o que estamos vendo em termos de estradas, até agora, é pura enganação do Governo Federal.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Obrigado. Gostaria de fazer uma correção, pois não estou indo a Brasília, mas propondo a esta Casa que vá até lá, representada por uma comissão suprapartidária, para saber sobre a denúncia que V. Exa. faz, de propaganda enganosa. V. Exa. também diz que o Governo Federal tem dinheiro. Tem sim, seis bilhões estão parados nos cofres do Tesouro Nacional para dar satisfação ao FMI. Não há outra razão.

Com relação ao crescimento econômico, gostaria que algum mágico me informasse como se faz crescimento econômico sem infra-estrutura. Não demorará muito para haver outro apagão; o buraco já se instalou; nos portos não existem mais "containers" para colocar os produtos para se exportar. Falar em crescimento é enganação. Quais dos Srs. Deputados, ao ir a suas bases ou encontrar cidadão que lhes confiou o voto, não têm sido cobrados sobre a situação das estradas? Não podemos ficar apenas lamentando.

Sr. Presidente, gostaria que nosso requerimento fosse aceito por V. Exa., colocado em votação e que a audiência com o Ministro fosse marcada

urgentemente, para que possamos dar satisfação ao cidadão mineiro, muitos dos quais já perderam parentes e amigos devido ao descaso em relação às estradas de Minas. Minha região, que já passa por dificuldades, hoje não pode nem escoar seus produtos para outros centros devido ao estado caótico em que se encontra a BR-367, onde não se pode trafegar nem mesmo de burro. Até o burro tem que escolher em qual buraco pisará para machucar menos.

É necessário que esta Casa se levante mais uma vez e exija do Governo Federal, na pessoa do Ministro Alfredo Nascimento, uma solução urgente para o caos que se instalou em Minas Gerais devido ao descaso com as estradas e com as BRs, que são responsabilidade do Governo Federal. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Deputado Rêmolô Aloise, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para falar do aniversário de 20 anos de trabalho da Pastoral da Criança em Minas Gerais. Todavia, antes, em razão das palavras do orador que me antecedeu, quero falar da manutenção das rodovias, das BRs em nosso Estado.

Em primeiro lugar, é sentimento unânime da população mineira que, de fato, as malhas rodoviárias federal e estadual, por vários motivos, precisam de recuperação e manutenção. Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do País, portanto exige e merece tratamento diferenciado. Devido à localização geográfica, passam por este Estado várias BRs. Minas Gerais tem uma localização estratégica, logo, concentra boa parte do tráfego do País.

É bom que se diga que o modelo rodoviário é questionável. Talvez, ao lado da discussão sobre a recuperação e manutenção da malha rodoviária, possamos e devemos discutir a questão dos gargalos do sistema ferroviário e até a retomada do modelo estratégico que vigora em outros países. A Deputada Jô Moraes é uma das grandes defensoras desse debate.

No entanto, já que temos a maior malha rodoviária do País, faço coro com os Deputados que estiveram na tribuna e no Plenário, no que se refere à necessidade de uma política mais ofensiva, que despenda maiores investimentos para a recuperação da malha. A própria BR-367, aqui mencionada, no que se refere ao trecho que vai do Jequitinhonha, próximo à Joáima, até Itaobim, na BR-116, merece recuperação imediata. O trecho que vai de Belo Horizonte a Montes Claros, apesar de terem sido feitas algumas melhorias, ainda é de difícil circulação. Poderemos mencionar também as rodovias estaduais. Os recursos da CIDE estão sendo repassados aos Estados. Fui informado de que, neste ano, mais da metade dos recursos já foram transferidos. Evidentemente, esse fato não anula a necessidade de maiores investimentos na malha rodoviária.

Concordo ainda com outra questão: a malha rodoviária e a questão energética são fundamentais para o crescimento econômico sustentável. No entanto, discordo do Deputado que aqui esteve, dizendo que não é preciso mágica para mostrar o crescimento econômico, apesar da malha rodoviária e da questão energética herdadas do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse final de semana - e foi manchete em todos os jornais -, foi-nos mostrado que a indústria cresceu pelo 6º mês consecutivo. Estou falando da produção industrial voltada para o mercado interno. Ou seja, não se trata apenas do crescimento econômico voltado para o agronegócio ou simplesmente para as exportações, o que é muito bom, porquanto mostra o vigor do mercado interno.

É bom que se diga que, apesar dessa herança de uma malha rodoviária completamente destruída, da questão energética e do apagão que houve no Governo anterior, o Governo Lula está tomando as providências conjuntamente. A imprensa noticiou que a indústria cresceu pelo 6º mês consecutivo. O Deputado Laudelino Augusto, da Comissão de Transporte, esteve presente em várias iniciativas da Comissão buscando maiores e melhores recursos para Minas Gerais.

Quanto mais recursos, melhor, e quanto melhores estiverem as nossas estradas, melhor. É bom para a economia e para a segurança de quem transita nessas rodovias. É preocupante o número de acidentes, que está aumentando, e de vidas que se vão precocemente.

Reitero a relevância da proposta do Deputado Márcio Kangussu, porque evidentemente todos os Deputados e Deputadas, independentemente de partidos, lutarão para que os recursos da CIDE que já chegaram sejam bem aplicados, e também em relação aos recursos federais que podem e devem ser bem aplicados em Minas Gerais. Todos os parlamentares da Casa são solidários com aquelas iniciativas que buscam o equacionamento da malha rodoviária mineira, a mais extensa do País.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Deputado André Quintão, sabemos que - e a imprensa tem divulgado - está havendo crescimento econômico. Ninguém está discutindo essa questão. Estamos preocupados é com o escoamento da produção oriunda desse crescimento econômico. Não questionamos a opinião da Deputada Jô Moraes - que aplaudimos muito - de, no futuro, viabilizarmos o setor ferroviário no Brasil. Infelizmente, o Governo Federal não está aplicando nem um tostão do que está sendo arrecadado.

O dinheiro da CIDE está indo para o superávit primário, em detrimento do crescimento econômico. Se o Governo não se sensibilizar com essa situação, daqui a um ou dois meses, nossas rodovias vão parar o Brasil. O meu questionamento, do Deputado Márcio Kangussu e do Deputado Antônio Júlio é de como a produção será escoada se as estradas que existem não estão sendo arrumadas.

Na minha região, o Alto Paranaíba, temos duas estradas fundamentais, a 365 e a 354, grandes vias de circulação. Se não se arrumar, principalmente a 354, daqui a um mês, ficaremos ilhados em relação ao Brasil. Nossa região é das mais produtivas do País.

Foram arrecadados com a CIDE em torno de R\$10.000.000,00, que estão sendo repassados aos Estados. Em Minas, o Governador Aécio Neves está investindo em rodovias, já que a Constituição lhe garante direito à CIDE. Mas isso não está sendo feito em relação à área federal, porque até agora nada foi investido e as rodovias vão de mal a pior. Se o Governo Federal não for sensível a essa situação, vamos parar o Brasil.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado, Deputado Elmiro. Reitero a nossa confiança e a nossa solidariedade em relação ao requerimento do Deputado Márcio Kangussu. Todos esperamos maiores e melhores investimentos na malha rodoviária mineira, que é estratégica para a economia nacional. Não há nenhuma dúvida quanto a isso.

Há de se reconhecer a extensão dessa malha rodoviária e o estado precário em que já se encontrava. Somaremos forças no sentido de equacionar essa situação. Concordo com o Deputado que essa é uma questão estratégica para a sustentabilidade do crescimento. É inegável que há crescimento, conforme demonstram os próprios indicadores.

O que me traz a esta tribuna hoje é um evento ocorrido no final da semana em Montes Claros, quando se reuniram milhares de líderes e de agentes da Pastoral da Criança de todo o nosso Estado.

A Pastoral da Criança completou 20 anos de trabalho em Minas Gerais. Atualmente, atende a 1.800.000 crianças no País, quase 230 mil em nosso Estado, estando presente em 582 municípios mineiros. Realiza um dos trabalhos mais eficazes e importantes de combate à desnutrição

infantil em nosso planeta, reconhecido internacionalmente.

Em Montes Claros estavam a Dra. Zilda Arns, coordenadora da Pastoral, pessoa de coração, mente e competência invejáveis; vários bispos, como D. Geraldo Magela, que tão bem trabalha junto à Pastoral no Norte de Minas; e milhares de voluntários, pessoas anônimas que trabalham em todo o Estado; e a Dra. Carmem Lúcia, coordenadora estadual da Pastoral, pessoa também de muito valor.

A Pastoral reúne nesse trabalho algumas questões fundamentais, como a tecnologia, a multimistura: uma fórmula barata de se combater com êxito a desnutrição materno-infantil. Essa fórmula foi adotada em Belo Horizonte em 1993, quando da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento.

A Pastoral da Criança tem como elemento fundamental a informação. O seu trabalho não se restringe à pesagem e à identificação dos desnutridos. Além do fornecimento da multimistura, há o trabalho educativo e de organização junto às mães e às gestantes. Reúne, portanto, solidariedade, cidadania e recursos objetivos para combater a desnutrição infantil. Nas cidades em que atua, o combate à desnutrição infantil atinge nível de êxito de 60%, ou seja, é responsável por mais da metade na queda dos índices de combate à desnutrição infantil. Combater a desnutrição infantil significa reduzir a mortalidade infantil em Minas Gerais.

Congratulo-me, portanto, com as Dras. Zilda Arns e Carmem Lúcia e com os milhares de líderes e de agentes da Pastoral da Criança que atuam nos 582 municípios mineiros.

Em relação ao combate à desnutrição e à mortalidade infantil, a Pastoral da Criança chegou antes do poder público, exigindo dele, hoje, fazer - como está fazendo em vários municípios brasileiros - parcerias que ampliem a abrangência do seu belíssimo trabalho realizado em todo o País. A Deputada Ana Maria Resende conhece bem o trabalho da Pastoral da Criança em Montes Claros, lá realizado há 20 anos.

Parabéns à Pastoral da Criança! Que o seu exemplo sirva para os poderes públicos e para a sociedade civil. Indivíduos que trabalham anonimamente na Pastoral fazem a sua parte e organizam pessoas para cobrar do poder público a sua parte. E defender a vida em sua plenitude é tarefa e dever do Estado; em especial, a vida das crianças mais pobres, humildes e desprotegidas. Parabéns à Pastoral da Criança pelos seus 20 anos de trabalho em Minas Gerais!

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Deputadas, Deputados, imprensa, povo de Minas Gerais, darei continuação ao pronunciamento do Deputado Márcio Kangussu. Com muita propriedade, ele falou da situação de calamidade pública em que se encontram as estradas mineiras, e propôs a constituição de uma comissão de representação para que o Sr. Ministro dos Transportes nos oriente a respeito dos trabalhos em andamento e daqueles programados para a recuperação da malha viária federal no Estado.

Antes, apelo para que a comissão do orçamento desta Casa receba, tão logo inicie os trabalhos de apreciação das matérias orçamentárias para 2005, um grupo de pessoas da UNIMONTES - uma das maiores universidades estaduais do País - que desejam apresentar reivindicações essenciais para seu funcionamento. Em contatos com representantes de alunos, professores e diretoria, pediram-nos que incluíssem recursos para terminar o Hospital Universitário, no orçamento do próximo ano. Esse é o único hospital genuinamente público do Norte de Minas, de Belo Horizonte para cima. Existem os conveniados, os filantrópicos e os particulares, mas o Hospital Universitário da UNIMONTES é o único cujos pacientes são 100% do SUS.

Além disso, a instituição oferece um trabalho de grande qualidade. Sua ampliação está paralisada há três anos, o que torna os atendimentos precários. A parte iniciada das obras atrapalha a que está em funcionamento, localizada nos fundos do hospital. No final do ano passado, incluímos uma emenda para ser executada este ano. Ainda assim, não foi o suficiente para que houvesse uma arrancada nas obras.

Entregamos um estudo mostrando essa situação ao Governador Aécio Neves. O mesmo trabalho foi entregue ao Secretário de Saúde, Marcus Pestana, e ao Secretário de Governo, Deputado Bilac Pinto, a fim de que possam fazer uma análise dos recursos necessários para concluir a obra.

Se esse hospital não for concluído no ano que vem, haverá prejuízo aos pacientes do SUS e aos estudantes da Faculdade de Medicina da UNIMONTES, que precisam daquele hospital, o qual é referência para o estudo universitário médico de Montes Claros.

Estamos recebendo das mãos dos representantes da UNIMONTES uma solicitação de recursos, para que a UNIMONTES se expanda a outras cidades. É preciso suporte financeiro para melhorar suas dependências físicas e criar outros campos no processo de integração a que a UNIMONTES se presta, principalmente nas grandes cidades, como Manga, cujo projeto foi enviado ao Governador do Estado, e Capelinha, no vale do Jequitinhonha, que possui mais de 30 mil habitantes, necessitando de um "campus" da UNIMONTES, para que os estudantes do Jequitinhonha tenham acesso à universidade pública. Portanto, são necessários recursos para terminar o hospital universitário, bem como é necessário expandir a UNIMONTES até as grandes e importantes cidades, como Manga e Capelinha.

Cumprimento o Deputado Márcio Kangussu por sua iniciativa. Alguém afirmou no Plenário que seriam inócuas as ações de irmos a Brasília para fazer o Ministro dos Transportes enxergar a necessidade de agilizar o programa de recuperação das estradas. Um dado como esse joga por terra o ânimo de alguns colegas. Dizem que não adianta ir a Brasília. O que adianta, então? Ficarmos de braços cruzados?

Acidentes ocorreram no feriado. Nos dias de maior movimento nas estradas federais, os acidentes fatais em Minas Gerais bateram recordes. No programa do Acir, na Itatiaia, um patrulheiro da Polícia Federal afirmou que o principal responsável pelos acidentes não foram os buracos, mas as barbeiragens dos motoristas. Quem trafega, de norte a sul, pelas estradas de Minas Gerais, conhece a situação precária das estradas. Antes era um privilégio do Norte do Jequitinhonha, mas agora há buracos em todas as estradas, ou seja, no Triângulo Mineiro, no Sul de Minas, na área metropolitana, no Norte de Minas e no Jequitinhonha. Por melhor que seja o motorista, é impossível andar com segurança pelas estradas federais, pois 75% encontram-se em péssimo estado de conservação, 10%, em estado precário e apenas 15% permitem que os motoristas trafeguem com maior segurança.

Entretanto, alguém que deveria ter maior conhecimento e responsabilidade quanto ao que diz afirmou no programa do Acir, aqui presente, que a culpa não é dos buracos, mas dos motoristas, que trafegam sem condições técnicas, do próprio veículo ou do álcool ingerido pelos motoristas no período festivo. Isso é um absurdo! A recuperação das estradas deve ser feita com responsabilidade. Uma declaração como essa é irresponsável e criminoso, pois essa pessoa, que deveria lutar para que as estradas estivessem em melhores condições, diz que a culpa é do motorista.

Fico indignado com uma declaração dessas e, mais do que nunca, entendo que devemos ir a Brasília, para nos reunir com o pessoal do DNIT, com o Ministro dos Transportes e com o Vice-Presidente da República, José Alencar, que é mineiro e sabe da importância de uma estrada ser bem conservada.

Precisamos, pelo menos, dar uma explicação aos motoristas de Minas Gerais. Não é possível conviver com essa situação. A BR-135, motivo de tantas considerações minhas, do Deputado Célio Moreira, do Deputado Doutor Viana, da Deputada Ana Maria Resende e de tantos outros, está desafiando agora a paciência do povo, depois de ter desafiado todo o resto. O trecho recuperado há quatro meses já está com novos buracos. Não conseguiram nem recuperar todos antes de os primeiros estarem se tornando novos buracos. É buraco em cima de buraco. E o compromisso é, por meio de contratos, até fevereiro de 2005, recuperar totalmente o trecho, recapeá-lo e sinalizá-lo. É uma piada.

As obras da 369, de Montes Claros a Pirapora, são uma palhaçada. Eles recuperam 3km e depois deixam 10km sem recuperação. Não há planejamento. Não sei o que passa pela cabeça dessas pessoas. De que adianta recuperar 3km e deixar 10km cheios de buracos? Talvez façam isso para renovar as esperanças: o motorista passa por um trecho recuperado e pensa que a estrada estará toda da mesma forma.

Não me cansarei. Não desistirei da luta. Iremos a Brasília. Marcaremos uma audiência para conversarmos com o Ministro e mostrar-lhe o que está acontecendo. A BR-251, de Francisco Sá à Rio-Bahia, é a rodovia da morte. Não há uma semana em que não haja um acidente fatal. Subir a serra depois de Francisco Sá dá-nos a impressão de dirigir rumo à morte. De repente, vem uma carreta atravessando. A serra é enorme, e as carretas perdem o freio, atravessam na pista, matam as pessoas, interrompem o trânsito durante 12 ou 24 horas. É uma aventura.

Não recebemos qualquer explicação. O Diretor do DNIT não está atendendo ao telefone. Parece-me que ao seu telefone tem um detetor de chamadas de Deputados, Prefeitos, Juizes ou Promotores. Ele deve atender a chamadas apenas dos chefes de Brasília, porque não atende às nossas chamadas nem dá satisfações ao povo. Infelizmente, precisamos fazer essa denúncia, já que a situação está dramática, crítica.

Precisamos ir a Brasília e mostrar ao Governo Federal a importância de nos socorrer. Vamos apresentar um programa que seja executável. Depois dessa audiência, poderemos fazer uma audiência pública - e sugiro ao Deputado Márcio Kangussu o nome "Estradas de Minas" -, e chamar o Sr. Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas, a fim de falar sobre os programas. Ouvi uma entrevista dele em que dizia já ter recuperado 2.500km de estradas estaduais.

O Governo precisa nos tranquilizar quanto ao Pró-Estrada. Temos 226 municípios sem vias de acesso asfaltadas. É necessário falar sobre a programação. O Governador Aécio Neves afirmou que, até o final de 2006, não ficará uma estrada sequer sem asfaltamento, e espero que consiga executar isso, mas, considerando-se o ritmo em que as obras vêm acontecendo, tenho minhas dúvidas.

É necessário esclarecermos essas dúvidas e nos conscientizarmos de que esse programa de governo deve ser executado.

Cumprimento ao Deputado Márcio Kangussu. Fui signatário do requerimento com muito prazer e espero que possamos ir a Brasília encaminhar os dados ao Sr. Ministro, pois são incontestáveis. Nesse feriado, pudemos constatar que as nossas estradas são verdadeiras armadilhas para tirar a vida do cidadão.

Peço perdão ao guarda rodoviário da Polícia Federal, mas ele está absolutamente enganado, pois a principal causa dos acidentes que estão tirando a vida dos mineiros são os buracos criminosos. Ele deveria lutar para tapá-los, a fim de oferecer segurança ao povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira\* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, visitantes e telespectadores da TV Assembléia, informo aos companheiros, Deputados Carlos Pimenta e Márcio Kangussu, que, como Presidente da Comissão de Transporte desta Casa, já realizamos uma reunião com o Ministro Alfredo em Brasília para tratar desse assunto, contando com a presença do atual Diretor-Geral do DNIT, Alexandre Silveira. Tivemos a oportunidade de informar ao Sr. Ministro sobre a situação das rodovias que cortam o nosso Estado.

Realizamos também uma audiência pública nesta Casa, em que estiveram presentes os Presidentes das Comissões de Transporte de outros Estados da Federação, as empresas e os DERs, para discutirmos, na presença do Deputado Federal Eliseu Resende, os recursos da CIDE.

A Comissão desta Casa poderá contar com o apoio de todos os parlamentares e, se for necessário, retornará a Brasília para reclamar e alertar o Ministro sobre aquelas informações transmitidas, pois, infelizmente, até o momento, ainda não foram tomadas as providências solicitadas.

Deputado Carlos Pimenta, o Dr. Alexandre Silveira, 1º-suplente do Deputado Federal do nosso partido, tomou posse como Diretor do DNIT, mas não atende à assessoria da Comissão de Transporte desta Casa. Não conseguimos falar com ele para tratar dessa situação urgente, emergente e caótica das BRs que cortam o nosso Estado. Já deixamos recado com a sua secretária e enviamos fax. Tentamos também falar com o nosso Ministro, mas, infelizmente, a consideração que tem com esta Casa - não digo com este parlamentar, que é do seu partido - tem sido a pior possível. Desejamos tratar dessa situação gravíssima, pois várias vidas estão sendo ceifadas nas BRs que cortam o nosso Estado, mas não temos obtido retorno por parte do Governo Federal, mais especificamente do Ministério dos Transportes e do DNIT, que, infelizmente, não atendem aos nossos requerimentos para, juntos, discutirmos essa situação.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)\* - Nobre Deputado Célio Moreira, foi muito oportuna e até mesmo uma coincidência feliz a presença de V. Exa nesta tarde, no Plenário, para debater assunto de tamanha importância.

Estou ainda mais convicto da necessidade de se criar uma comissão suprapartidária para irmos até o Ministro dos Transportes. V. Exa. está cumprindo o seu dever como parlamentar e como Presidente da Comissão de Transporte. No entanto, qual foi a resposta? Houve um descaso não com V. Exa., como disse, mas com este parlamento, o que é pior ainda.

V. Exa. ainda revelou que não consegue falar com o Diretor-Geral do DNIT. Então, para que serve este Poder? Não podemos, de forma nenhuma, calar-nos e ficar quietos diante de tamanho descaso e desrespeito com a população mineira. Esse assunto requer urgência. Portanto, Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, leve o nosso requerimento à Mesa e o aprove com rapidez, porque, na semana que vem, já será tarde. As nossas cidades irão piorar com a ocorrência das chuvas. Caso essa providência não seja tomada, não mais precisaremos de recapeamento ou tapa-buraco, e sim de tratores para tirar carros de buracos, de ambulâncias para socorrer vítimas e de motoniveladoras para tirar carros de atoleiro.

Portanto, Deputado Célio Moreira, pelas razões anunciadas desta tribuna, é preciso irmos a Brasília exigir providências do Ministro dos Transportes. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira\* - Obrigado, Deputado Márcio Kangussu.

Sr. Presidente, recentemente pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Transporte - CNT - indica que Minas tem as piores estradas do Sudeste, com destaque para a BR-459, que liga Poços de Caldas a Lorena, em São Paulo.



Classificada como péssima e apontada como a pior do País, a BR-135 foi considerada a 3ª pior em alguns trechos, seguida pela BR-262.

A BR-135, aqui citada pelo Deputado Carlos Pimenta, foi objeto de várias críticas e promessas de Ministros, Diretores do DNIT, mas, até agora, nada aconteceu de fato. O Deputado Carlos Pimenta destacou algumas recuperações, mas, em menos de dois ou três meses, ela necessitará de reparos, por ocasião da chegada das chuvas. O trecho deverá ser todo refeito novamente. Isso sem contar com a sinalização, pois não existe faixa nem placa. É o corredor da morte. As pessoas que trafegam por aquela BR estão correndo risco de morrer.

Sobre a BR-459, a Comissão de Transporte desta Casa fez o possível e o impossível para sensibilizar o Governo a fim de restaurá-la. Realizamos audiências públicas e nos reunimos com a classe empresarial e com as organizações não governamentais das cidades envolvidas - Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, Poços de Caldas -, e em nada ou pouco adiantou esse esforço.

Sabemos de empresas que deixaram a região por não suportarem o aumento dos custos dos fretes e que não puderam repassá-lo aos produtos sob pena de perderem competitividade. Particularizamos a BR-459, como um exemplo para todas as rodovias federais que cortam o Estado e que estão com os seus pavimentos comprometidos. Operações tapa-buracos não adiantam mais. Há de se fazer restaurações.

Mas não podemos falar apenas de rodovias, que é o que mais nos afeta diretamente. O País deu um salto extraordinário em suas vendas externas. E, justamente agora, a falta de infra-estrutura logística e o risco regulatório retiram competitividade de produtos brasileiros. Os gargalos na infra-estrutura estão prendendo o País no meio do salto.

A infra-estrutura a que nos referimos são as rodovias, as ferrovias, os portos e a energia elétrica. Fiquemos apenas no problema de infra-estrutura e deixemos o risco regulatório para outra oportunidade, até porque esse é um assunto para a esfera federal.

O crescimento de nossas vendas para o exterior, após a desvalorização do real, é impressionante. Ele é contido exatamente pelas mais diversas dificuldades que atravancam o caminho do exportador. Daí o fato de termos iniciado a nossa fala citando o problema das rodovias, que foram, com as ferrovias, nosso corredor de escoamento de produção.

A logística a que nos referimos é um sistema. Vai desde a gerência de estoque, transporte, até o embarque do produto. Tudo tem de ser olhado de forma integrada, pois o impacto desses gargalos logísticos, no preço final dos produtos, é alto ou muito alto. Eles obrigam a manutenção de um nível de estoque, o que custa muito dinheiro.

O País precisa urgentemente desatar esses nós e acabar com esses gargalos que afetam, particularmente, a economia mineira, posto que nossas indústrias e a agricultura estão longe do mar. O exportador leva, em média, 27 horas para chegar ao porto, e 52 horas para liberar a carga. Isso encarece muito os produtos mineiros.

E o que falar das ferrovias? Na década de 30, o País tinha 38.000km de ferrovias, que foram desativadas ao longo do tempo. Quando foi feita a privatização da Rede Ferroviária Federal, eram 28.000km. Depois disso, foram construídos quase 2.000km da FERRONORTE, da Ferrovia Carajás e da Norte-Sul, porém vários ramais ferroviários foram desativados. Essas ferrovias, assim como as rodovias, não estão em bom estado de conservação, em que pese o investimento de R\$813.000.000,00 na malha ferroviária no primeiro semestre de 2004, pelas 11 concessionárias que assumiram o transporte ferroviário do País.

Existe um plano de revitalização das ferrovias, feito em março, estabelecendo meta de produção e de redução de acidentes. Se houver o descumprimento dessas metas, as concessionárias poderão ser multadas em até 2% do seu faturamento bruto.

As estradas que foram passadas à iniciativa privada por meio de concessão estão boas ou ótimas. Existem normas, multas e metas a serem cumpridas. As outras, ainda sob o gerenciamento do DNIT, estão nas condições que todos conhecemos, o que também vale para os portos. Enquanto isso, nossos produtos de exportação vão encarecendo.

Nós, da Comissão de Transporte desta Casa, estamos atentos a esses problemas. Intensificaremos nossa fiscalização e nossa cobrança, seja por meio de convites a autoridades para comparecerem a esta Comissão, seja por meio de audiência pública, caso necessário, ou, ainda, por meio de visita ao DNIT, ao Ministério dos Transportes, às concessionárias das ferrovias.

É premente que tomemos uma posição mais agressiva na defesa dos interesses do nosso Estado, que precisa, mais do que nunca, aquecer seu parque industrial e comercial. Isso só será possível com uma infra-estrutura adequada de transporte.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado Célio Moreira, agradeço-lhe o aparte. Quero registrar as palavras de um Deputado que está indignado com o Governo Federal, pela falta de respeito com que tem tratado o povo mineiro por intermédio dos seus representantes.

Tive a oportunidade de trabalhar com V. Exa. na Comissão Especial do Metrô. Por reiteradas vezes, desta tribuna, dissemos que o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, e o Presidente da República não deram a menor atenção àquela comissão, que reivindicava - e continua reivindicando - a finalização das obras das linhas 1 e 2, que seguem até o Barreiro, região em que V. Exa. reside.

Deixo o testemunho de um Deputado que nunca viu um Governo Federal tratar os representantes do povo mineiro como este Governo tem tratado, da mesma forma como o Ministro dos Transportes e o Diretor-Geral do DNIT não atendem V. Exa., como Presidente da Comissão de Transporte da Assembléia Legislativa. Na verdade, esse é o retrato do tratamento dispensado pelo Governo Federal àqueles que fazem política e representam o povo mineiro.

Registro a minha palavra de repúdio, de insatisfação, a este Governo que se diz democrata e que busca a democracia na sua plenitude, mas que nos seus atos, na prática, tem feito o contrário, deixa de escutar os representantes do povo e trabalha com meia dúzia de correligionários e companheiros que estão no Palácio do Planalto.

Deputado Célio Moreira, agradeço-lhe o aparte e deixo o meu testemunho de que o Governo Federal tem nos tratado de forma incorreta. O povo mineiro não merece isso, até pela votação que deu a Lula há dois anos. Continuaremos reivindicando o que consideramos justo para o povo mineiro e para os belo-horizontinos, o metrô. Obrigado.

O Deputado Célio Moreira\* - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Deputado Laudelino Augusto, apresentarei requerimento, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. Portanto, voltarei a falar da situação das rodovias e darei aparte a V. Exa.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, na verdade, queria contar com os 15 minutos regimentais, mas me restaram apenas 7 minutos.

Ocupo esta tribuna, após o feriado prolongado, para registrar que recebemos várias ligações com relação à denúncia de abuso nas multas praticadas pela BHTRANS em Belo Horizonte. Vários cidadãos nos ligaram dizendo que estão sendo vítimas da indústria das multas que se alastra por Belo Horizonte.

A Sra. Desimar disse que recebeu 6 multas de 1 em 1 minuto, aplicadas pelo agente Odilon Filho, na porta da escola dos seus filhos. Depois foi abordada por um Uno branco. Um homem sem uniforme alegou que era agente da BHTRANS.

Ela ligou para o 190 da Polícia Militar. Os policiais militares lhe disseram que, sem uniforme e sem identificação, ele não pode parar o veículo. Essa foi uma das reclamações que recebemos em nosso gabinete.

Uma outra reclamação foi da Sra. Cleuza, dizendo que não havia agente algum uniformizado, quando seu filho foi multado na Rua Jacuí, às 20 horas, por uso de telefone celular e que ele não possui celular. Há uma outra ligação do Sr. Luís Gustavo de Pádua, que ouviu o nosso pronunciamento. Ele nos disse que, por duas vezes, foi multado de madrugada por falta de uso de cinto de segurança e disse que não presenciou agente uniformizado da BHTRANS, nem tampouco foi abordado por algum deles. Há também outra ligação do Sr. Paulo Roberto, motorista de transporte escolar, dizendo que alguns agentes da BHTRANS se escondem atrás das árvores sem uniformes, todos no Centro de Belo Horizonte, e outros ficam dentro do carro somente com a calça do uniforme da BHTRANS, multando constantemente.

Portanto, recebemos várias ligações que foram registradas pelo nosso gabinete. Certamente a campanha que faremos contra a indústria das multas em Belo Horizonte e nas cidades onde agem da mesma maneira que a BHTRANS no nosso município será uma grande mobilização para que o cidadão não somente pague os tributos e as taxas em dia, mas também seja respeitado pelos órgãos de trânsito.

Na semana passada, levantamos vários questionamentos. Um deles dizia que o Ministério Público havia impetrado uma ação civil pública solicitando ao Judiciário a proibição de a BHTRANS multar com a alegação de que é empresa de economia mista. Se é uma empresa de economia mista, não pode multar nem ter o poder de polícia, que é o poder de fiscalizar de maneira terceirizada.

Tive a oportunidade de ser o relator da Comissão Especial das Multas com o Deputado Alberto Bejani, que a presidiu. Realizamos uma grande cruzada e mobilização contra os 33 radares das rodovias federais e conseguimos o cancelamento de 130 mil multas, bem como a suspensão de todos os radares da empresa Consórcio Rodovida, que tachamos de "Consórcio Rodolucro". Graças a Deus, com uma ação dessa Comissão e a divulgação maciça de toda a imprensa mineira, conseguimos retirar os radares abusivos das rodovias federais. Assim também será com a BHTRANS. Concordamos com as multas e com a parte que orienta, adverte e educa; porém, não concordamos com a indústria de multas impostas ao cidadão que se implantou na Prefeitura de Belo Horizonte. O intuito delas é arrecadatório. Tivemos a oportunidade de dizer que o cidadão, além de pagar o IPI, o ICMS, o IPVA, as taxas de licenciamento, de emplacamento e de segurança pública, convive com os abusos dos agentes da BHTRANS, que não orientam nem advertem, mas apenas multam o tempo todo o cidadão belo-horizontino.

Portanto, mais uma vez, digo que continuaremos com a campanha. O nosso gabinete está à disposição de qualquer cidadão deste Estado para apresentar o recurso gratuitamente, assim como estamos eu e o Deputado Alberto Bejani, no caso das rodovias federais. Insisto em dizer que continuaremos fazendo os recursos gratuitamente. Assim que a JARI Municipal receber um grande volume de recursos contra essas multas, certamente a BHTRANS repensará a sua maneira de atuar, e conseguiremos frear o abuso, ou seja, a indústria das multas que se implantou.

A forma como os agentes têm multado permite-nos concluir que há um interesse enorme em se fazer caixa na BHTRANS, e não simplesmente em se utilizar a multa como instrumento de educação e advertência. Radares estão espalhados em vários pontos da cidade e não condizem com a alegação de que seriam locais de grande incidência de acidentes com vítimas fatais. As argumentações são sempre questionáveis.

Apresentaremos, também, requerimento à Comissão de Assuntos Municipais solicitando informações sobre a aplicação, pela BHTRANS, dos R\$31.310.000,00 arrecadados no ano de 2003 com o pagamento de 256 mil multas pelo cidadão belo-horizontino. É um absurdo que isso ocorra de forma desenfreada.

Em entrevista durante as eleições, o próprio Prefeito Fernando Pimentel admitiu que estava havendo excesso por parte dos agentes da BHTRANS. Volto a insistir que estamos em uma grande cruzada contra a indústria das multas para que o cidadão possa ter tranqüilidade e não sofrer com a voracidade arrecadatória da BHTRANS.

O Deputado Célio Moreira\* - Dando seqüência à nossa fala, nós, os representantes do povo de Minas Gerais, não podemos nos calar e nos acomodar diante de um fato tão alarmante como o que hoje vem estampado nas manchetes dos principais jornais da nossa Capital: a triplicação do número de acidentes nas estradas nesse feriadão em relação ao feriado prolongado de 7 de setembro.

Os números têm a frieza própria dos números, quando não fazemos parte deles, quando não temos um ente querido, um parente ou um amigo compondo as estatísticas. Mas, por trás desses números, há 35 famílias enlutadas no Estado, com a perda de parentes em nossas estradas. Rodovias estas apontadas em relatório da CNT como as piores da Região Sudeste.

Vamos considerar que esse feriadão foi mais longo, teve um dia a mais que o comemorativo da Independência. Mas, ainda assim, os números de acidentes e mortos apontados no balanço da Polícia Rodoviária Federal são alarmantes, com 35 mortos em 377 acidentes registrados, apenas nas estradas federais, entre o início da madrugada de sexta-feira e a meia-noite de terça-feira.

O Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, como já foi aqui citado, explicou que, pelas características dos acidentes, a maioria foi por saída de pista e de batida de frente, resultado de alta velocidade, ou seja, culpa dos motoristas. No meu entender, pode ter razão parcial o Inspetor, mas não podemos ignorar, no meio dessa tragédia, um dado importante - a condição precária de nossas estradas.

Somente no domingo, foram registradas 10 mortes em 53 acidentes, um fato estranho, porque era um dia em que todos já haviam chegado ao destino final de viagem. Comparando com o feriado de 7 de setembro, em que foi registrado um total de 230 acidentes com 17 mortos e 165 feridos; nesse feriado, houve 377 acidentes com 35 mortos e 226 feridos.

Diante dessa verdadeira catástrofe provocada em nossas estradas, não podemos calar a pergunta. Quando o Governo Federal se sensibilizará com a situação de nossas estradas e disponibilizará os recursos da CIDE para a sua recuperação?

Quantas famílias no País ainda ficarão de luto, porque os mortos não são apenas mineiros, levando-se em conta que a malha viária é acesso ao litoral do Nordeste, com grande tráfego de carros de outros Estados?

A retenção do dinheiro da CIDE, recolhido aos cofres da união com a finalidade única de recuperar nossas rodovias, é um verdadeiro acinte, uma afronta aos brasileiros já tão archoados por impostos os mais variados. É escandalosa a posição do Governo Federal, praticamente confiscando um dinheiro que não é seu, cujo destino certo era a recuperação, restauração e construção da malha rodoviária.

Quantas estatísticas desfavoráveis a este País continuaremos contabilizando? Os investimentos externos estão despencando. O turismo permanece comprometido pela falta de segurança, pela violência. O País é líder no "ranking" mundial de acidentes.

Como cidadão e Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas desta Casa, manifesto meu repúdio a esta política que, a pretexto de cumprir compromissos com organismos financeiros internacionais, deixa no abandono nossas estradas e os cidadãos que nela são obrigados a trafegar. O nosso colega, Deputado Márcio Kangussu, disse que hoje ligou para o Secretário de Transportes, Deputado Agostinho Patrús, pois também está preocupado com a situação das rodovias estaduais. Também solicitamos ao Secretário que, ao lado da Comissão de Transporte, possamos discutir com o Governador Aécio Neves as prioridades, antes que comece a temporada de chuvas, pois algumas estradas ficarão intransitáveis.

É necessário recuperar as rodovias, estaduais e federais, que também estão em situação difícil. O Governador Aécio Neves tem priorizado as ligações asfálticas das 224 cidades que passam por grandes prejuízos para escoar a produção, devido a falta de asfalto.

O Deputado Laudelino Augusto (em aparte) - Como membro da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, também estive em Brasília para levar nossas demandas ao Ministro, e especialmente, para saber se manteria os compromissos assumidos pelo Ministro Anderson Adauto, que participou de várias audiências públicas no Estado. Ele ponderou que, além dos evidentes buracos nas estradas, o Governo anterior também havia deixado buracos no orçamento, e que, por medidas judiciais, todos os recursos que chegavam ao Ministério iam para os restos a pagar.

Quando ele fez essa afirmação, estava assumindo o Ministério.

Os buracos nas estradas são uma das causas dos acidentes, apesar de fazer com que o motorista diminua a velocidade. Não há sinalização, nem educação no trânsito, além de os motoristas dirigirem em alta velocidade. Há na Casa a proposta de que sempre que haja restauração ou construção de uma estrada, primeiramente deve ser feita a sua sinalização - "guard-rail" -, pois é preciso cuidar da segurança para a estrada ser liberada.

No Sul de Minas, de onde venho, fizemos alguns trabalhos e tivemos algumas audiências, inclusive com o Ministro. A Arquidiocese de Pouso Alegre, juntamente com mais de 70 municípios, fez um grande abaixo-assinado, que levamos ao Ministro dos Transportes, juntamente com o Deputado Federal Patrus Ananias, que ainda não havia assumido o Ministério. Obtivemos resposta.

Há todo um cronograma para restauração e reformas das rodovias federais, sendo que algumas estão adiantadas. A BR-459 não mais é considerada uma das piores do País. O trecho de Pouso Alegre a Itajubá, pelo qual trafego semanalmente, está bem adiantado. Está sendo feita uma restauração de fato, e não apenas reforma. Em alguns trechos foi feito tudo de novo, inclusive foi construído acostamento em trechos que não o possuíam; mas, ainda assim, alguns trechos continuam sem ele.

É direito constitucional ir e vir com segurança e qualidade. É preciso garantir também o direito de transportar produtos, bem como ao turismo e ao lazer. Hoje, pela manhã, quando saí de Caxambu, minha terra natal, muitos estudantes que estudam em São João del-Rei, Ouro Preto, Varginha e Juiz de Fora também saíram bem cedo. Portanto, a qualidade das rodovias é fundamental.

A Comissão tem feito um bom trabalho. Fomos a Brasília e voltaremos lá, pois queremos qualidade e segurança.

O Deputado Célio Moreira\* - Há nesta Casa a Comissão de Transporte e duas outras foram criadas, como a Comissão do Anel Rodoviário, em que cobramos do DNIT e do Governo Federal a recuperação do anel rodoviário, avenida da morte de Belo Horizonte. Alguns compromissos foram feitos pelos Governos Municipal, Estadual e Federal.

Desejo boa sorte ao Prefeito Pimentel e espero que ele cumpra suas promessas. Estivemos em Brasília e fizemos várias reuniões na Assembléia, para discutir o orçamento e destinar recursos para a recuperação do anel rodoviário.

Nenhum centavo foi aprovado. Durante a campanha, veio a promessa. O Diretor-Geral Alexandre Silveira esteve em Belo Horizonte dizendo que estavam sendo destinados recursos para a recuperação do anel rodoviário, vulgo corredor da morte.

Tivemos aqui também a Comissão Especial do Metrô, para tratar da novela de 23 anos do metrô de Belo Horizonte, no qual foram gastos milhões. Entretanto, até hoje, a cidade não possui um transporte barato, rápido e de qualidade. Todos esperam o metrô com ansiedade, principalmente a população de Venda Nova e do Barreiro, maiores centros urbanos. Agora, na campanha, ouvimos a promessa de que as verbas para suas obras chegarão. Espero que não vivamos mais um capítulo inédito da novela do metrô de Belo Horizonte.

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas não se tem curvado diante das dificuldades. Ela tem trabalhado e ido a cidades de várias regiões do Estado para discutir as urgências com os Prefeitos, Vereadores, lideranças e ONGs. Entretanto, não recebemos a mesma acolhida do Governo Federal.

Deputado Laudelino Augusto, V. Exa. esteve na reunião em que o Alexandre, representante de Minas Gerais, foi designado pelo Ministro, na nossa frente, para participar da reunião da Assembléia em que estiveram presentes os Presidentes das Comissões de Transporte de outros Estados e representantes dos DERs e das empresas, que não têm recebido do Governo - há mais de R\$600.000.000,00 para receberem. Todavia, no dia da audiência, ligamos para o DNIT para perguntar se o Diretor viria ou não, e a secretária informou-nos que, segundo sua agenda, ele viria. Mas não deu sequer satisfação a essa Comissão.

Alguns colegas de partido têm me criticado, afirmando que, às vezes, não tenho sido gentil com os companheiros de partido; mas, apesar de ser um companheiro do meu partido, tenho de dizer que não está fazendo bonito, está fazendo errado. O Ministro e o Diretor são do meu partido; entretanto não posso admitir esses compromissos que não são cumpridos. Independentemente de partido, estarei aqui elogiando ou criticando as situações das estradas.

Também quero levantar a questão das comunicações. Tivemos audiências com várias operadoras. O homem já foi à lua, e cidades próximas à Capital ainda não possuem luz, água e esgoto.

Certamente, alguns amigos questionarão essas minhas palavras sobre o Ministro, que é do meu partido. Ele é uma pessoa honesta, mas tem

encontrado dificuldades na liberação de recursos para aplicar na recuperação e na construção das BRs.

A partir da próxima semana, a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas desta Casa voltará a realizar audiências públicas nas cidades, a fim de escutar a população e registrar, juntamente com a TV Assembléia, a situação da malha rodoviária do Estado.

Temos de discutir essa situação. O Governo Estadual e a União têm perdido recursos da ordem de milhões de dólares por falta de competência nessa área. Portanto temos de cobrar dos Governos, para que Minas Gerais e o Brasil se destaquem como Estado-modelo e País-modelo, onde os recursos são aplicados corretamente. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/10/2004

O Deputado Rogério Correia - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, fiz esse requerimento, em que solicitei usar do tempo de liderança para tratar de assunto sobre o qual, desta tribuna, já fiz pronunciamento, mas que continua em debate e que surgiu na Assembléia nesta semana, talvez devido a resultados eleitorais e à disputa eleitoral que ainda se trava. Falo das condições das estradas brasileiras, e precisamente mineiras, rodovias federais e MGs. Era necessário que colocássemos, do ponto de vista dos Deputados do PT, do PCdoB, dos nossos partidos que compõem a base aliada do Governo do Presidente Lula, que inclui o PL, o PMDB, o PTB e outros partidos, nosso entendimento acerca do problema. Já adiantei que o Brasil se encontra em uma situação desconfortável em relação a sua estrutura. O que me estranha é que alguns partidos tratem o assunto como se fosse uma novidade e como se o estado da estrutura no Brasil fosse recente, como se não se viesse agravando, e que, de repente, alguns Deputados tenham percebido que as estradas, os portos e as ferrovias brasileiros têm problemas.

Fazem isso porque não levam em conta os oito anos de Governo neoliberal, um Governo de "vende pátria", que só pensou no processo de privatização. Jamais pensou em construir um país que tivesse condições de se desenvolver. Portanto, não apostou no crescimento do País, como forma de transformá-lo em uma grande nação.

Em pouquíssimo tempo de Governo, o Presidente Lula tenta reerguer o Brasil. Diante de tudo o que foi ou deixou de ser feito, pretende recolocar o País nos trilhos; está fazendo com que, a partir de agora, o Brasil tenha condições de apostar na sua infra-estrutura portuária, ferroviária e, especialmente, rodoviária, que constitui a nossa grande malha, por meio da qual são feitos transportes de carga.

A partir de críticas que ouvi de alguns Deputados de oposição ao Governo Lula, procurei fazer um estudo sobre o que, de fato, vem acontecendo no País. Ademais, busquei registrar os investimentos que o Governo Lula tem feito no Brasil, precisamente em Minas Gerais. Por coincidência, hoje, no "Em Questão", página do Governo Federal, pode-se verificar que o Ministério dos Transportes faz um balanço daquilo que investiu e do que pretende investir no País. São dados interessantes para anunciar um reforço de caixa em 2005. Ou seja, o Governo reconhece que os recursos aplicados em infra-estrutura não são suficientes e que é preciso investir mais. Por isso anuncia que, no orçamento enviado ao Congresso Nacional, os recursos passarão dos atuais R\$2.700.000.000,00 para R\$6.000.000.000,00, montante inédito na história do investimento em infra-estrutura de transportes no Brasil. Trata-se de um salto enorme, quase o dobro do que se costuma investir e do que foi investido no ano passado. Durante o Governo de Fernando Henrique, o investimento era menor. Dessa forma, esperamos que, até o final de 2006, toda a malha se encontre em boas condições de tráfego.

Isso se deve ao aproveitamento do dinheiro da CIDE, imposto criado para resolver o impasse de investimento em infra-estrutura no Brasil. Esses recursos começaram a ser usados no Governo Lula, porque, durante o Governo passado, nenhum centavo da CIDE foi usado para essa finalidade. Paulatinamente, o atual Governo começou a investir esses recursos nas estradas, pois repassa-os aos governos dos Estados e dos municípios e aplica-os também na construção e na reconstrução das estradas e rodovias federais.

Esse anúncio foi feito. Podemos acompanhar os investimentos que o Governo vem fazendo por meio desse "site". Repito: esse é um dado importante. A CIDE foi criada para originar recursos para a infra-estrutura do País. Como já disse, durante o Governo FHC, nenhum centavo foi investido. O Governo Lula iniciou o processo de investimento da CIDE. Os Estados e municípios passaram a receber 25%; depois, receberão 29%, conforme emenda constitucional aprovada por meio da reforma tributária. Esses repasses já estão sendo feitos. Minas Gerais recebeu a primeira parcela no valor de R\$42.000.000,00. Os Governos dos Estados vêm investindo esse imposto nas estradas estaduais. Todavia, os recursos são oriundos do Governo Federal.

O Governador Aécio Neves nunca explica o que acontece de fato no Estado de Minas Gerais. Salvo reclamar, ele não quer dar ciência do que acontece aqui. No entanto, sabemos que o Estado não investiu e não tem investido nenhum dinheiro na infra-estrutura. Assim, o que é feito nas MGs, rodovias estaduais, deve-se a repasses da CIDE, imposto federal que passou a ser distribuído aos Estados, graças à reforma tributária. Aliás, o Governo FHC também não fez a reforma tributária, mas o Presidente Lula se encarregou disso no seu primeiro ano de mandato.

E agora cria as condições, por investimento desse mesmo imposto nas rodovias federais.

Em Minas Gerais, no ano de 2002, estava destinada uma quantia de menos de R\$100.000.000,00 para ser aplicada no ano de 2003 - orçamento oriundo do Governo passado. Em 2003, para ser aplicado agora em 2004, houve um aumento ainda pequeno, mas de 60% em relação ao Governo passado, ou seja, de R\$160.000.000,00.

De acordo com o orçamento deste ano enviado ao Congresso Nacional, serão aplicados pelo menos R\$330.000.000,00. Espera-se ainda, com as emendas dos parlamentares e com a aplicação dos recursos da CIDE - o novo anúncio do Governo, de um aumento de R\$2.700.000.000,00 para R\$6.000.000.000,00 -, que possamos ter em Minas Gerais a aplicação de R\$550.000.000,00. O DNIT trabalha com esses números, para aplicar aqui nas estradas federais. Com relação às estradas estaduais, repito, continuará sendo feito o repasse dos 29% a que o Estado e os municípios têm direito a partir da reforma tributária.

Portanto, estamos diante de uma possibilidade inédita no Brasil, que é cuidar da infra-estrutura, dar condições de trafegabilidade às nossas estradas e obter melhorias nas condições portuárias e ferroviárias. Esse tipo de planejamento nunca houve no Governo passado. Hoje, há um planejamento, embora o reconheçamos insuficiente diante do caos em que encontramos o Brasil e Minas Gerais.

É óbvio que temos problemas em várias estradas. No entanto, só neste ano, o DNIT conseguiu aplicar 93% dos R\$160.000.000,00 que estavam destinados às rodovias. Agora, conseguiu um acréscimo de R\$19.000.000,00. Com razão, o povo reclama, mas reclamam sem razão alguns Deputados da Oposição ao Governo Lula, que apenas usam o assunto para agitação, em especial nos municípios onde as eleições ainda não terminaram. Nossa população tem razão quando reclama do estado de nossas estradas, que não são boas e precisam ser melhoradas. É obrigação do nosso Governo assim fazer.

Recentemente, a BR-265, que faz a ligação de Barbacena a São João del-Rei, recebeu mais R\$5.000.000,00. Já está ficando em condições de trafegabilidade. A BR-365, de Montes Claros a Pirapora, também recebeu mais R\$5.000.000,00 para dar-lhe melhores condições de trafegabilidade. A BR-452, no Triângulo, que foi até interdita pela justiça, agora recebeu R\$1.000.000,00. A obra já se iniciou. Esse problema foi alardeado pelos nossos Deputados, como o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que é do Triângulo Mineiro e conhece bem a região. A BR-262, na região de Manhuaçu, recebeu agora um reforço de R\$1.000.000,00. A BR-459, de Poços a Itajubá, recebeu mais R\$5.000.000,00, o que deixará a estrada com 50% de condições de trafegabilidade.

O Alexandre, nosso representante do DNIT, nos comunicou que em relação à BR-363, que faz a ligação de Pirapora a Chaveslândia, na divisa com Goiás, já se conseguiu junto ao BIRD um financiamento. Espera-se a assinatura, em poucos dias, de nove lotes, que darão ordens de serviço. No prazo de um mês, a obra nessa importante rodovia será retomada para dar-lhe condições de trafegabilidade e melhorar o trânsito e o transporte para a região do Triângulo Mineiro.

Tudo isso entra no planejamento do Governo Federal, que considera questão essencial a restauração das estradas, para dar àquelas que estavam em péssimo estado condições de trafegabilidade.

Com esse planejamento, com o dinheiro que tem destino certo, o Governo espera poder ter, até o final do seu mandato, 100% de trafegabilidade nas estradas brasileiras. Isso não significa que estará sanado o problema, porque muitas estradas ainda deverão ser construídas, ou ampliadas ou duplicadas. Evidentemente, não faremos isso em apenas um Governo, mas existe um planejamento extremamente claro em relação a essa questão.

Os Governos Estaduais, repito, têm recebido o repasse da CIDE, como manda a Constituição, reformada durante o Governo Lula.

Falo desses dados porque é importante a população mineira saber do planejamento do Governo Federal em relação às suas estradas. Ao mesmo tempo, por meio do repasse da CIDE, o Presidente Lula dá liberdade aos Governos de oferecerem condições de trafegabilidade às rodovias estaduais.

Não concordo com o que faz hoje a base do Governo Aécio Neves, fingindo esquecer questões como essa. Sabendo disso, o Governador procura, no mínimo, desconhecer a ajuda que o Presidente Lula tem dado ao nosso Estado. Aliás, o Governador Aécio Neves, não podendo mais reclamar das estradas, hoje escolheu o tema Segurança Pública para reclamar do Governo Federal, como se não fosse o principal responsável por essa questão. O que tem feito o Governador Aécio Neves em relação à segurança pública do nosso Estado? Essa é a pergunta que devemos fazer. Quanto o Governo do Estado aplicou em segurança pública? Além de sufocar uma greve da Polícia Militar, não permitindo a sua divulgação pelos órgãos de imprensa, por meio de tratamento de choque, o que mais resolveu o Governador Aécio Neves em relação à segurança pública? O que quer? Que o Presidente Lula mande um exército a Minas Gerais e substitua a função das Polícias Civil e Militar? Como andam as delegacias? E a falta de viaturas? O que tem feito o Governador para melhorar a segurança pública do nosso Estado? Dirijo a pergunta ao Governador. Ao invés de apenas reclamar, dizendo que o Presidente Lula não enviou o dinheiro, o que ele aplicou?

Como o Presidente é muito benevolente e gosta muito de Minas Gerais, acabará enviando recursos para a segurança pública, como já fez. Semana que vem mostro os dados exatos de quanto o Presidente já investiu aqui. Foi mais do que o Governador do Estado já investiu.

Então, o Governador escolherá o tema Educação, dizendo que o Presidente Lula não enviou nada para essa área, esquecendo-se do FUNDEF. Não é possível que o Governador do Estado continue a permitir que uma professora receba piso salarial de R\$212,00!

O Governador precisa responder sobre o que está fazendo por Minas Gerais em relação ao serviço público. Essa é a resposta que ele não dá. Portanto, a choradeira não substitui a ação. E o povo mineiro começou a descobrir isso.

Não farei hoje um balanço das eleições. O Governador cantou que ganhou as eleições em 85% do Estado. Não responderei a isso agora, mas esperarei o resultado das eleições em Contagem, Montes Claros, Uberlândia e Juiz de Fora. Já poderíamos ter feito um primeiro balanço das eleições em Belo Horizonte e em outros centros, mas esperamos, para analisarmos o tamanho do resultado das eleições.

O Governador já deveria ter aprendido que chorar e reclamar não substitui a ação. Parece que o povo mineiro descobriu isso. Se o Governador não teve acesso ao resultado das análises das urnas, paciência. Mas seria bom que consultasse o resultado das urnas, para não se surpreender, como parece que acontecerá, com o resultado das eleições nas cidades em que haverá o segundo turno.

Aliás, não poderia deixar de parabenizar a coragem, a dignidade e a coerência da Deputada Federal Maria Lúcia Cardoso, que veio aqui ontem e anunciou apoio à nossa Deputada Estadual Marília Campos.

Cobro do Governo do Estado a situação do Deputado Federal Silas Brasileiro, que foi nomeado e até hoje não foi empossado. Na mesma época, o Governador nomeou Teodoro Alves Lamounier, Marcos Montes Cordeiro e o Deputado Neider Moreira. Todos foram nomeados e empossados. Engraçado, o Deputado Silas Brasileiro foi nomeado, mas continua Deputado Federal! Parece-me que o Governador deseja constranger a Deputada Maria Lúcia Cardoso. Por que ele não dá posse ao Deputado Federal Silas Brasileiro como Secretário?

Precisamos fazer essa cobrança, porque a situação é, no mínimo, inusitada. Ele é Deputado Federal e, ao mesmo tempo, é Secretário nomeado e não empossado. Isso é chantagem? Está tentando dizer que a Deputada deve se enquadrar onde ele quiser? Gostei da resposta dela, que, com coragem, dignidade e coerência, veio aqui e deu seu apoio a quem achou que devia. Parece que deu um recado ao Governador. E o que ele fará? Deixará de dar posse ao Deputado Federal Silas Brasileiro? Que atitude terá? Como irá encarar essa questão em Contagem?

Deputado Adelmo Carneiro Leão, essas perguntas ficam no ar. O Deputado Neider Moreira foi nomeado e empossado no dia 10 de agosto. No lugar dele, tomou posse o Deputado Márcio Kangussu. O Deputado Wanderley Ávila foi para o Tribunal de Contas e o Deputado Marlos Fernandes assumiu como suplente, como manda o figurino. Nesse caso não, o Deputado Federal Silas Brasileiro permanece Secretário sem tomar posse, para que a Deputada Federal não tome posse em Brasília. É importante que Contagem tenha uma Deputada experiente e que possa fazer emendas.

O Governador desejava chantagear a Deputada? Isso é atitude? Elogio a coerência da Deputada, que mostrou dignidade, brilho próprio e que deseja ser empossada com os votos oferecidos pelo povo, e não com atitudes mesquinhas. Aliás, estranha-me o Prefeito de Contagem cobrar a aliança do PT com o PMDB. Ora, o PMDB é nosso aliado no plano federal e queremos que o seja em Contagem. As Deputadas estão juntas numa atitude política que levará mudanças para Contagem. Aí está a coerência do apoio da Deputada Maria Lúcia à Deputada Marília Campos. É legítimo e claro.

Cobro uma atitude do Governador e estranho a atitude do Prefeito. Parece a fábula da raposa e das uvas. O Prefeito de Contagem quis as uvas e pediu ao Governador. Este não conseguiu alcançá-las, e ele disse que elas estavam podres. E foi, quem sabe, caçar uma coisa diferente. O apoio da Deputada é evidentemente importante e ela pagou o preço da coerência política. Queremos saber o que o Governador fará agora.

Falta coerência. O Governador não tem boa memória. Por meio do "site", podemos ver quais são os Estados participantes da transferência voluntária. Minas Gerais foi um dos Estados que mais recebeu transferência voluntária do Governo Federal, ou seja, R\$265.000.000,00 em 2003, já acumulado em 2004. O valor é menor porque estamos em época de eleições, não podendo ser feitos muitos repasses. São quase R\$87.000.000,00 a mais que a maioria dos Estados, perdendo para São Paulo em número, mas não em percentual. Os dois Estados que mais recebem transferência voluntária são Minas Gerais e São Paulo, governos tucanos.

Entretanto, o Governador não diz isso, apenas reclama, como se a reclamação pudesse solucionar o problema da falta de capacidade de gerência do Estado. Se o Governador acredita que o Estado não tem condições de investir, que seja claro e diga que precisa do Governo Federal, mas ir à televisão para dizer que Minas Gerais recebeu migalhas do Governo Federal não tem cabimento.

O povo de Belo Horizonte deu uma resposta coerente, ou seja, que não são migalhas, mas que é importante a presença do Governo Federal. Um Governador do Estado que não consegue pagar mais que um piso salarial de R\$212,00 às professoras de 1ª à 4ª séries não tem condições de fazer investimento algum, e a população consegue enxergar isso.

O Governo do Estado precisa ouvir uma crítica, mas talvez não queira entendê-la. As urnas continuarão ouvindo reclamações. Em quatro importantes cidades, haverá segundo turno, revelando a insatisfação com o Governo Estadual. Não podemos fechar os olhos a isso.

O Presidente Lula tem uma nova visão quanto à estrutura no Brasil. Não esperamos que as estradas sejam privatizadas, permanecendo esburacadas, conforme ocorreu durante os oito anos de Governo Fernando Henrique. As estradas estão em péssimas condições e precisam de investimentos. Estamos investindo nas estradas, não de uma só vez, pois não temos condições de fazê-lo, mas por meio de um planejamento real, com dinheiro da CIDE, criado para isso, mas que, até o Governo passado, não havia sido usado.

Os repasses aos Estados continuarão, e os investimentos nas rodovias públicas federais aumentarão consideravelmente em Minas Gerais. Passarão de, no mínimo, R\$160.000.000,00, este ano, para R\$330.000.000,00, no ano que vem, podendo chegar a R\$550.000.000,00, por meio das emendas orçamentárias que estão sendo solicitadas pelo DNIT.

O Governo reconhece que a questão da infra-estrutura é fundamental para o crescimento do Brasil e aposta nele. Essa é a grande diferença. O Governo passado apenas apostava em vender o Brasil, em privatizar o País, em entregar o País para o capital financeiro internacional, e não em constituir-se uma verdadeira nação.

Não temos varinha de condão nem condições de fazer tudo de uma só vez, mas a diferenciação existe. Talvez as urnas de Minas Gerais tenham mostrado exatamente a sensibilidade do eleitorado, pois o Governo tem a sensibilidade de saber que o Brasil precisa de investimento para o crescimento, que não pode vir apenas da iniciativa privada, mas do Governo.

Infelizmente o Governo do Estado não entendeu e não contribui para isso, vivendo ainda em uma época passada, quem sabe esperando que a venda de estatais solucionem problemas que deveriam ser solucionados pelo próprio País.

Quem quiser maiores dados acerca dos investimentos nas estradas brasileiras pode acessar o "site" do Ministério dos Transportes, pois a prestação de contas é feita diariamente. Lá estão as perspectivas para o Estado e para o País.

O texto de hoje do "Em Questão" é bastante esclarecedor e dá-nos exatamente a informação de onde o Governo fará investimentos e das ações a que o Ministério dará prosseguimento.

O Ministério dos Transportes praticamente colocou em dia a dívida antiga. Muitas obras foram paralisadas porque não havia contrato ou porque existiam dívidas enormes com as empreiteiras. O Brasil não tinha crédito com essas construtoras, para que continuassem as obras, mesmo as licitadas. Não lerei os números, pois seria algo enfadonho, mas praticamente falta o pagamento de serviços no valor de R\$344.000.000,00, que já estão previstos nos limites de gasto de 2004. Isso dará à construção pesada condições de acreditar no País e a possibilidade de ajudar o nosso Governo e o nosso povo, reconstruindo as estradas nacionais e dando-lhes trafegabilidade.

O próprio Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, Luiz Fernando Santos Reis, disse o seguinte: "A melhor prova disso é que algumas empresas do setor da construção pesada estão comprando novos equipamentos para dar continuidade às obras. Esse investimento é consequência da confiança na retomada econômica".

Temos todas as condições de fazer essa reconstrução, mas é preciso reforçar o que está sendo feito para a retomada do desenvolvimento do Brasil, e não apostar no passado. Essa aposta seria nefasta para o País e interromperia esse ciclo de reconstrução nacional que está apenas começando. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/10/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Márcio Kangussu

nomeando Daniel Pereira Guimarães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Maíra Otávia Fagundes Matos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Sérgio Cássio Torres Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

## ERRATAS

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 27/2/2004, na pág. 28, col. 4, após o discurso do Deputado Dinis Pinheiro, acrescentem-se os seguintes apartes, dos Deputados Miguel Martini e Rogério Correia:

O Deputado Miguel Martini (em aparte)\* - Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, amanhã teremos a oportunidade, com um tempo maior, e nos propomos a isso, de discutir essas questões com o PT.

A estratégia utilizada continua sendo a de que nunca mais se vai comer ovo. O Líder do PT, talvez até atordoado em seus pensamentos, começa a confundir os nomes. Deputado, sou o Líder da Maioria, mas V. Exa. disse que sou Líder do PSB, depois do PSDB, como se isso pudesse desqualificar a fala de um parlamentar que está aqui preocupado com o Governo Lula.

Ele tenta dizer como se eu fosse do PSDB. Com muita honra e muito prazer, dignamente defendi o PSDB até o momento em que percebi que havia um outro partido que se adequava melhor às propostas que queria defender. Isso não torna maior ou menor o discurso ou a fala de um parlamentar.

Deputado Rogério Correia, V. Exa., por exemplo, talvez conheça o caso da FENASEG, mas esteja desinformado ou mal-informado. V. Exa. sabe perfeitamente que há uma ação no Tribunal de Justiça e no STF para derrubar a cobrança da taxa vetada pelo Governador. Claro que o interesse do Governador é cobrar. Tão logo essa questão na justiça seja resolvida, sem dúvida alguma voltaremos a aprovar, como no passado. Só que, neste momento, seria uma ação que não redundaria nos resultados que almejamos.

A desqualificação como forma de diminuir o impacto do que se afirma é também uma manobra com pouca sustentação. Quero dizer que o mundo começa a se preocupar. O "New York Times", os jornais da Europa, a BBC, os jornais da Argentina, do Chile, todos enfocam essa questão. Quando V. Exa. fala da governabilidade... Quando assumiu, a primeira coisa que o Palocci fez foi mostrar no exterior que o Governo defenderia o capital internacional e que se poderia ficar tranqüilo. Daí porque elevou para 4,25 o superávit primário - preço altíssimo para ações sociais neste País.

A preocupação era lá fora. O que eles queriam? A credibilidade de que esse Governo não atropelará o processo e que encaminhará de maneira segura e serena. Essa questão vazou. Em outros países vimos que Presidentes caíram devido a uma simples gravação telefônica. Quem não acompanhou o "Watergate"? Um país inteiro discutiu durante muito tempo se o Presidente mentiu ou não no caso do suposto envolvimento com a Mônica Levinck.

Deputado Rogério Correia, o que desejamos dizer é que não resolve jogar a questão para debaixo do tapete, devemos enfrentá-la. Não podemos minimizar. O problema deve ser tratado conforme o seu tamanho, ou seja, nem menor ou maior nem superestimar ou subestimar. O que se exige neste momento é isso. Até este momento, o Presidente Lula - acredito que, aliás, até o final da CPI - não tem envolvimento algum. Acredito nessa possibilidade e idéia. É claro que ele tem a responsabilidade de mostrar para a sociedade que os seus auxiliares e, principalmente, seu Chefe da Casa Civil, que é o todo-poderoso, conta com essa credibilidade. Sabemos que o PC Faria agir por meio de tráfico de influência. Então, temos de nos debruçar sobre essa questão. Acredito que essa operação-abafa não ajuda, sob pena de ficar uma mancha grave e o PT ter de se explicar.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - O debate já passou para marcação de posição. Teremos muito tempo para discutir a questão da FENASEG, e usarei meu tempo para discutir o veto. Não se justifica o problema da ação judicial, pois ela já havia terminado, dizia respeito a um valor exorbitante, e por isso o Supremo deu ganho de causa à FENASEG. Diminuí-se o valor, e o Governo, no mínimo, poderia correr o risco de perder a ação, como estão correndo o risco de serem consideradas inconstitucionais as taxas de incêndio e de segurança pública, contra as quais também existe ação da Bancada do PT. Ora, o Governo se arrisca a perder uma ação envolvendo cobrança dos cidadãos, mas, no que diz respeito à poderosa FENASEG, o Governo não se arrisca. O Sr. Pimenta da Veiga esteve com ele e é o advogado da FENASEG. Essa é uma questão que ainda suscitará debate. Essa ação já havia terminado. Se havia possibilidade de existir, no futuro, outras ações, o Governador poderia ter pago para ver, como está pagando para ver a ação comum dos cidadãos. Não sei se o Sr. Pimenta da Veiga solicitou isso ao Governador. Não sei se está gravado, mas, certamente, houve alguma influência, pois ele foi lá, com o Presidente da FENASEG, conversar com o Sr. Aécio Neves. Esse será um debate a ser feito. Sinceramente, é absurdo tentar acuar o PT porque não quer essa CPI, de caráter meramente político, pois não há escopo real, não ocorreu nada neste Governo. Para fazer essa demarcação política em nível nacional, diria que alguns Deputados não estão muito qualificados. Durante o Governo FHC, foram muitas as CPIs nas quais não vi indignação por parte desta Casa: o SIVAM; a CPI da reeleição, também solicitada e abafada; a CPI da privatização, o caso Eduardo Jorge, tudo foi abafado, tudo ocorrido durante o Governo Fernando Henrique. O que me parece é que o PSDB tenta armar um clima para intervir no processo federal, porque nunca engoliram a derrota. Isso não aceitaremos. Nem o PT nem o povo brasileiro aceitarão golpe fantasiado de verificação no Congresso Nacional. Se preciso, mobilizaremos os trabalhadores e o povo para sustentarem o Governo Lula, que foi eleito democraticamente. Não há contra ele nada que o desabone, e nada justifica essa ação golpista que vem sendo orquestrada por setores da mídia, partidos políticos conservadores que perderam a eleição, interesses de mercados, interesses contra as mudanças. Isso cheira a golpe, parece que as intenções são outras, pois, em momento algum, o Governo deixou ou deixará de averiguar os acontecimentos e de punir os responsáveis. Mas transformar isso em perseguição e golpe político não é admissível. Estaremos atentos, e garanto que, se alguns pensam assim na cúpula desses partidos conservadores, é preciso que o PT tome cuidado, pois não ficaremos na defensiva política assistindo ao ensaio de golpes. Já existiram golpes neste País durante o regime militar. Mas tentar dar um golpe com maioria conservadora no Congresso não acontecerá. O PT tem muita experiência, nosso Governo não é ingênuo, e defenderemos as mudanças que o povo brasileiro necessita.

\* - Sem revisão do orador.

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia, verificada na edição de 14/10/2004, pág. 29, col. 1, sob o título "Gabinete da Deputada Vanessa Lucas", onde se lê:

"Lazaro Aneceto Rosa", leia-se:

"Lazaro Aniceto Rosa".

#### ESSENCIALIDADES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2005 - PROJETO DE LEI Nº 1.892/2004

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/10/2004, pág. 55, substitua-se o DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE pelo que se segue:

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

(Emenda 29 de 13/9/2000 à Constituição Federal e Art. 8º, inciso VI da Lei 15.291/2004 - LDO)

|                  |   |                |
|------------------|---|----------------|
| ORÇAMENTO FISCAL |   |                |
| Exercício: 2005  |   | R\$1,00        |
|                  |   |                |
| CÓDIGO           | ESPECIFICAÇÃO   | VALOR          |
|                  | A - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS  | 13.163.759.383 |
|                  |   |                |
| 1112043100       | IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO                                   | 764.179.443    |
| 1112050100       | COTA-PARTE DO ESTADO - IPVA   | 485.780.240    |
| 1112070000       | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - ITCD                           | 40.861.615     |
| 1113020100       | COTA-PARTE DO ESTADO-ICMS   | 8.486.979.329  |
| 1113020200       | COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEF - ICMS   | 1.497.702.235  |
|                  |   |                |
| 1721010101       | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL/FPE -ESTADO                        | 950.227.670    |
| 1721010102       | COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEF - FPE  | 167.687.236    |
| 1721011201       | COTA-PARTE DO ESTADO - IPI  | 171.074.638    |
| 1721011202       | COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEF - IPI  | 30.189.642     |
| 1721090101       | COTA-PARTE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C. Nº 87/96 - ESTADO  | 279.697.235    |
| 1721090102       | COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEF - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA L.C. Nº87/96                              | 49.358.335     |
|                  |   |                |
| 1911200000       | MULTAS E JUROS DE MORA IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - ITCD | 76.953         |
| 1911410100       | COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO IPVA   | 15.831.339     |
| 1911420100       | COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ICMS   | 107.913.789    |
| 1911420200       | COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEF - MULTAS ICMS  | 19.043.610     |



|                       |  |               |
|-----------------------|--|---------------|
|                       |  |               |
| 1931150100            | COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS   | 82.517.423    |
| 1931150200            | COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEF - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS   | 14.561.898    |
| 1931200000            | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD   | 76.753        |
|                       |  |               |
|                       | B - DESPESA COM SAÚDE  | 1.792.714.565 |
|                       |  |               |
| 1251.10               | POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FONTES 10 E 60)   | 12.683.634    |
| 1301.10               | SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS (FONTE 48)  | 50.000        |
| 1321.10               | SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (FONTE 10)   | 163.707.336   |
| 1401.10               | CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FONTE 60)  | 10.000        |
| 1451.10               | SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL (FONTE 10)   | 2.080.412     |
| 1471.10               | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA (FONTE 10)  | 7.205.442     |
| 2011.10               | INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FONTE 49)   | 86.955.156    |
| 2091.10               | FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FONTE 60)  | 4.013.156     |
| 2121.10               | INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FONTE 49)                                 | 110.202.096   |
| 2261.10               | FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS (FONTE 10)  | 20.594.290    |
| 2271.10               | FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FONTE 10)   | 273.170.250   |
| 2311.10               | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (FONTES 10 E 60)  | 5.451.109     |
| 2321.10               | FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS (FONTE 10)  | 21.165.244    |
| 2371.10               | INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA (FONTES 10 E 60)   | 26.002.779    |
| 4291.10               | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (FONTE 10)   | 367.671.098   |
|                       |  |               |
| 5081.17 512 080 8 159 | EXPANDIR E ASSEGURAR OS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA (FONTES: OPERAÇÕES DE | 439.723.343   |

|                          |  |             |
|--------------------------|--|-------------|
|                          | CRÉDITO, RECURSOS PRÓPRIOS E OUTRAS ORIGENS)   |             |
| 5081.17 512 080<br>8 163 | IMPLANTAR SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA (FONTES: OPERAÇÕES DE CRÉDITO, RECURSOS PRÓPRIOS E OUTRAS ORIGENS) | 107.650.719 |
|                          |  |             |
| 4461.09 272 002<br>7 725 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPSEMG (FONTES 10 E 42 - APOSENTADORIAS E PROVENTOS)  | 68.504.219  |
| 4461.09 272 002<br>7 088 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IMA (FONTES 10 E 60)  | 6.658.993   |
| 4461.09 272 002<br>7 209 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNED (FONTE 10)  | 2.887.410   |
| 4461.09 272 002<br>7 225 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FHEMIG (FONTE 10)   | 14.540.966  |
| 4461.09 272 002<br>7 312 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-HEMOMINAS (FONTE 10)  | 410.755     |
| 4461.09 272 002<br>7 959 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-SECRETARIA DE SAÚDE (FONTE 10)  | 50.631.158  |
|                          |  |             |
| 1911.04 122 001<br>2 733 | PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-SECRETARIA DE SAÚDE E VINCULADAS (FONTE 10)   | 745.000     |
|                          |  |             |
|                          | C - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - B/A APLICAÇÃO MÍNIMA 12,00%   | 13,62       |